

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIX

FLORIANÓPOLIS, 23 DE OUTUBRO DE 2009

NÚMERO 6.101

16ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa
MESA

Jorginho Mello
PRESIDENTE

Gelson Merísio
1º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
2º VICE-PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro
2º SECRETÁRIO

Valmir Comin
3º SECRETÁRIO

Ada Faraco de Luca
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Antônio Aguiar

DEMOCRATAS
Líder: Cesar Souza Júnior

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Serafim Venzon

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO
BRASILEIRO**
Líder: Professora Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**
Romildo Titon - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jean Kuhlmann
Cesar Souza Júnior
Dirceu Dresch
Pedro Uczai
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO
URBANO**
Reno Caramori - Presidente
Décio Góes - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
José Natal Pereira
Manoel Mota
Adherbal Deba Cabral
Jean Kuhlmann
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**
Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Giancarlo Tomelin
Edison Andrino
Adherbal Deba Cabral
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**
Rogério Mendonça - Presidente
Reno Caramori - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Dirceu Dresch
Serafim Venzon
Romildo Titon
Ismael dos Santos
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**
Manoel Mota - Presidente
Joares Ponticelli - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Dirceu Dresch
Jean Kuhlmann
Giancarlo Tomelin
Professor Grandó
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**
Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Décio Góes
Kennedy Nunes
José Natal Pereira
Manoel Mota
Renato Hinnig
Professora Odete de Jesus
Sílvio Dreveck
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**
Darci de Matos - Presidente
Sarg. Amauri Soares - Vice-Presidente
Adherbal Deba Cabral
Pedro Uczai
Elizeu Mattos
Kennedy Nunes
Nilson Gonçalves
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**
Sílvio Dreveck - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Elizeu Mattos
Serafim Venzon
Pedro Uczai
Professor Grandó
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**
Décio Góes - Presidente
Renato Hinnig - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Edison Andrino
Ismael dos Santos
Reno Caramori
Professor Grandó
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE
Genésio Goulart - Presidente
Prof. Odete de Jesus - Vice-
Presidente
Darci de Matos
Giancarlo Tomelin
Ana Paula Lima
Kennedy Nunes
Antônio Aguiar
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**
Ana Paula Lima - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Genésio Goulart
José Natal Pereira
Rogério Mendonça (Peninha)
Professora Odete de Jesus
Ismael dos Santos
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**
Pedro Uczai - Presidente
Antônio Aguiar - Vice-Presidente
Cesar Souza Júnior
Serafim Venzon
Genésio Goulart
Professor Grandó
Lício Mauro da Silveira
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE
RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**
Renato Hinnig - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Ana Paula Lima
Lício Mauro da Silveira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**
Prof. Odete de Jesus - Presidente
Nilson Gonçalves - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Kennedy Nunes
Genésio Goulart
Ismael dos Santos
Carlos Chiodini
Quartas-feiras às 18:00 horas

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Walter da Luz Filho

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Maria Aparecida Orsi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XV - NÚMERO 2101
1ª EDIÇÃO - 6 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 44 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 093ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 15/10/2009.....2
Ata da 020ª Sessão Especial da
16ª realizada em 19/10/2009...15
Ata da 094ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 20/10/2009...20

Publicações Diversas

Edital35
Extratos35
Portarias.....42
Projetos de Lei43

PLENÁRIO

ATA DA 093ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERÍSIO

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Adherbal Deba Cabral - Carlos Chiodini - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merísio - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Joares Ponticelli - Lício Mauro da Silveira - Marcos Vieira - Pedro Uczai - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Discorre sobre a luta dos professores nos últimos 30 anos.
DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Homenageia os professores pelo seu dia.
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Tece comentários elogiosos aos professores; aborda pesquisa sobre o valor do transporte coletivo da capital.
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do empresário Marco Antônio da Silva Nunes e do secretário municipal de Saúde, Clauber Luiz de Souza, de Ascurra.
DEPUTADO VALMIR COMIN - Discorre sobre a biografia de Claudino Botega, de

Jaguaruna; manifesta-se sobre o projeto que destinou recursos do Fundo Social para bolsas de estudo.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Lamenta a chuva de granizo que se abateu sobre o meio-oeste do estado; faz a sua homenagem ao Dia do Professor.

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Fala da Conferência Estadual da Educação e manifesta-se contra o projeto do governo que municipaliza o ensino fundamental.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (aparte) - Elogia a luta do deputado Pedro Uczai em favor da educação.

DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL (pela ordem) - Registra a presença do vereador Sérgio Mello, de Penha.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Cumprimenta os professores; rejubila-se com a aprovação do projeto de lei que destinou recursos do Fundo Social para bolsas de estudo; comemora sanção da lei que proíbe o fumo em lugares fechados.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Concorde com o ponto de vista do deputado Giancarlo Tomelin sobre a regulamentação

do projeto de lei que destinou recursos do Fundo Social para bolsas de estudo.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Comenta o projeto de lei que destinou recursos do Fundo Social para bolsas de estudo; elogia emenda do deputado Fernando Coruja que estendeu o vale-cultura aos aposentados e pensionistas.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Externa preocupação referente à construção da barragem do rio do Salto.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Pede informações sobre a realização da Conae.

DEPUTADO RENATO HINNIG - Comenta a reunião do diretório estadual do PMDB; convida para o lançamento do Firenze Business Park, em Palhoça; aborda a proposição de recriar as regiões metropolitanas.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Coloca-se a favor da recriação das regiões metropolitanas.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Manifesta-se sobre a 8ª Bananenfest e sobre o Congresso Sulbrasileiro de Bananicultura, em Corupá; informa pleito de miniusina de

Jaraguá do Sul e o trabalho da Associação dos Piscicultores do vale do Itapocu.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS (pela ordem) - Convida para a 1ª Feira do Livro e Mostra de Teatro da Comarca de Biguaçu.

Explicação Pessoal

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Aborda as prévias do PMDB; estranha a ação do MPF contra a lei que criou as SDRs; posiciona-se contra a criação de instituto de meteorologia; declina seu roteiro do final de semana.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Posiciona-se sobre a criação de instituto de meteorologia.

DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Expõe a plataforma do PT para a eleição ao governo do estado em 2010.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Enfatiza a importância do 8º Encontro Estadual da Mulher Cooperativista.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença de vereadores da serra catarinense.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica a política salarial do governo do estado para o Magistério.

DEPUTADO RENO CARAMORI (aparte) - Relata caso de professora de Caçador.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Critica a proposta de Adin contra a lei estadual que criou as SDRs.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Estranha a demora do MPF em se posicionar pela Adin.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Afirma que é preciso recolocar a posição do Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declarou aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, sras. deputadas, companheiros deputados, hoje não poderia deixar de homenagear, de forma humilde, mas com muita firmeza, uma história que ajudamos a construir. Refiro-me aos professores de todo o nosso estado, porque hoje é o seu dia.

É claro que precisamos continuar a nossa luta, mas de cabeça erguida, com princípios, com metas, com a responsabilidade de formar as gerações futuras, com a responsabilidade da transmissão do conhecimento, o que muito nos enaltece e que torna essa profissão uma das profissões mais nobres.

Já na antiga Grécia dizia-se que o bom professor é aquele que faz com que seus alunos saibam mais do que ele. E eu sempre digo que só dou aula para quem sabe mais do que eu. Por quê? Porque transmitimos conhecimentos de geração para geração. Portanto, cada geração que vem sabe mais do que a anterior, pois

acumula conhecimentos da humanidade. Portanto, os nossos alunos irão saber mais do que nós, assim também como os nossos filhos irão saber mais do que nós. E isso significa que a humanidade passa a ter aquilo que sempre chamamos de responsabilidade de saber que na vida temos prioridades: a luta pela paz e a transmissão da cultura, do conhecimento, de uma melhor qualidade de vida.

Portanto, é uma alegria saber que esses alunos, desde pequeninos até a sua fase adulta, quando estiverem na pós-graduação, irão saber mais do que nós que estamos ensinando. E isso nos orgulha.

Muitos poderão dizer que não temos sequer boas condições de vida, porque os nossos salários não são justos. É verdade. E quero aqui dizer que somos merecedores em todos os níveis. Nós somos merecedores. Mas os salários não são justos, seja no primário, no ensino básico, seja no 2º ou 3º grau.

Realmente, essa vocação de ser professor é mais apaixonante do que qualquer outra profissão. São 38 anos dando aula, sempre lutando, sempre ao lado das lutas dos professores, muitas vezes tendo que recuar, sofrendo punições, mas construindo uma história. Uma história que temos que lembrar, porque a história faz parte das pessoas, das entidades, de um município, de um estado, de um país e principalmente de um povo. A história é a força motriz de um povo.

Quando comecei a dar aulas, nos idos de 1971, deputado Sargento Amauri Soares, o professor sequer ganhava no mês de janeiro ou fevereiro. Era o famoso professor designado. Não havia concursos, porque vínhamos de uma dita revolução, que para nós foi um golpe de estado contra as liberdades e o avanço da população em suas reivindicações. Não havia concursos estaduais, era um suspense, porque os professores eram escolhidos.

Naquela época sequer podíamos ter sindicato. Aliás, os servidores públicos, em função do AI-5, não podiam ter sindicatos. Mas tínhamos, para termos a nossa luta, a Associação dos Professores Licenciados de Santa Catarina, a Alisc. Inclusive, éramos professores licenciados, e era sofrido, sim.

Então, observem que tínhamos que lutar mesmo sem ter representação, sem ter disponibilidade. Lutávamos aos sábados, domingos e feriados. Era de ônibus, sim, era reunindo, dormindo na casa dos professores no interior pedindo o quê? Pedindo aumento salarial, pedindo que houvesse concurso, que houvesse carga horária, pedindo que pudéssemos ter um quadro de carreira.

Tudo isso foi conquistado ao longo de muitos e muitos anos. Aconteceu somente em 1980. Olhem quantos anos passamos organizando a luta por todo o estado. Inclusive, fizemos, na história de Santa Catarina, a primeira greve estadual. Parou o estado. Foi a única categoria que conseguiu paralisar o estado. E estávamos em uma fase ainda de muito tumulto político, a abertura não havia acontecido, o pluripartidarismo estava começando. Não tínhamos eleições diretas para o governo de estado e sequer havia sido apresentada a

Emenda Dante de Oliveira para termos eleição direta à Presidência da República. Muitos professores foram punidos, deixaram de dar aula e não trabalharam mais no estado, mas a luta, realmente, fez-se presente. Aqueles, sim, eram tempos difíceis.

Hoje, as reivindicações e a luta salarial continuam, mas temos aí uma conquista que Santa Catarina e esta Casa aprovaram, com muita honra, porque é o início de uma nova caminhada, com a experiência antiga, que é o piso básico. Então, já estamos partindo do princípio de que todos os professores vão ter um salário básico em todo o estado, não importando o seu nível de atuação. Com isso fica fácil. E aí nós, na Assembleia - e como é bom ter um professor como deputado -, vamos lutar para que venha o novo quadro de carreira para que possamos flexibilizar e melhorar o atual.

No passado essas foram conquistas, no seu avanço diagonal, na questão das promoções internas. Mas precisamos melhorá-las ainda mais para que o teto não seja pressionado e para que o professor tenha o que chamamos de paridade de aumento salarial e das conquistas dos abonos. E agora, com o piso básico, todos vão ganhar acima desse piso básico.

Sabemos que são 20 mil professores aposentados, mas aqueles que ainda estão na ativa, que têm graduação, têm que ter um salário maior do que aqueles que se formaram no Curso Normal, vamos supor, ou até no antigo Ginásio e que também podiam dar aula nas escolas básicas no interior do estado. Que tenham esse piso básico e depois, com o curso de graduação, um salário maior; com o curso de pós-graduação, um salário percentualmente maior ainda. E tudo isso sendo negociado com a categoria, com o estado criando uma política de promoções, chegando ao doutorado.

Gostaria de dizer que, neste dia 15 de outubro, devemos lembrar de todos os nossos professores, desde o mais humilde professor e professora lá do interior, lá da escola isolada, como chamávamos aquela escola na qual eu estudei, em que o professor ficava na frente dos seus alunos e dava aula para todas as classes: para a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries, tudo de uma vez, no antigo primário da escola lá do interior. Nós estudamos assim. Muitos poderão dizer, hoje: "Mas como era possível dar aula para todas as séries ao mesmo tempo"? Era possível, sim, os professores faziam esse esforço!

Quero dizer àqueles professores do ginásio, do 2º grau e da universidade que merecem muito mais do que o carinho e o reconhecimento. A história da humanidade os coloca em destaque, e eles são responsáveis por uma vida, por um mundo melhor. A nossa homenagem a todos os professores!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Lício Mauro da Silveira, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO LÍCIO MAURO DA SILVEIRA - Sr. presidente e srs. deputados,

na esteira do que falou o deputado Professor Grandó, irei falar, mais uma vez, sobre o Dia do Professor. Ontem já deixei uma mensagem pelo Dia do Professor, mas, como estou tendo a possibilidade de estar na tribuna, neste momento, no Dia do Professor, volto a falar do assunto.

Quando o deputado Professor Grandó estava falando das memórias de onde ele estudou, eu também me lembrei muito bem de onde estudei em Joinville, na Escola Rui Barbosa, apelidada, porque antigamente havia os apelidos, Rouba Banana. E havia outra escola na cidade chamada Conselheiro Mafra e que foi apelida de Cachorro Magro. Às vezes os alunos da Rouba Banana brigavam com os alunos da Cachorro Magro e vice-versa. E a briga, deputado Sargento Amauri Soares, era feia para disputar o espaço de melhor escola.

Na minha família alguns estudaram na Cachorro Magro, na Conselheiro Mafra, e eu, como as minhas duas irmãs eram professoras na Escola Rui Barbosa, estudei na Rouba Banana.

Mas eu me lembrei também de diversas professoras e daquela figura que era o professor, mas o emérito professor que tinha o nome de inspetor, que visitava as escolas mensalmente e verificava a qualidade do ensino que estava sendo ministrado. E aquele inspetor, como professor, tinha responsabilidade não só por aquela escola, mas por toda a rede escolar de Joinville.

Lembrei-me também de diversos professores: a dona Adir, a dona Maria, as minhas irmãs Leda e Liz. Eu sempre procurei espelhar-me na vida de professor, porque é uma vida com muita responsabilidade. E tanto é assim que eu comecei a dar as minhas primeiras aulas aos 15 anos de idade. Nessa idade eu já entendia bem de Matemática e como alguns amigos meus, aos 18 anos, queriam fazer o concurso do Banco do Brasil, eu me esmerei e ajudei dois deles a passar no concurso e a galgar grandes postos naquela instituição financeira.

Ser professor no passado era diferente do que é hoje. No passado, quer queiram ou não, o professor era mais valorizado, mais respeitado e havia uma disciplina férrea que era comandada pela própria escola.

E assim nós andamos. Passamos os quatro anos do primário e depois fomos para Blumenau. Mais tarde voltamos para Joinville e lá terminamos o curso técnico numa outra escola com exímios professores, e o meu sogro era um deles, como professor de Química, de Matemática e de Física. E lá os professores Sílvio, Jordão e Rezende davam aulas de extrema qualidade.

Existia um respeito muito grande pelos professores. Hoje isso se inverteu. Atualmente praticamente não há uma disciplina adequada dentro das escolas. Hoje há um professor totalmente desmotivado, apesar, por incrível que pareça, de o Brasil ser o segundo país que mais gasta com educação. O nosso país está abaixo do México, ocupando o 52º lugar em péssima qualidade de ensino com relação ao sistema Pisa - Programa de Internacional de Avaliação de Alunos.

Como disse, hoje temos um professor desmotivado, mas, em compensação, quando ele adentra na sala de aula, esquece os seus problemas e dedica-se ferreamente, independentemente do problema de disciplina, independentemente do problema salarial, independentemente dos problemas emocionais, independentemente da situação interna da escola, à causa mais nobre: dar aula.

Por isso eu peço, por gentileza, que seja feita a projeção de alguns slides feitos por uma jovem que trabalha no meu gabinete, a Luciana, que é apaixonada pela causa.

(Procede-se à projeção de slides.)

Eu quero parabenizar a Luciana pela sua capacidade, pela sua inteligência, haja vista que ela fez tudo isso em duas horas. E realmente expressa o sentimento que temos por essa categoria.

O deputado Professor Grandó, assim como eu e vários deputados aqui, foi e é professor. E é bom ser professor, adentrar numa sala de aula, expressar os conhecimentos, trocar experiências, porque hoje em dia o professor é diferente. Hoje, o professor tem que se impor pelo seu conhecimento; antigamente ele se impunha mais para manter a sua disciplina, mas hoje o diálogo tem que existir entre professor e aluno dentro de uma sala de aula, porque senão o professor não terá condições de se aproximar do aluno. E essa simbiose faz com que professor e aluno fiquem juntos para um processo de educação que venha ao encontro do aprendizado do professor e, logicamente, do aluno.

Mas a verdade é a seguinte: na medida em que, hoje, as aulas são dadas para essa juventude diferente que aí está, que é muito mais inteirada dos assuntos do cotidiano, os professores também aprendem.

Por isso, neste dia, que eu considero um dos dias mais importantes dos profissionais de carreira, o Dia do Professor, gostaria de parabenizar todos os professores, e não só em meu nome, mas em nome de todos os srs. deputados que aqui estão.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TV Assembleia e que está aqui presente, especialmente os servidores deste Poder, ouvintes da Rádio AleSC Digital, eu queria parabenizar os professores desta Casa que se pronunciaram anteriormente - deputados Professor Grande e Lício Mauro da Silveira -, inclusive pela bonita e emocionante homenagem preparada pela assessora do deputado Lício Mauro da Silveira, e pela reflexão do deputado Professor Grandó a respeito da importância deste dia.

E também quero dizer algumas palavras a esse respeito. O professor é o responsável pela transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade ao longo da história. O deputado Professor Grandó

falou certo aqui. Gerações após gerações, séculos, milênios de conhecimento são transmitidos para gerações futuras através do professor. Assim, essa categoria é fundamental para o futuro de qualquer sociedade.

É evidente que se tem que valorizar muito mais os professores de todos os níveis, como muito bem falou o colega Professor Grandó, desde o pré-escolar, passando pelo ensino fundamental, pelo ensino médio, pelo 3º grau, pela pós-graduação, doutorado e pós-doutorado. É preciso que as professoras sejam mais valorizadas porque, apesar de terem falado aqui dos professores, a maioria da categoria é formada por mulheres. Então, hoje seria o Dia das Professoras e dos Professores do nosso país.

Particularmente, tenho três irmãs professoras - eu tinha quatro, mas uma faleceu de leucemia no dia 22 de agosto de 2007. A última vez que vi aquela professora, ainda antes de ela ter conhecimento da doença, ela estava no exercício da sua profissão, numa escola isolada no interior de Imbuia, na localidade de Samambaia. Fiz um desvio, saí da rodovia para passar pelo seu local de trabalho naquele começo de 2006.

Era uma escola improvisada numa casa de madeira, que tinha sido, inclusive, residência e também um galpão para armazenamento de fumo e que há três anos servia ao pré-escolar da rede municipal de ensino de Imbuia.

E lá estava ela lidando com as crianças. Perguntei se queria sair de lá, e respondeu que não. Quando foi internada, por conta da leucemia, no Hospital Universitário e, mais tarde, no Hospital Governador Celso Ramos, falava que queria escrever para os seus alunos ou comunicar-se por telefone com as famílias, para saber como estava a aprendizagem daquelas crianças.

Então, a vocação de professor ou de professora - e não quero discordar de ninguém, até porque quem tem uma profissão diz que a sua é a melhor do mundo - é algo extraordinário, mas não tem a valorização devida.

Se o conhecimento produzido pela humanidade ao longo de toda a sua trajetória não for transmitido, retransmitido, transformado, aprofundado através do processo de ensino/aprendizagem, pois como o deputado Professor Grandó disse aqui, aprende-se também com os alunos, fica difícil acreditar na possibilidade de uma sociedade melhor do que a que nós vivemos.

Por isso, a nossa homenagem às professoras e aos professores do estado de Santa Catarina, de todos os níveis de conhecimento, de todas as esferas, que têm como *métier* principal, como vocação, com dedicação exclusiva na maioria das vezes, como ganha-pão, a profissão de mestre. Talvez seja por isso, por ser uma vocação tão envolvente, que as pessoas são absorvidas por ela e não pensam em sair; também talvez seja por isso que as autoridades, os governantes, sem fazer crítica específica a nenhum, tratam-na com esse descaso.

Fazendo aqui um paralelo, também o policial militar gosta da sua profissão.

Quase todos entram para ficar alguns anos e depois de dois anos não conseguem mais sair. Aliás, depois de dez ou 20 anos não saberiam o que fazer se tivessem que sair. Talvez por isso, também, as autoridades tratem com um "deixa para depois". Deixa para depois o policial, o professor, até porque eles vão continuar fazendo o serviço porque gostam do que fazem. Mas eles precisam ser valorizados também do ponto de vista objetivo, do ponto de vista concreto, do ponto de vista da possibilidade de dignidade pessoal e de dignidade familiar.

Nossa homenagem a todas as professoras e professores do país!

Mas gostaria de tratar de três assuntos que já estão na minha pasta há três semanas, deputado Ismael dos Santos: tragédias climáticas, preocupação com o meio ambiente e transporte coletivo.

Foi publicada uma pesquisa no *site* de notícias G1 dizendo que Florianópolis é a capital com o transporte coletivo mais caro do país, custando R\$ 2,80 uma passagem, sendo que o mais barato seria o de São Luís do Maranhão, a R\$ 1,60. Acho que todos são caros, tanto R\$ 1,60, em São Luís do Maranhão quanto, naturalmente, R\$ 2,80 em Florianópolis.

Naquelas semanas acompanhei o meu amigo João Batista Nunes, vice-prefeito e secretário de Transportes da capital - tenho uma boa relação com ele, pois já foi do PDT -, e parece que está com a síndrome da autoridade que está ocupando um cargo "x" em qualquer área do setor público. Vale para os gestores do sistema prisional do estado, vale para todos os setores. Quem está lá vê o mundo a partir do imediatismo daquele momento e busca justificar que está fazendo revoluções naquele período e não faz uma reflexão mais profunda.

Ficam discutindo que a tarifa, na verdade, não é R\$ 2,80, mas de R\$ 2,30 para quem compra adiantado com cartão. Todavia, qualquer um dos valores é alto. Assim como em São Luís do Maranhão, R\$ 1,60 é caro. Precisamos baratear o transporte coletivo, de preferência torná-lo gratuito. Aí, sim, estaremos pensando em preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento efetivo da sociedade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença na Casa, nesta manhã, do empresário Marco Antônio da Silva Nunes, da cidade de Acurra, e do secretário municipal de Saúde daquele município, Cláuber Luiz de Souza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, no próximo dia 30, provavelmente, teremos a inauguração de uma obra feita pelo governo do estado através do Deinfra, que é a ligação asfáltica de Jaguaruna à comunidade do Camacho.

Tive a oportunidade e o privilégio de dar entrada nesta Casa ao Projeto de Lei n. 0233/2009, concedendo o nome do sr. Claudino Abel Botega àquela rodovia. Passo a discorrer sobre a sua biografia.

(Passa a ler.)

"Claudino Abel Botega, nascido em Tubarão em 2 de junho de 1933, filho de Abel Botega e Faustina Brunato Botega, popularmente conhecido como Tato Botega, casou-se com Áurea Sandrini Botega com quem teve três filhos: Alice, Aglaie e Anderson.

Mudou-se para Jaguaruna ainda na década de 50, onde iniciou o desbravamento das terras da região norte do município, tornando-se, na década de 60 e 70, um dos maiores produtores de cebola em terras arenosas no estado de Santa Catarina, empregando, já naquela época, centenas de pessoas. No início da década de 70 foi o pioneiro no plantio de arroz no município de Jaguaruna, hoje maior produtor de arroz da região da Amurel.

Residente na comunidade de Garopaba do Sul, logo se tornou porta voz daquela comunidade e de toda região norte do município junto à administração municipal ou no contato com entidades e autoridades estaduais e federais.

Na década de 70 foi o grande articulador junto ao governo municipal e estadual para que as comunidades de Garopaba do Sul, Camacho, Laranjal, Morro Bonito e Riacho fossem atendidas com as redes de distribuição de energia elétrica e água tratada, pois sabia que o desenvolvimento daquela região dependeria da chegada da energia, da água e de um acesso asfaltado.

Esse incessante trabalho junto à administração municipal resultou na instalação, em 1977, da rede de distribuição de água tratada nas localidades de Camacho e Garopaba do Sul, sendo que a captação das águas até hoje é feita em terras de sua família.

Da mesma forma, atuando junto à Erusc (Eletrificação Rural de Santa Catarina S.A.) e à Cergal (Cooperativa de Eletrificação Rural Anita Garibaldi) conseguiu viabilizar a rede de distribuição de energia elétrica para as localidades de Camacho, Garopaba do Sul, Laranjal, Morro Bonito, Riacho e Jabuticabeira.

Além de um vasto trabalho na área social, teve na abertura do canal da barra do Camacho e na pavimentação da estrada que liga o centro de Jaguaruna ao balneário do Camacho sua maior bandeira de luta durante sua vida pública.

Sua vocação política foi em decorrência do envolvimento nos movimentos de natureza comunitária, participando com entusiasmo das atividades de cunho reivindicatório, assistencialista, social e religioso, transformando-se em destacado líder entre os moradores da terra que adotou.

Integrante de uma família tradicionalmente ligada aos acontecimentos políticos e sociais da região, foi sondado pelos convencionais de seu partido para figurar na nominata do antigo PDS como postulante a uma cadeira no Legislativo Municipal de Jaguaruna.

Transcorrido o processo eleitoral de 1981, foi eleito o vereador mais votado, alcançando 370 votos; teve participação fundamental na administração do então prefeito Inocêncio Tobias Ricardo, ocupando diversos cargos importantes naquela administração, bem como sendo por mais de dois anos líder do governo na Câmara de Vereadores. Naquela legislatura encaminhou nove requerimentos à prefeitura municipal e ao governo do estado para a pavimentação asfáltica do acesso ao balneário Camacho.

Findada a Legislatura 81/88, em 1989 foi reconduzido à Câmara Municipal com expressivos 374 votos e eleito por seus pares para a Presidência da Câmara Municipal para o biênio 89/90.

Como presidente da Câmara de Vereadores modernizou os trabalhos legislativos, sendo que nesse período foram elaborados, discutidos, aprovados e promulgados o Regimento Interno e a Lei Orgânica do município de Jaguaruna.

Vereador de Oposição na segunda legislatura, Claudino Abel Botega teve papel fundamental na reivindicação de importantes obras para o município de Jaguaruna durante o período em que atuou na política municipal, sendo que a pavimentação asfáltica entre o centro de Jaguaruna e a comunidade do Camacho sempre foi sua principal reivindicação, tendo dessa forma conquistado o carinho dos companheiros de partido e o respeito de todos os seus adversários.

Para a Legislatura de 93/96, sua esposa Áurea Sandrini Botega foi a primeira mulher a assumir uma cadeira no Legislativo de Jaguaruna.

Atuando como secretário do Planejamento Urbano na administração municipal entre 1993 e 1994, solicitou ao então governador do estado de saudosa memória, dr. Vilson Kleinübing, o asfaltamento do acesso entre o centro de Jaguaruna e o balneário do Camacho.

Internado na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, no dia 30 de outubro de 1995, para a realização de uma intervenção cirúrgica para tratamento de diverticulite aguda, acabou não resistindo aos procedimentos e falecendo em 19 de novembro daquele mesmo ano, vítima de uma infecção generalizada, aos 62 anos de idade.

Em 1996 seu filho mais novo, Anderson Sandrini Botega, foi eleito o vereador mais votado do município de Jaguaruna e em 1997 foi eleito presidente da Câmara Municipal daquele município.

No ano de 1997, a Câmara Municipal de Jaguaruna aprovou o Projeto de Lei n. 0007/1997 e o prefeito municipal sancionou a Lei Municipal n. 780/97, de 12 de agosto de 1997, que denomina Claudino Abel Botega a rodovia municipal que liga o centro da cidade de Jaguaruna ao balneário do Camacho, hoje rodovia estadual, a SC-487, que está sendo asfaltada pelo governo do estado de Santa Catarina."

Ontem ainda conversávamos com o secretário da Infraestrutura, Mauro Mariani, que confirmou a participação daquele órgão do estado na inauguração dessa obra, que teremos o privilégio de acompanhar no próximo dia 30.

Por isso, a nossa justa homenagem ao sr. Claudino Botega, vereador e líder de saudosa memória, que muito contribuiu para o município e para a região.

Sr. presidente, no dia de ontem aprovamos o projeto de origem governamental do nosso governador em exercício, deputado Jorginho Mello, que destina 0,3% dos recursos do Fundo Social para bolsas de estudo, a exemplo do que determina o art. 170 da Constituição de Santa Catarina. Acho plenamente meritório esse projeto, até porque defendo que a educação deve ser gratuita, privada ou pública, mas gratuita, de preferência pública.

Ocorre que hoje 90% das bolsas de estudo decorrentes do referido art. 170 vão para as universidades vinculadas ao Sistema Acafe e 10%, para as demais. Mas eu pergunto: em que difere o aluno carente de uma escola pública de um aluno carente de escola privada? O carente está em todas as partes buscando a oportunidade de ingressar na universidade, de acordo com o seu curso preferido.

Por isso, penso que essa distribuição precisa ser equânime, mesmo porque as universidades privadas detêm, hoje, 40% dos acadêmicos do estado de Santa Catarina.

Então, através do acordo feito aqui com as lideranças e com a regulamentação dessa lei, nós poderemos proporcionar essa condição às escolas particulares, a fim de que a distribuição seja mais justa com o ensino superior de Santa Catarina.

Era isso sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, mais uma vez Santa Catarina acaba sofrendo com as intempéries. Desta vez a chuva de granizo atingiu, na noite de ontem, cerca de 30 municípios, boa parte deles ficando sem energia elétrica em decorrência de danos em uma linha de transmissão da Celesc, principalmente a cidade de Curitiba, onde mais de 1.200 residências foram atingidas, provocando também o destelhamento de várias residências. Isso nos chama a atenção para a necessidade de um sistema avançado de previsão climática em Santa Catarina.

Queremos registrar a nossa solidariedade aos catarinenses que passam por essas intempéries, mais uma vez, em nosso estado. Deixamos o nosso apelo por ações ágeis, rápidas e imprescindíveis por parte da Defesa Civil catarinense.

Da mesma forma que os demais deputados que utilizaram esta tribuna, quero registrar minha homenagem ao Dia do Professor. Essa data tem sua origem no dia 15 de outubro de 1827, quando o imperador dom Pedro I baixou um decreto imperial criando o ensino elementar no Brasil. Isso fez com que cidades, vilas e pequenos locais do país pudessem ter as suas

primeiras escolas de letras e, com a descentralização do ensino, com uma espécie de salário para os professores, com a possibilidade de um currículo básico em nível nacional.

Cento e vinte anos depois houve uma espécie de protesto dos professores do estado de São Paulo, que promoveram um dia de paralisação exatamente no dia 15 de outubro. E aí essa data se espalhou por todo o Brasil. Em 1963, graças ao Decreto n. 52.682, foi oficializada e consagrada em nosso país essa data como o Dia do Professor. Portanto, no dia de hoje.

É claro que não deve ser apenas mais um dia no calendário oficial, mas um dia para reflexão. O trabalho de educar é duro, é difícil, mas extremamente necessário. E apesar da remuneração insuficiente, até mesmo do questionamento do prestígio social que o professor tem hoje, a maioria continua resistindo, continua apaixonada por sua vocação.

Portanto, a data de hoje, o Dia do Professor, é um convite a todos nós, pais, alunos, políticos, governantes, enfim, a toda a sociedade para repensar o nosso papel, a nossa atitude, pois com ela podemos demonstrar o nosso compromisso com a educação que queremos, que desejamos.

Quero, nesta data, fazer uma homenagem especial àquela que foi minha professora durante quatro anos no mestrado e mais quatro anos como orientadora no doutorado, a dra. Odília Carreirão Ortiga, de Florianópolis, minha amiga, que hoje está com 78 anos, mas que ainda continua trabalhando na pós-graduação, na área de mestrado e doutorado.

A ela faço esta homenagem especial, no Dia do Professor, por sua labuta, por seu entusiasmo e por sua busca na formação de novos professores. E deixo a ela e a todos os professores do estado de Santa Catarina, em especial aos professores da rede pública, uma pequena mensagem:

(Passa a ler.)

"Não existe alguém que nunca teve um professor na vida, assim como não há ninguém que nunca tenha tido um aluno. Se existem analfabetos, provavelmente não é por vontade dos professores. Se existem letrados, é porque um dia eles tiveram professores. Se existem prêmios Nobel é porque alunos conseguiram superar seus professores. Se existem sábios é porque transcenderam as suas funções de professor. Quanto mais se aprende, mais se quer ensinar e quanto mais se ensina, mais se quer aprender."

Essa é a vocação do verdadeiro mestre!

Parabéns a todos os professores!

Obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, no Dia do Professor não poderia deixar de, em nome da bancada do Partido

dos Trabalhadores, parabenizar os professores, parabenizar os educadores, parabenizar esta profissão que é fundamental e estratégica para qualquer país, para qualquer perspectiva de construção de uma grande nação, de um grande país. E, coincidentemente, na semana em que acontece a Conferência Estadual de Educação, estão sendo discutidos os grandes eixos norteadores do futuro da educação. Norteadores no sentido do acesso, da permanência e do próprio sucesso escolar. A democratização da educação, o financiamento da educação, a qualidade da educação, a perspectiva da diversidade cultural, social e, ao mesmo tempo, o respeito à diversidade são os grandes eixos que estão permeando a Conferência Estadual. E um deles, especificamente, é a formação e qualificação dos nossos profissionais da educação.

Ontem, aprovamos aqui o piso salarial estadual adequando-o à lei federal, incorporando emendas que a bancada do Partido dos Trabalhadores já havia defendido neste Parlamento, quando da discussão da Lei Complementar n. 455; incorporamos, além do piso, parte das gratificações e queremos ainda que a regência de classe seja exceção do piso.

Em segundo lugar, quando da votação do piso, nós nos manifestamos em relação à importância de se pensar no Brasil não só no piso para quem tem habilitação de 40 horas de ensino médio, como também no piso para quem tem graduação, para quem tem pós-graduação *lato sensu*, para quem tem mestrado e para quem tem doutorado. Não é só o final da carreira que vai motivar o professor, o início da carreira é importante para motivar os professores a pensar no próprio processo de formação e qualificação.

Em terceiro lugar, o deputado Vânio dos Santos propôs, ontem, que fosse realizada mais uma audiência pública na comissão de Finanças e Tributação, para que sejam discutidos um tema e dois projetos extremamente polêmicos nesta Casa Legislativa, que são o PLC n. 0003 e o PLC n. 0014. Nos vários seminários que já realizamos, onde mais de 100 prefeitos falaram sobre a municipalização, principalmente, do ensino fundamental, a posição é unânime: são contra a municipalização! Por quê? Porque o governo do estado quer lavar as mãos com relação ao ensino fundamental.

Os municípios ainda não universalizaram a educação infantil, que é de sua responsabilidade, embora não seja proibido o governo do estado oferecer educação infantil. A maior parte dos municípios de Santa Catarina não deu ainda a condição e o direito às crianças de 0 a 3 anos de terem creche, de 3 a 6 anos de terem educação infantil, como preceitua a LDB.

Então, como os municípios vão atender o ensino fundamental? Quem vai pagar a conta se na municipalização o governo do estado paga o salário dos professores num ano e desconta das prefeituras municipais o FPM no ano seguinte?

Esse processo tem que ser abortado aqui; têm que ser retirados esses projetos, principalmente o PLC n. 0014. É uma irresponsabilidade do governo do estado transferir, de forma paralela e com-

plementar, aos municípios o ensino fundamental. É mais interessante dois entes da federação oferecerem ensino fundamental! A rede municipal, com a sua política pública, a rede estadual, com a sua política pública de fortalecimento da educação, não deixando de se responsabilizar.

Esse resquício neoliberal só prejudica. E amanhã será realizado também, em Itapema, às 19h, um seminário onde será debatida essa questão da municipalização, construindo-se o inverso desse movimento, mesmo porque a Conferência Estadual de Educação, que desembocará na Conferência Nacional de Educação - Conae -, do próximo ano, está discutindo a ampliação das responsabilidades dos governos estaduais e do governo federal.

É assim que se vai construir uma grande nação, é assim que se vai construir um grande país, ou seja, ampliando as responsabilidades na educação, como o governo federal está fazendo ao ampliar o número de escolas técnicas federais, que foram proibidas pelo governo neoliberal do PSDB e do PFL até pouco tempo; ao ampliar as universidades federais, como os *campi* da UFSC em Araranguá, em Joinville e em Curitiba; ao implantar uma nova universidade no oeste de Santa Catarina, com sede em Chapecó, a UFFS, que vai começar a funcionar em março de 2010.

É nessa direção do financiamento, na ampliação de recursos através do Fundeb, antes Fundef, na educação básica de 0 a 17 anos, pois não havia financiamento do governo federal nem para a educação infantil nem para o ensino fundamental; é nesse movimento de ampliação dos recursos do financiamento dos entes da federação, num chamado regime de colaboração, que vamos pensar no futuro do país.

Então, essa irresponsabilidade do governo do estado está beirando a um crime contra as prefeituras, contra os prefeitos, contra os municípios de Santa Catarina!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Deputado Pedro Uczai, agradeço pelo aparte.

Quero dizer a v.exa. que eu passei também, agora de manhã, na Conferência Estadual de Educação, que está acontecendo na Universidade Federal de Santa Catarina. Sei que o nobre deputado participou da abertura representando a nossa bancada e também a liderança, juntamente com a senadora Ideli Salvatti. Então, também quero homenagear o professor pelo seu dia, esse profissional importante, talvez um dos mais importantes do nosso país.

Mas eu fiquei surpreso quanto ao fato de v.exa., mesmo debilitado, tendo que usar uma tipóia, estar falando neste momento. Mas o que não está debilitada é a sua luta, o seu empenho, a sua dedicação como professor, como parlamentar. É por causa dessa sua luta, dessa sua intervenção, dessa sua participação na Assembléia Legislativa e nos debates que tem feito, tanto do PLC n. 0013 quanto do PLC n. 0014, especialmente o último, que

certamente é o mais polêmico - que eu não poderia deixar de fazer este registro da sua luta em defesa dos professores, em defesa dos trabalhadores. Talvez possamos construir uma nova educação, um novo paradigma em nosso estado e certamente a sua contribuição é fundamental para caminhar nesse sentido.

Eu desejo a v.exa., do ponto de vista físico, um pronto restabelecimento, e não tenho mais nada a desejar do ponto de vista da sua luta, porque acho que a sua atuação já fala por si só.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Muito obrigado, deputado Vânio dos Santos. Mas foi o futebol de confraternização que acabou produzindo um desligamento, quebrando uma parte do braço, mas dentro de alguns dias já estarei recuperado.

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Nobre colega, futebol podemos jogar até uma certa idade, depois são recomendadas outras atividades lúdicas, como o jogo de botão e outros.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois é. Estão-me sugerindo também isso, mas não há jeito, pois eu gosto mesmo é de futebol.

Parabéns ao professor pelo seu dia. Eu atuo há 20 anos como professor e educador universitário e desejo um bom futuro a todos os professores, boas lutas, boas jornadas. Mas será de forma unida e organizada que iremos conquistar novos direitos.

Parabéns, professor, pelo seu dia!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, do vereador Sérgio Mello, do município de Penha, juntamente com Rosilete Francisco Soares e seu esposo Vilmar Soares.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

Eu quero aproveitar também para mandar um abraço, no Dia do Professor, à professora Lenir, que hoje faz aniversário e é do município de Penha.

Enfim, quero parabenizar essa grande classe dos professores de todo o estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Giancarlo Tomelin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores que nos assistem pela TVAL e escutam-nos pela Rádio Alesc Digital, minhas senhoras e meus senhores, realmente hoje é um dia especial, é o Dia do Professor, em que precisamos referenciar essa classe que contribui profundamente para o desenvolvimento econômico do Brasil, de Santa Catarina, dos nossos municípios, porque a base da educação é o alicerce para uma sociedade saudável desenvolver-se.

Eu, particularmente, deputado Professor Grando, tenho orgulho de ter sido professor. A minha mãe é professora, os meus dois irmãos ainda são professores no estado de São Paulo e a minha avó é professora de corte e costura do Senai em Gaspar. Então, somos uma família ligada à educação.

Assim sendo, quero, em nome da minha avó que ainda vive, que tem 93 anos, parabenizar todos os professores dos quatro cantos de Santa Catarina, dizendo-lhes que exercem uma função magnífica, especial, é verdade, mas que precisa ser mais valorizada. Este Parlamento tem feito esforços, ao lado do governo estadual, municipal e federal, para valorizar essa classe, pois sem ela certamente o Brasil não se desenvolveria, mas ainda é preciso que seja reconhecida nacional, estadual e municipalmente.

Por isso, como ex-professor, hoje não dou mais aulas, ministrei durante um período, quero parabenizar você, professora, você, professor, você, diretor de escola, e você, estudante, que nesta semana ganhou um presente, assim se pode dizer, deputado Professor Grando, deste Parlamento: o governador interino Jorginho Mello destinou 0,3% do Fundo Social de Santa Catarina aos estudantes carentes universitários em nosso estado.

É uma verdadeira conquista deste Parlamento, uma conquista do governador e também uma conquista dos tucanos. E eu queria parabenizar, então, todos os professores por essa conquista. Tenho certeza de que este Parlamento fez a sua missão, aprovou a lei em tempo recorde, até como uma forma de prestigiar o próprio Parlamento, o próprio presidente. Mas ela precisa, deputado Adherbal Deba Cabral, ser regulamentada. Essa lei, que foi aprovada e que está para ser sancionada a qualquer momento pelo governador em exercício, deputado Jorginho Mello, precisa ser bem regulamentada.

Eu conversava, no início desta manhã, com o deputado Professor Grando e concluí que tenho uma opinião muito parecida com a dele. A lei é importante para o estudante carente, independentemente da universidade, da escola que ele curse, seja ela privada ou fundação. Então, se ela é importante para o estudante, todas as universidades têm que estar aptas a receber essas bolsas de estudo destinadas aos estudantes carentes.

Então, se acho que a distribuição deveria ser feita de forma proporcional, deputado Professor Grando, diretamente ao estudante. E eu tenho convicção de que podemos fazer! Será preciso repensar a questão dos 90%/10%. Mas se for, como alguns aqui defendem, 50% para cada sistema, aí não. Acho que realmente seria deixar de considerar que as fundações exercem um papel público, investem em pesquisa, em desenvolvimento, coisas em que talvez as privadas precisem melhorar.

Então, temos que pensar numa regra, deputado Professor Grando, do tipo 70%/30%, 75%/25%, privilegiando ainda o Sistema Acafe, que realmente é fundamental para o estado de Santa Catarina, mas com os recursos indo diretamente para o estudante.

Deputado Ismael dos Santos, v.exa. também tem essa opinião, acho que se assim agirmos, estaremos distribuindo os recursos de uma forma igualitária, isonômica, com justiça.

Agora, a verdade é que só temos a comemorar pelas várias coisas que aconteceram no Parlamento, no encerramento desta semana em que tive a honra de ser o líder da bancada do PSDB, em virtude da viagem do deputado Serafim Venzon.

Quero parabenizar os deputados e parabenizar o governo de Santa Catarina, que destinou recursos à educação dos mais carentes. Não é um recurso novo, isso é importante dizer, o governo tem desafios com a Polícia Civil, com a Polícia Militar, com o próprio setor da Educação, da Saúde; foi apenas uma destinação do governador interino Jorginho Mello, em harmonia com todos os líderes tucanos, de cima até embaixo, aos bolsistas carentes, através de 0,3% do Fundo Social.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Meu conterrâneo, deputado Giancarlo Tomelin, o governador interino Jorginho Mello fez história e este Parlamento também a faz quando trabalha na perspectiva de ampliar as bolsas de estudo para o ensino superior.

É claro que temos uma preocupação, vamos talvez pular de 20 mil para 25 mil o número de alunos carentes no estado de Santa Catarina atendidos por bolsa de estudo do governo do estado. A minha preocupação vai exatamente nesse viés que v.exa. colocava de que vamos ter, talvez, R\$ 10 milhões de um Orçamento anual a mais para bolsa de estudo. A minha preocupação é essa. Mas se esse recurso for para o aluno carente e não para a instituição, aí estarei de acordo, aí eu fecho com essa proposta de ampliarmos os percentuais. Agora, não podemos trabalhar com instituições particulares que vão, quem sabe, fomentar apenas o seu patrimônio, deixando de atingir o que de fato o projeto prevê, que é o auxílio ao aluno carente.

Obrigado, deputado.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - É isso mesmo, deputado Ismael dos Santos! Concordo com v.exa., pois tenho convicção de que este Parlamento vai regulamentar a lei e colocá-la em prática.

Não poderia também deixar de agradecer ao nosso governador em exercício, que sancionou, deputado Professor Grando, para sua alegria, para que v.exa. nunca mais me cobre um pronunciamento nesta Casa, a lei que proíbe fumar em ambiente fechado.

Santa Catarina, deputado Valmir Comin, está entrando em uma nova era, de ambiente livre de fumo. Quem fuma tem o direito de fumar ao ar livre e quem não fuma agora tem o seu direito constitucional preservado, ou seja, fumar em ambiente fechado está expressamente proibido.

A lei, é verdade, sofreu algumas modificações com o substitutivo global dos deputados Antônio Aguiar, Jean Kuhlmann e Cesar Souza Júnior. É verdade que o colega Antônio Aguiar foi o primeiro a propor essa

materia na Casa. Mas o importante é que a lei está sancionada e o ambiente livre de fumo agora está consagrado por este Parlamento para você, catarinense.

Não posso encerrar o meu pronunciamento sem antes dizer que o governo federal reviu sua posição e vai devolver o Imposto de Renda retido na fonte a maior. Essa é uma conquista dos brasileiros, que brigaram! É uma conquista do senador Arthur Virgílio, que colocou para o governo federal o descalabro que seria ficar com o nosso Imposto de Renda por mais um ano.

Que bom que o governo Lula, que tem feito avanços, é verdade, escuta os tucanos, escuta a Oposição, assim como faz na economia, porque dá continuidade ao projeto tucano da social democracia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o Professor Grando, por seis minutos, em homenagem ao Dia do Professor.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, às vezes dissemos que somos "sofressores", uma mistura de professor com sofredor, porque essa luta é árdua e continua.

Temos um posicionamento bastante claro sobre a questão que o deputado Giancarlo Tomelin explicava, até porque fomos autor de uma emenda, que transformamos em coletiva. Nesse sentido, a ajuda que virá de 0,3% do Fundo Social é para o aluno carente que necessita estudar.

No sistema fundacional é cobrada mensalidade dos alunos, como também nas escolas privadas. Não estamos aqui tratando de universidades públicas, onde o ensino é gratuito. Estamos tratando de instituições que cobram e que estão inseridas em regiões onde o aluno carente também precisa estudar. Como falou o deputado Valmir Comin, o aluno carente precisa desse recurso. E um ditado popular diz claramente: "Não me importa a cor do gato, quero saber se o gato mata o rato". Então, quero saber se a instituição vai atender o aluno carente, porque é isso que queremos.

Está bem claro, vamos fazer justiça através de lei que, sem sombra de dúvida, ajuda a avançar. Ela é positiva, mas precisamos melhorá-la e vamos fazer isso através de uma emenda coletiva, com discussão, com profundidade, porque é para isso que estamos aqui.

Não poderia deixar de registrar que o vale-cultura foi estendido para aposentados e pensionistas. O Plenário da Câmara dos Deputados acatou as emendas da bancada do PPS, que beneficiam aposentados e pensionistas com a concessão de R\$ 30,00 por mês para gastos em cinema, teatro, *show* e livros.

O projeto original do governo excluía aqueles que tanto já contribuíram para o desenvolvimento do país. Para os trabalhadores da ativa, o chamado vale-cultura será concedido no valor de R\$ 50,00. O benefício valerá para aqueles que recebem até cinco salários mínimos. O vale de R\$ 50,00 será distribuído pelas empresas que aderirem ao Programa Cultura do

Trabalhador e poderá ser usado para comprar serviços ou produtos culturais. Será entregue como cartão, nos mesmos moldes do vale-alimentação ou vale-transporte.

A emenda, de autoria do líder Fernando Coruja, contou com o apoio de todos os partidos presentes em plenário.

"É uma justiça que se faz com os aposentados. É por isso que apresentamos essa emenda. É preciso que esta Casa dê sempre atenção aos aposentados", comemorou o líder do PPS.

Durante encaminhamento da votação, o deputado Fernando Coruja argumentou que os parlamentares precisavam ser sensíveis à questão dos aposentados, que estão mais próximos de alcançar uma qualidade de vida maior, caso a matéria passe também pelo Senado.

"O aposentado é aquele que mais tem tempo para assistir às peças de cinema, para ir ao cinema. É claro que ele já tem direito ao meio ingresso, aprovado no Estatuto do Idoso - fui um dos propositores do Estatuto nesta Casa -, mas não é só isso, há muitos outros projetos - livros e outros - em que ele não recebe esse benefício", explicou.

O aposentado é um grande transmissor de conhecimento, é a melhor idade. Então, nada melhor do que essa emenda. Os nossos parabéns ao deputado Fernando Coruja, que é catarinense; parabéns ao trabalho do PPS, que ajudou a aperfeiçoar esse projeto de lei de origem do governo federal. Com isso temos mais justiça, mais cultura, neste dia da educação, neste Dia do Professor.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, srs. deputados, amigos que nos acompanham através da TVAL e da nossa Rádio AleSC Digital, na semana passada abordei um assunto com relação às barragens do rio do Salto e do rio São Bento, no sul de Santa Catarina.

Deputado Professor Grando, v.exa. é um profundo conhecedor desses assuntos, principalmente das questões de saneamento, das questões ambientais, até porque já exerceu a direção da Fatma. Então, quero registrar que a barragem do rio São Bento, na estrutura do seu projeto e na sua concepção, foi feita para atender 1,3 milhão de habitantes. Hoje supre uma demanda de, aproximadamente, 350 mil habitantes. Há uma projeção para atender, além do abastecimento humano e do abastecimento à indústria, 2.500ha de arroz irrigado.

Realmente, o problema das cheias não aconteceu mais, pois existe a regularização dos níveis de água em época de estiagem. A região está realmente contemplada e abastecida, graças à atuação do governo do estado, na época, o governo Amin, e do governo federal, na época o presidente Fernando Henrique; graças também, na conclusão da obra, ao governo Luiz Henrique e ao governo Lula.

Srs. deputados, senti um grau de preocupação a partir da assinatura de um contrato com a empresa Prosul, quando estive no município de Forquilha junta-mente com o presidente da Casan, Walmor De Luca.

A Casan vem desenvolvendo um trabalho não só na parte de abastecimento de água, mas também na vertente do saneamento e até nas vias de acesso, com asfaltamento, com medidas compensatórias, principalmente quando se trata da renovação dos contratos que tem com os municípios.

Foi colocado pelo presidente que estão projetando uma adutora para levar água da barragem do rio São Bento até o município de Turvo. E a preocupação do presidente da Casan, tecnicamente falando, é que está na concepção do projeto da barragem do rio do Salto contemplar os municípios do vale: Turvo, Jacinto Machado, Meleiro, Ermo e também o próprio município de Timbé do Sul. Essa obra se situará na comunidade de Areia Branca.

Então, preocupados com a situação, estamos encaminhando, através de um requerimento, um pedido da presença da Casan e também da Fatma, porque há muita contradição nesse processo. E não podemos perder o recurso federal que já está garantido no PAC, graças à ação suprapartidária da bancada federal catarinense, que a exemplo do que fez com a barragem do rio São Bento também o faz na barragem do rio do Salto.

Então, a nossa preocupação é se essa adutora realmente for abastecer até o município de Turvo, isso descaracteriza a ação política que está sendo implementada para a construção da barragem do rio do Salto.

Eu penso que aquela comunidade e aquela região precisam urgentemente de um desfecho, mesmo porque até o momento foram desapropriados três proprietários que estão instalados no eixo da construção da barragem. A um já foi feito o pagamento, mas os outros dois não aceitaram. Então, foi depositado em juízo. Mas eu pergunto: como ficam os demais, as dezenas de outros moradores, de proprietários daquela comunidade?

Penso que o governo do estado precisa urgentemente tomar uma posição e elencar os recursos necessários para efetivamente fazer a desapropriação daqueles moradores. Muitos já estão entrando, inclusive, em processo de depressão. O efeito psicológico causado pela enxurrada de informações desencontradas é impressionante!

Ouvindo o presidente, parece que o problema está na Fatma. Por isso é que estamos pedindo a presença de um representante da Fatma e outro da Casan, através das comissões de Turismo e Meio Ambiente e de Agricultura e Política Rural, para que possamos, efetivamente, trazer aqui um esclarecimento, colocar as cartas na mesa e, realmente, mostrar à sociedade o que está acontecendo e o que poderemos fazer na condição de parlamentares, de representantes da sociedade, para unir forças no sentido de desencadear esse processo.

A maior dificuldade é alocar esse recurso que está garantido no Programa de Aceleração de Crescimento do governo federal. Já demos o recurso no ano passado e vamos perder, novamente, os recursos deste ano. E sabe-se lá quando vamos ter outra oportunidade dessa natureza.

Por isso, trazemos essa preocupação, mesmo porque além dessa obra proporcionar o abastecimento para a nossa agricultura, para a população, vai regularizar a vazão do rio, que vai evitar as cheias que ocorrem anualmente na região do vale de Araranguá, mais especificamente no município de Araranguá, onde todo ano, com a precipitação de chuvas, acontecem alagamentos e centenas de famílias acabam ficando desabrigadas, inclusive com algumas vítimas fatais.

Essa é uma preocupação que estamos trazendo a esta Casa, até porque penso que após qualquer obra desencadeada e construída no estado de Santa Catarina existe a necessidade, na obra seguinte, de um aprimoramento, um aperfeiçoamento, para sempre ser melhor do que a última construída. E penso que o tratamento dado à barragem do rio São Bento, na barragem do rio do Salto tem que ser mais aperfeiçoado.

Na barragem do rio São Bento, além de terem sido feitos todos os procedimentos com a indenização, com a avaliação das propriedades, foi pago 5% pelas cercas e 15% pelo valor sentimental da propriedade, mesmo porque havia famílias que lá estavam há mais de 70 anos, 80 anos. Mas assim mesmo houve falhas. Temos relatos de famílias que estão até hoje totalmente deslocadas, porque foram tiradas do seu meio, do seu convívio de décadas e arremetidas para a área urbana, a qual não estavam preparadas psicologicamente para enfrentar.

Penso que o trabalho que está sendo feito na barragem do rio do Salto precisa ser aprimorado, precisa ser aperfeiçoado; precisa também ser dado um atendimento digno àqueles moradores que tanto carecem, necessitam, e que estão sob uma pressão sem precedentes.

Por isso, chamamos a atenção do governo do estado, através da Casan, para que efetivamente possamos garantir os recursos no Orçamento ainda este ano, para que se efetivem as desapropriações necessárias e garantam-se os recursos que estão consignados no PAC - Programa de Aceleração de Crescimento.

Era isso, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente. E com a devida autorização de v.exa. quero fazer uma colocação não em tom de crítica, mas em tom de questionamento.

Temos ouvido falar que está acontecendo ou começou a acontecer a Conferência Nacional de Educação. E hoje, Dia do Professor, muitos educadores e educadoras estão perguntando sobre isso. Então, gostaríamos de perguntar quem neste estado de Santa Catarina está organizando ou começando a organizar essa conferência, para que este Poder Legislativo possa divulgar também a realização, a forma de participação, quem participa, de que forma pode-se participar, para toda sociedade catarinense e especificamente para os setores ligados à Educação.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Deputado Sargento Amauri Soares, não tenho a informação neste momento, mas já solicitei à assessoria que consulte a secretaria da Educação, bem como os órgãos da Casa sobre isso. E as informações que forem colhidas serão repassadas a v.exa. de imediato.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Renato Hinnig, do PMDB, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, hoje, dia 15 de outubro, Dia do Professor, quero registrar as minhas homenagens a essa categoria tão importante para a nossa formação como pessoa, assim como na própria atividade do estado.

Quero, então, deixar os meus parabéns a essa valerosa classe de profissionais de Santa Catarina e do Brasil inteiro.

Mas também quero comentar, neste horário, a reunião do diretório estadual do meu partido, o PMDB, ocorrida na última segunda-feira, dia 12, com as bancadas federal e estadual, os 36 coordenadores regionais e mais a diretoria da Associação dos Prefeitos do PMDB de Santa Catarina.

Nessa reunião diversos assuntos foram tratados, muitos de caráter administrativo e de organização partidária. Fizemos um apelo, e até uma convocação, para o partido se mobilizar no sentido de atualizar os dados cadastrais dos filiados do estado inteiro. Também foi feita uma demonstração do site do nosso partido, que tem informações atualizadas de tudo o que diz respeito ao partido e notícias políticas relacionadas com ele e com os ocupantes de cargos eletivos da agremiação partidária. E tudo isso está à disposição no endereço www.pmdb-sc.org.br, com uma gama de informações que interessa não só aos integrantes do partido, mas à sociedade catarinense.

Nessa reunião, houve a delegação para que a executiva estadual do nosso partido marcasse e definisse as regras de realização de prévias para que, efetivamente, o nosso partido defina, urgentemente, e oficialize o pré-candidato do partido às eleições do ano que vem. É um procedimento normal, partidário. E muitos estão deixando entender que o partido vai buscar coligar-se, vai buscar apoio e composição com outras siglas partidárias. Há apenas uma definição de um único nome do partido como pré-candidato ao governo, que ainda vai passar, obviamente, pela homologação nas convenções que acontecerão até o mês de junho do ano que vem.

Aproveito também este espaço para formular um convite à sociedade catarinense, principalmente aos cidadãos da Grande Florianópolis e aos meus pares parlamentares, para que venham participar, hoje, a partir das 20h, na Mansão Luchi, em Palhoça, do lançamento de mais um empreendimento empresarial chamado Firenze Business Park, que será um espaço destinado a empresas, num condomínio industrial, a exemplo do que é feito no Perini Business Park, de Joinville.

Agora também está sendo lançado um empreendimento dessa natureza em Palhoça, um município que vem, já nos últimos anos, destacando-se pela instalação de várias empresas, gerando muitos empregos e alternativas de trabalho e renda, principalmente para os seus moradores e dos municípios vizinhos.

Essa é mais uma oportunidade que Palhoça apresenta ao segmento empresarial do nosso estado, para que as empresas que tenham interesse em lá se estabelecer possam, usando toda uma estrutura de condomínio, compartilhar custos, reduzindo, assim, o valor dos investimentos iniciais. E certamente será mais uma oportunidade de geração de trabalho e renda para muitas pessoas e de viabilização de novos negócios na Grande Florianópolis. É um empreendimento que veio com uma composição muito moderna e que certamente vai atender às necessidades do empresariado que pretende fazer investimentos no nosso município.

Também trato aqui de outro assunto de relevante importância, que é a questão das regiões metropolitanas. Fui incumbido pelo líder do governo de promover um estudo no sentido da elaboração de uma proposta de legislação para criar as regiões metropolitanas em Santa Catarina. E pelos estudos que fiz, apenas a região da Grande Florianópolis reúne, tecnicamente, as condições estabelecidas para se tornar uma região metropolitana.

Mas, evidentemente, temos que considerar outras questões. O componente político é também importante, só que aí entramos num dilema, porque todas as regiões de Santa Catarina, a rigor, podem reivindicar a sua organização sob a forma de região metropolitana, por terem uma população bem distribuída, por não contarem com grandes conglomerados urbanos. Mas qual é o dilema? Quantas regiões metropolitanas vamos propor criar, já que no país existem apenas 22 regiões metropolitanas? Ora, se no Brasil existem apenas 22 RM, não é possível que em Santa Catarina queira-se estabelecer um número muito significativo, acima de seis, dez, 12, como se fala. Como vamos justificar isso tecnicamente? Esse é um assunto que merece ser debatido. Portanto, estou trazendo o assunto para que os deputados reflitam sobre isso e também tragam as suas contribuições nesse sentido.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Deputado Professor Grando, tenho que dividir ainda o espaço com o deputado Carlos Chiodini, mas, rapidamente, concedo um aparte a v.exa., sem prejudicar em demorado o tempo do colega peemedebista.

O Sr. Deputado Professor Grando - Fui presidente da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, quando prefeito da capital de todos catarinenses e durante a minha gestão foi criada a região metropolitana. O projeto veio para esta Casa na época do governo Paulo Afonso e através do deputado Adelar Vieira as RM foram estendidas às demais regiões: Joinville, Blumenau, Chapecó e Criciúma.

Não há nada a opor, mas, conforme estabelece a Lei Federal n. 109, para criar uma região metropolitana existem certas condições para poder buscar esses recursos, porque há recursos específicos que só podem ser utilizados num pedido de região metropolitana. Por exemplo: transporte, habitação, saneamento, que é aquilo que mais necessitamos.

É urgente e fundamental que volte a região metropolitana! Poderiam ter criado as secretarias de Desenvolvimento Regional, sem problema nenhum, mas que mantivessem as regiões metropolitanas. E ocorreu algo inédito: hoje temos uma região metropolitana, a de Chapecó.

Então, v.exa. vai ter muito trabalho, e eu me coloco à sua disposição para que possamos fazer isso o mais breve, de forma urgente, porque Santa Catarina ganhará com isso, e sei que v.exa. é criterioso no seu trabalho.

O SR. DEPUTADO RENATO HINNIG - Muito obrigado pela contribuição, deputado Professor Grando.

Cedo agora o restante do tempo ao deputado Carlos Chiodini.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, ainda dentro do horário do PMDB.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando ainda o tempo do meu partido, o PMDB, também gostaria de reafirmar as colocações do deputado Renato Hinnig, que é o secretário-geral do PMDB em Santa Catarina, quanto à articulação que o partido vem realizando com vistas às eleições de 2010 e quanto ao trabalho de organização e de fortalecimento de encontros partidários, a exemplo do encontro que ocorreu esta semana, na segunda-feira, quando o partido, em Santa Catarina, reuniu o seu diretório na busca de alternativas, de novas ideias e da construção partidária, que é uma marca registrada. O nosso lema sempre foi este: a representação popular do PMDB, o maior partido do estado de Santa Catarina.

E quero dar os parabéns ao deputado Renato Hinnig que, como secretário-geral do partido, conduz da melhor forma possível esse trabalho e tem dado todo o seu esforço para a questão institucional.

Mas também gostaria de usar este momento para fazer um registro muito especial a Corupá, deputado Peninha, uma vez que o município, na semana passada, realizou dois eventos muito importantes, um deles de lazer e diversão, ou seja, a 8ª Bananenfest, uma festa nova no circuito das festas de outubro de Santa Catarina.

Corupá, que é um município que conta com, aproximadamente, 13 ou 14 mil habitantes, que fica lá no vale do Itapocu,

no norte catarinense, realizou essa bela festa no Seminário Sagrado Coração de Jesus, que está sendo todo revitalizado. E faço um destaque especial ao padre Cícero, que é o curador daquele seminário, ao prefeito Luiz Carlos Tamanini e ao Rotary Clube do município pela realização da 8ª Bananenfest, que foi um sucesso, tendo o seu auge no sábado, com um show da dupla Vitor e Léo, com dez mil pessoas prestigiando esse belo evento.

Mas, paralelamente à festa, deputado Vânio dos Santos, ocorreu - e na quinta-feira passada, mais ou menos neste horário, estive presente, juntamente com o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente da Epagri, dr. Luiz Hessmann, que fizeram a abertura - o Congresso Sulbrasileiro de Bananicultura.

A bananicultura, na região norte e nordeste catarinense, tem um aspecto muito importante, representa grande parte da agricultura, a agricultura familiar, naquela região, e vem somando no desenvolvimento.

E por que foi importante isso? Como eu coloquei, a festa ocorria e, ao mesmo tempo, vinha ocorrendo o trabalho de formação, o trabalho continuado na busca de conhecimento para os agricultores que, muitas vezes, são carentes desse trabalho de formação.

O congresso contou com a presença, dentre outras autoridades, do dr. Raul Moreira, que é considerado um dos papas do estudo da bananicultura no Brasil, e também de autoridades da América Latina, com destaque especial ao Equador, à Bolívia, países que também são produtores e têm o foco na bananicultura.

Gostaria também de ressaltar, aproveitando esse tema, a importância da agricultura para o vale do Itapocu, no norte catarinense, que tem sua característica mais voltada à área industrial. Ontem ainda estivemos reunidos com o secretário da Agricultura, Antônio Ceron, que muito bem nos atendeu, juntamente com o vereador Amauri Sarti, de Jaraguá do Sul, na busca de um convênio para a uma miniusina de leite lá no município de Jaraguá do Sul.

Jaraguá do Sul já foi a maior bacia leiteira de Santa Catarina num passado recente, mas por "n" fatores acabou perdendo essa característica. Contudo, essa miniusina, que é uma cooperativa dos produtores, busca mantê-los na atividade leiteira, distribuindo um produto de qualidade no mercado regional. E tenho certeza de que o secretário Antônio Ceron e o governo de Santa Catarina vão ser parceiros na revitalização dessa usina.

Nos mesmos moldes, gostaria ainda de destacar o trabalho da Associação dos Piscicultores do vale do Itapocu, especialmente de Jaraguá do Sul, que vem desenvolvendo um grande trabalho. Já são mais de 200 produtores só em Jaraguá do Sul, que também estão-se organizando na busca de uma fábrica de ração, na busca de um abatedouro para a produção organizada e sustentável dessa grande riqueza, que é a criação de peixes e que, com certeza, será também um sucesso no norte catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Vânio dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Vânio dos Santos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente, quero apenas registrar que está acontecendo, neste momento, no município de Biguaçu, a 1ª Feira do Livro e Mostra de Teatro da Comarca de Biguaçu, que conta com o apoio da Câmara Catarinense do Livro e está sendo organizada por uma liderança comunitária conhecida como Marquinho do Doca.

A solenidade de abertura da feira ocorreu no dia 14 de outubro e ela vai funcionar até o dia de hoje, por volta das 21h. Há toda uma programação, com exposição, capoeira, teatro, música e palestras sobre a importância do livro e da arte.

Portanto, fica aqui o convite a todos para que participem da 1ª Feira do Livro e Mostra de Teatro da Comarca de Biguaçu, que acontece na praça Nereu Ramos, no centro daquela cidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Não há matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Rogério Mendonça, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, deputado Gelson Merísio, e srs. deputados, vou usar este espaço para fazer algumas colocações sobre alguns assuntos que estão na mídia e que se relacionam com o meu partido, o PMDB.

Em primeiro lugar, quero referir-me às prévias. O nosso partido, em reunião na última segunda-feira, decidiu que seria feita uma consulta às bases para definir qual nome do PMDB será candidato a governador.

Eu acho justo. Penso que as prévias são a maneira mais democrática de o partido expressar a sua opinião para que todos os filiados se manifestem. Agora, a prévia é justa, é válida e deve ser feita quando existe um conflito, quando há mais de um candidato. Só o que me estranha é que, na verdade, o PMDB, hoje, só tem um candidato, que se chama Eduardo Pinho Moreira. O outro candidato que tem sido colocado para disputar as prévias com Eduardo Pinho Moreira tem dito sempre que não é candidato a governador e que apoia Eduardo Moreira como candidato do PMDB.

Portanto, nós temos um nome só e vamos fazer a prévia para se decidir se o nosso nome é o de Eduardo Pinho Moreira ou não? Essa é a minha dúvida!

Eu falei com o deputado Professor Grandó há pouco e ele, que tem uma sabedoria, um conhecimento e uma vivência política muito grandes, disse-me que as coligações não ocorrem entre pessoas - e isso é verdade -, mas entre partidos. E o que nós queremos exatamente é que a coligação ocorra entre partidos. E achamos que o PMDB, pelo fato de ser o maior partido de Santa Catarina, com o maior número de deputados estaduais e federais, de prefeitos e de vereadores, tem direito de ter o candidato a governador na próxima eleição dentro da tripla aliança, que nós queremos que permaneça.

Mas, evidentemente, temos que ir preparados para a mesa de negociação e sujeitos a tudo. Precisamos ter também o nosso líder maior, Luiz Henrique da Silveira, sempre junto nessas negociações, até pela aceitação que ele tem nas pesquisas como candidato ao Senado e por ter sido governador duas vezes. Com certeza a eleição do PMDB vai depender de Eduardo Pinho Moreira, nosso líder, a quem respeito e que será o nosso candidato e também o de Luiz Henrique da Silveira ao governo do estado.

Então, o nosso partido, o PMDB, tem que sentar e pensar não com amadorismo, mas pensar por Santa Catarina e no melhor caminho a tomar.

Quero também aproveitar este espaço para fazer uma referência à decisão do Ministério Público Federal de representar contra a lei que criou as secretarias de Desenvolvimento Regional.

Tudo isso nos causa muita estranheza porque a lei complementar foi aprovada por 39 dos 40 deputados da época, em março de 2003; nenhum deputado foi contra, só um absteve-se. Por que, então, a ação não foi impetrada em março de 2003 ou em dezembro de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 ou 2008? Não! Foi agora, em 2009, faltando apenas dois meses para Luiz Henrique da Silveira sair do governo e entregar a administração para Leonel Pavan.

Isso me causa estranheza, até porque não acredito que nenhum candidato colocará como plataforma de governo acabar com as SDRs. Evidentemente que há muita coisa para ser aprimorada, mas hoje, dentro da sociedade catarinense, é praticamente unanimidade o acerto, o bom trabalho que as secretarias de Desenvolvimento Regional vêm realizando por Santa Catarina.

É uma decisão do Ministério Público e evidentemente que ainda dependerá do Judiciário. Mas não acredito que vá acontecer alguma mudança, mas me causa estranheza realmente essa situação.

Quero também aproveitar para fazer referência a algumas notícias que tenho lido nos jornais falando da criação, em Santa Catarina, deputado Vânio dos Santos, de um instituto de meteorologia.

Eu ainda não recebi nada oficialmente, há muito comentário, mas se for enviado um projeto dessa natureza para esta Casa terá que haver uma justificativa muito forte, até porque o Ciram, deputado Professor Grandó, que foi criado por mim quando presidente da Epagri, tem feito um excelente trabalho. Será que não seria o caso de investir mais, de dar maior apoio à Epagri, para que ela possa fazer o seu trabalho cada vez melhor? O ditado já diz: em time que está ganhando não se mexe.

Srs. deputados, tenho dúvidas em relação a esse projeto que, dizem, deverá vir para a Assembleia Legislativa, com o objetivo de criar o Instituto de Meteorologia de Santa Catarina. Será que não será mais despesa, mais estrutura a ser criada? Vamos valorizar o que está sendo bem feito dentro da Epagri pelo Ciram!

Gostaria de saudar o meu amigo de Brusque, Marco Antônio Luiz da Silva, que ontem lançou o seu nome para concorrer à presidência da OAB/SC.

Conheço bem o Marcão, que é um profissional competente, um homem sério, honesto. Sinceramente, não vou poder votar, mas tenho na minha casa duas filhas que darão o seu voto: a Rosina e a Rafaela. Estou torcendo pelo Marcão, pela sua integridade como pessoa e porque sei que fará um grande trabalho à frente da OAB de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Com muito prazer, concedo um aparte ao ex-prefeito da nossa capital, deputado Professor Grandó, que é o professor da política, do conhecimento; um político pelo qual tenho uma admiração muito grande, além de uma amizade pessoal. Estou torcendo, deputado Professor Grandó que o amigo retorne a esta Casa, porque sei que a sociedade catarinense vai permitir que v.exa. se reeleja para continuar o bom trabalho que faz no Poder Legislativo.

O Sr. Deputado Professor Grandó - Obrigado, nobre deputado.

Entendo que o Ciram está cumprindo suas funções. A meteorologia hoje é uma ciência de prevenção e ajuda a agricultura e o planejamento do dia-a-dia, o que é necessário.

Quando viajamos pelo mundo, vemos que as televisões dos outros países estão sempre ligadas à meteorologia, porque as pessoas saem pela manhã e voltam à noite e planejam-se para os eventos públicos.

Em Santa Catarina têm ocorrido questões climáticas extremas e sabemos que o Brasil precisa de um grande centro de pesquisa. Se a Câmara Federal quiser criar um centro de pesquisa meteorológica terá que lutar muito, terá que fazer uma boa justificativa. Mas pode ser feito em nosso estado, com a participação do Ciram, da universidade e de cientistas. Aí poderemos analisar, pois realmente precisamos de um centro de pesquisa especializado em condições climáticas extremas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Com certeza todos sabem que sou defensor da Epagri. Sei do seu valor, da sua importância para Santa Catarina e tenho confiança que o Ciram, dentro da Epagri, poderá continuar fazendo um grande serviço para a sociedade catarinense.

Catarinenses, todas as quintas-feiras costumamos falar sobre minha programação do final de semana. E hoje não será diferente.

Amanhã, sexta-feira, estarei em Vidal Ramos pela manhã. Ao meio-dia estarei em Imbuia participando do projeto Acolhida na Fazenda, com franceses que lá estão. À tarde estarei em Ituporanga, que receberá a visita do governador em exercício, deputado Jorginho Mello. À noite estaremos em Petrolândia, na abertura de uma mostra cultural. Sábado pela manhã estaremos em Ituporanga e à tarde, em Leoberto Leal, na festa do meu amigo Laudir Camero, o Alemão. Já no domingo participarei de muitas festas em comunidades do alto vale do Itajaí e na segunda-feira estarei em Gaspar, Luis Alves e Ilhota, no encontro da juventude do PMDB.

Faço questão de relatar essa programação, sr. presidente, até porque muitas pessoas têm a impressão errônea de que o nosso trabalho é só aqui dentro. Nesta semana marquei algumas audiências e perguntaram-me quando eu estaria na Casa. Disse que estaria na terça-feira pela manhã e que quinta-feira à tarde já não estaria mais aqui. A pessoa ficou admirada e disse que nós trabalhamos só dois dias e meio. Justifiquei que trabalhamos dois dias e meio, mas temos uma atividade muito intensa fora da Casa.

O deputado, efetivamente, trabalha o tempo todo; a maioria percorre os diversos municípios catarinenses participando de eventos, acompanhando o que acontece no interior do estado para vir aqui desempenhar melhor seu trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência deseja registrar a presença do presidente da Câmara de Vereadores de Jacinto Machado, Laudir Possamai, bem como do secretário municipal Wanderlei Tomas, de Antônio Nardi Pereira e de Adilson Piva.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Vânio dos Santos, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VÂNIO DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, telespectadores da TVAl e ouvintes da Rádio Alesc Digital, não tenho a leveza do deputado Peninha, como o próprio nome diz, mas neste final de semana também vou procurar fazer meu roteiro na região sul de Santa Catarina. Agora, no início, estarei indo a Laguna e à noite, a Tubarão.

Quero aproveitar para registrar que amanhã, pela manhã, estarei participando da solenidade de homenagem pela passagem dos 54 anos de Braço do Norte, que hoje é um polo regional com suas fábricas de molduras, de doces, sua produção agrícola. Enfim, Braço do Norte é uma cidade pujante, um município importante do sul do estado.

Tenho uma agenda para cumprir em Tubarão, na região da Amurel, retornando para participar de atividades em Brusque, Itajaí e Blumenau e, de novo, no final de semana, irei à cidade de Criciúma, onde estarei cumprindo agenda no domingo.

Gostaria, sr. presidente, de registrar a passagem do Dia do Professor. Muitos parlamentares já o fizeram, mas é com muita satisfação, com muita honra que também o faço. Sou bancário, deputado Professor Grandó, e o nosso dia é 28 de agosto, Dia do Bancário. Como no dia 28 de agosto eu não estava na condição de parlamentar, faço a minha homenagem a esses profissionais, aos professores e professoras, educadores de todos os segmentos, pela importância da profissão, pelo serviço que prestam à sociedade brasileira, em especial à sociedade catarinense e que permanentemente discutem, com razão e com legitimidade, melhores condições de trabalho, de salário, de segurança e de qualificação profissional.

Enfim, quero fazer esse registro e dizer que é muito importante porque além do

médico, que acho uma profissão fundamental, e do enfermeiro, os profissionais que cuidam da educação, cuidam não apenas do presente, mas são aqueles que ajudam, efetivamente, a construir os cidadãos e cidadãs do futuro.

Sr. presidente, sei que esse assunto não é, naturalmente, um assunto que diz respeito ao meu partido, mas acompanhando os pronunciamentos, especialmente dos deputados do PMDB, e as matérias dos jornais, quero dizer que sou solidário aos meus colegas parlamentares do PMDB, na medida em que o partido toma uma decisão e ela me parece inerente à história do PMDB, que é um partido que teve um papel fundamental, ainda como MDB, na luta contra a ditadura militar, por democracia, pelo direito da população de escolher o presidente da República, os governadores. E não acho que se trata de qualquer roubo partidário, como tenta colocar o governador Luiz Henrique, criando uma ceulema na própria mídia de algo que é uma discussão interna e legítima do PMDB.

Nós também nos preparamos para a eleição de 2010. O Partido dos Trabalhadores de Santa Catarina já tem uma decisão em relação a seus pré-candidatos; todos são pré-candidatos porque naturalmente ainda passarão pelas convenções do ano que vem, mas é a primeira vez na nossa história que o partido marchará unido com o nome da senadora Ideli Salvatti como pré-candidata ao governo do estado e com o nome do deputado Cláudio Vignatti como pré-candidato ao Senado.

Estamos conversando com os demais partidos, com aqueles que estão na base de sustentação do governo Lula, mas ao mesmo tempo estamos construindo a nossa estratégia de programa, de projeto, porque entendemos, sr. presidente, que uma aliança política precisa ser construída em cima de um projeto político, em cima de um programa, baseada e consubstanciada em compromissos efetivos com a nossa população.

Estamos fazendo um diagnóstico, sr. presidente, da precária situação da Segurança Pública em Santa Catarina, da necessidade de melhorar e qualificar a nossa política educacional, de melhorar e incluir as pessoas e implementar, de fato, o Sistema Único de Saúde, dando atenção de forma muito especial ao agente público, ao servidor, àquele que vai fazer a prestação do serviço.

Estamos pensando, sr. presidente, num projeto de desenvolvimento para o estado de Santa Catarina que seja baseado no desenvolvimento sustentável, que considere a necessidade de preservação do meio ambiente, que se preocupe com uma política habitacional bastante articulada com as ações que o governo federal já implementa em nível do Brasil, como é o Programa Minha Casa, Minha Vida e demais obras e ações do PAC, que vêm, sim, no sentido de ajudar a melhorar a qualidade de vida do povo, os nossos índices econômicos sociais, enfim, que a população possa se sentir melhor atendida pelo estado que tem um papel importante e estratégico.

Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estamos pensando numa

política energética para o estado de Santa Catarina, articulada, naturalmente, com o governo federal, na qual a Celesc tem um papel fundamental, mas como empresa pública na qual se pensa, inclusive, numa política de oportunidades para a juventude. São milhares de jovens, deputado Reno Caramori, que merecem e têm a expectativa de um futuro melhor, de uma oportunidade e não apenas de se qualificar e estudar.

O governo federal fez a sua parte quando propôs a interiorização da UFSC, abrindo *campi* em outras regiões de Santa Catarina; quando multiplicou as escolas técnicas federais, cuja ampliação estava, inclusive, proibida por lei aprovada no governo anterior.

Temos que pensar em políticas para a criança e o adolescente. A discussão não está calcada na ideia da redução da idade penal, mas numa proposta que permita ao jovem ter acesso à cultura, ao esporte, à educação, à saúde e ao lazer.

Não podemos deixar de pensar numa política para as pessoas da terceira idade, para que os mais idosos, aqueles que já prestaram os seus serviços para a nossa sociedade, possam ter acesso a todas as políticas públicas e ao lazer.

É preciso pensar uma política séria de turismo, que é uma das principais fontes de renda do estado de Santa Catarina; porém para isso uma política séria de saneamento é essencial, principalmente num estado que possui um dos piores índices de saneamento do Brasil. Estamos empatados com o Maranhão e só na frente do Piauí, para citar apenas alguns exemplos.

Então, sr. presidente, nós marcharemos para 2010 com esse programa e discutindo com a sociedade catarinense que é possível, sim, ter um novo governo, um governo diferente, um governo participativo, com um orçamento discutido com a sociedade. É isso que vamos propor e é isso que estamos construindo em cada dia da nossa atuação neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, nós temos a honra de registrar que está acontecendo, neste momento, no Centrosul, o 8º Encontro Estadual da Mulher Cooperativista.

Estará presente neste evento o presidente da Ocesc/Sescoop, o grande cooperativista Marcos Zordon e sua esposa Dalva; a vice-presidente, sra. Lizete; a sra. Andréia, que representa o SESCOOP nacional; o deputado Odacir Zonta; a sra. Margarete, representante das mulheres cooperativistas; o grande coordenador do evento, nosso amigo Jaci.

Estarão presentes também o presidente da Coperio, Décio Sonaglio; da Cooperalfa, Romeo Bet; o diretor comercial Martini, da Copédia; Arno Pandolfo, da Cooperitaipu; Luiz Suzin, da Coopervil de Videira; Zanata, de Jacinto Machado, da Cooperja; Elio Cazaram, da Cooper A1. Além delas, também a Cooper Ceraçá, de Saudade; a Coopersulca, de Turvo; a Coopervil, de Rio do Sul, e este deputado,

como vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo de Santa Catarina.

Essas cooperativas trouxeram a Florianópolis 700 mulheres cooperativistas, além das coordenadoras. É um evento que orgulha Santa Catarina pelo trabalho que elas exercem nas suas comunidades. Mulheres agricultoras, mulheres granjeiras, mulheres administradoras, mulheres produtoras, mulheres que representam, com a maior dignidade, o setor produtivo de Santa Catarina, através de um trabalho fenomenal, em que elas têm a responsabilidade de conduzir os seus filhos, mostrando a importância do cooperativismo, do associativismo, juntamente com o chefe de família, que é o grande cooperativado.

Por isso sentimo-nos honrado de participar do evento representando o Poder Legislativo.

Serão realizadas várias palestras com os seguintes palestrantes:

Ø Marcos Antônio Zordan, presidente da Ocesc/Sescoop/SC, com o tema Cooperativismo Catarinense;

Ø Sérgio Luiz Zampieri, com o tema Mudanças Climáticas Globais e as Consequências em SC;

Ø Eunice Velloso, da Unimed de Florianópolis/SC, com o tema Violência contra a Mulher;

Ø Nelma Penteado, com o tema Motivação e Qualidade de Vida;

Ø Ney de Almeida Guimarães, que é consultor e palestrante motivacional, com o tema O Papel da Mulher Cooperativista na Família e na Cooperativa.

Durante o dia teremos também a parte recreativa e hoje à noite, um jantar festivo e outras atividades.

Então, foi um prazer poder participar, mais uma vez, desse evento tão importante. Todas essas cooperativas que nós citamos encaminharam um grupo de senhoras para que acompanhassem essa conferência tão importante. São mais de 700 mulheres cooperativadas que têm a grande incumbência do desenvolvimento da sociedade catarinense, do setor produtivo, que fazem parte na recreação, no processo produtivo e na condução da família. Elas exercem uma atividade extraordinária, de muita responsabilidade, junto com os cooperativados e têm, acima de tudo, lado a lado com os seus maridos, com os seus filhos, com toda a família, a tarefa de colaborar com o desenvolvimento do setor produtivo em Santa Catarina.

Nós fazemos este registro porque temos orgulho de pertencer ao setor, como vice-presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo nesta Casa. Há muitos anos militamos junto com as cooperativas, junto ao setor produtivo, mostrando a Santa Catarina a importância de incentivarmos, de colaborarmos, de intensificarmos todo e qualquer pleito, para que o setor produtivo se desenvolva, mostrando o seu empenho às cooperativas ou aos independentes.

Algumas cooperativas não vieram por motivo de força maior, mas elas também representam o setor cooperativo em Santa Catarina. Aliás, quero abrir aqui um parêntese para dizer que o modelo catarinense do cooperativismo serve de exemplo a outros países, juntamente com o grande movimento cooperativista nacional.

Por isso nós nos orgulhamos de ser catarinense, de pertencer a este Parlamento e de defender aqui o setor cooperativista.

O deputado Odacir Zonta, presidente da Frente Parlamentar do Cooperativismo na Câmara Federal, que tem uma atuação intensa no setor produtivo, expôs muito bem o assunto, a fim de que tenha um bom conceito perante as autoridades federais, para que entendam realmente que o associativismo é a solução para o Brasil, é a solução para Santa Catarina, é a solução para todos os estados. Até porque, se olharmos hoje o setor produtivo, o maior produtor chama-se cooperativado, mesmo aquele que é da agricultura familiar, aquele em que somente sua família opera na propriedade produzindo leite, carne, ovos, grãos, hortaliças, frutas, enfim, produzindo os alimentos para os nossos grandes conglomerados urbanos.

Se não fosse, sr. presidente e deputado Joares Ponticelli, o nosso agricultor, o nosso homem do campo, o nosso produtor primário, o que seria das pessoas nas cidades?

Este evento tão importante deverá estender-se até amanhã, sob o comando do nosso grande cooperativista Marcos Antonio Zordan, que preside a Ocesc/Sescoop, juntamente com sua equipe de trabalho, com sua vice-presidente, que desempenha um papel muito importante nesse contexto.

Tenho certeza de que este evento levará ao interior de Santa Catarina mais experiência, mais motivação, mais condições para que essas cooperativas possam ser operadas por mulheres cooperativistas que representam, hoje, todo o estado de Santa Catarina.

Parabéns à Ocesc, parabéns ao SESCOOP/SC, parabéns às cooperativas de Santa Catarina de todos os setores: saúde, transporte, eletrificação rural, produção agrícola, enfim, todos os setores das cooperativas de Santa Catarina que representam a grande produção e o grande produto primário que têm origem, principalmente, no setor cooperativo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, de parlamentares da serra catarinense que estão visitando o nosso Parlamento: vereadores José Ivanir Branco, o Zezo, presidente da Câmara Municipal; Nelson de Lima Souza e Cláudio de Souza Correia, de Capão Alto; vereadores Cláudio José Nervo, José Luiz de Andrade, o Bolinha, além do vice-prefeito Antônio Carlos, o Carlito, e várias lideranças do município de Urubici.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Está feito o registro, deputado Elizeu Mattos.

Com a palavra o deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sr. deputado Professor Grando, srs. deputados Reno

Caramori e Elizeu Mattos, funcionários da Assembleia Legislativa, catarinenses que nos assistem pela TVAL e ouvem-nos pela Rádio Alesc Digital, quero abordar dois assuntos na manhã de hoje.

Primeiramente, quero dizer que ontem abordamos, desta tribuna, a situação crítica, preocupante do crescimento da violência também na região sul do estado. Relatamos, deputado Gelson Merisio, o caso ocorrido na comunidade de São Luiz do Lajeado, no interior de Treze de Maio. Os bandidos estão começando a agir agora na agricultura, na roça. Na segunda-feira e na terça-feira, em dois dias, uma mesma casa foi invadida por bandidos e a falta de ação, a falta de resposta por parte da Segurança Pública é um negócio incompreensível.

Isso está ocorrendo, e não vou cansar de repetir, graças à descentralização da violência, deputado Reno Caramori; é a violência chegando às pequenas cidades, à roça, onde não tínhamos registros ou, quando tínhamos, eram casos raros. Agora, devido a essa atuação trágica e incompetente de desmonte da máquina da Segurança Pública em favor de um projeto político, em favor de uma campanha, estamos vendo crescer, cada vez mais, em índices assustadores, a violência não só nos grandes e nos médios centros, como também no interior, na pequena cidade, na casa do agricultor.

Mas esses números da violência, deputado Gelson Merisio, são maquiados. Não tenho a menor dúvida de que os números da violência divulgados pela secretaria da Segurança Pública não são reais. Não são reais!

Conversei há poucos dias, deputado Reno Caramori, com uma delegada que atua em uma das delegacias da capital e ela me afirmava que menos de 20% dos casos aparecem nas estatísticas. A maquiagem na divulgação dos números é grande, porque se os números verdadeiros dos sequestros relâmpagos, dos assaltos à mão armada nas ruas da capital, como também no interior, forem divulgados, a população ficará mais apavorada do que está.

Mas não há nenhuma ação para frear isso! Os mais de 300 concursados da Polícia Civil chegaram a receber e-mail, no dia 29 de junho, informando que poderiam preparar-se para assumir a academia. A maior parte deles, os que estavam empregados, deixou o emprego e outros alugaram apartamento, casa ou pousada em Florianópolis para fazer academia, mas não foram chamados. Já estamos no dia 15 de outubro e até agora eles não foram chamados.

Então, é uma falta de responsabilidade, é uma enganação o tempo todo! Foi o que o governo fez com os praças, com todo o quadro da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Ontem, estavam aqui os agentes penitenciários, as demais carreiras e os delegados, que recebem o pior salário de delegado de polícia do Brasil. E, para piorar ainda mais, uma delegada que adoeceu, como relatei esta semana, que tem mais de dez anos de carreira, além de ter que enfrentar uma doença grave, viu seu salário ser reduzido a menos de R\$ 3 mil! Como é que isso pode dar certo? O delegado, repito,

é o primeiro garantidor do direito. Se ele está com esse salário miserável, as demais funções como é que estão?!

Eu queria, inicialmente, fazer esse registro em homenagem ao prefeito Arilton Francisconi Cândido, ao vereador Clésio Bardini de Biasi, presidente da Câmara Municipal, e à administração de Treze de Maio, que está tão preocupada com o crescimento da violência.

O ex-prefeito de Treze de Maio, que é do PMDB, é um dos braços fortes do secretário sempre candidato, sempre em campanha Ronaldo Benedet, que se esqueceu de cuidar da segurança para cuidar, em excesso, da sua campanha. O ex-prefeito, que é seu assessor, está vendo a violência crescer e nada faz.

Então, fica aqui, mais uma vez, o nosso registro em homenagem ao Marco Túlio Chella, ao presidente Keka e a todo o nosso time de Treze de Maio, que estão preocupados com o crescimento assustador da violência naquele município.

O segundo registro, e não poderia ser outro, que eu gostaria de fazer diz respeito à passagem do Dia do Professor. Se não temos o que comemorar, que este dia 15 de outubro, Dia do Professor, seja um dia de reflexão para todos nós que aqui estamos, até para fazermos uma avaliação, srs. deputados.

Nós vimos, há sete anos, o então prefeito de Joinville e candidato ao governo Luiz Henrique da Silveira fazer o seu mais forte discurso, a sua principal promessa, o seu principal compromisso, deputado Pedro Uczai, de que se fosse eleito governador dos catarinenses equipararia o salário do professor do estado ao salário do professor de Joinville.

Deputado Reno Caramori, um professor daquele município, com 23 anos de carreira - digo isso porque comparei o salário de uma professora amiga minha, que tem 23 anos de efetivo exercício no magistério de Joinville e 22 no estado -, que trabalha 40 horas por semana, ganha em torno de R\$ 3,6 mil. Por dez horas no estado ganha em torno de R\$ 400,00. Portanto, se trabalhasse 40 horas por semana no estado ganharia em torno de R\$ 1,6 mil, contra R\$ 3,6 mil, no município de Joinville.

Ou seja, o professor do estado ganha menos da metade do que ganha o professor de Joinville. E os professores daquele município reclamam que o plano deles não avançou porque o próprio governador Luiz Henrique segurou para não permitir que a diferença fosse ainda maior.

Então, além de não beneficiar e não honrar o compromisso com o professor do estado, ele ainda deu uma segurada pela influência que tinha, e ainda tem, na administração, para que o plano não pudesse continuar beneficiando os professores de Joinville.

Assim sendo, queremos, neste dia 15 de dezembro, deixar a todos os professores a nossa palavra de solidariedade, de luta, de compromisso. Nós continuamos aqui na defesa cobrando, lembrando, e espero que a nossa Adin, no Supremo Tribunal Federal, já que é a única coisa que podemos fazer, deputado Reno Caramori, possa ser julgada logo, para obrigar, no mínimo, o governo a repor as perdas sala-

riais dos professores e dos demais integrantes do Magistério, bem como dos outros segmentos do funcionalismo.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Joares Ponticelli, hoje pela manhã, às 7h, recebi um telefonema de uma professora de Caçador que estava indo para o colégio onde ministra as suas aulas. Ela me disse o seguinte: "Deputado, eu gostaria que o senhor fizesse um apelo ao governo do estado. Eu estou saindo de casa às 7h para chegar às 7h45min no estabelecimento de ensino. Eu não ganho o suficiente para poder colocar gasolina no meu carro para ir trabalhar. Tenho um carrinho velho, mas tenho que ir a pé porque não tenho condições de colocar gasolina no carro para ir trabalhar, mesmo sendo bem distante. Tenho que sair de casa antes da 7h ou no máximo às 7h".

Rose Becker é professora estadual em Caçador, tem curso superior, é pós-graduada e fez-me esse apelo com veemência: "Está chovendo muito aqui e eu não tenho como ir de carro para o trabalho porque não tenho condições de manter a família e pagar gasolina para colocar no meu carrinho".

Isso é triste! Quantos professores, deputado Joares Ponticelli, estão nessa situação! Quantas professoras, quantos professores, deputado Pedro Uczai, estão nessa situação, deixando o seu carrinho, e muitas vezes não têm nem como pagar a passagem do ônibus urbano para ir até o colégio para trabalhar.

Isso é deprimente! Não é possível que isso ainda ocorra! Eu lembro que antigamente o professor era considerado uma pessoa muito importante. Hoje, coitadinho do professor! É triste, mas é a realidade.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, vou concluir, porque tenho certeza de que no ano que vem, no dia 15 de outubro, haveremos de comemorar, deputado Reno Caramori, a chegada de novos tempos para Santa Catarina, praticando uma política salarial mais justa, mais correta, colocando um ponto final nessa política maléfica de abonos. Começaremos um processo de resgate da dignidade do servidor público, infelizmente abandonado por este governo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Antes de encerrar a presente sessão, concedo dez minutos ao deputado Elizeu Mattos, por trazer um tema de extrema importância.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o que vou falar é muito importante para mim e para os catarinenses também.

Ontem acompanhamos, e vamos falar aqui sem paixão política, sr. presidente e srs. deputados, a posição do Ministério Público Federal sobre projetos de lei aprovados por esta Casa. Tenho um amigo que é procurador da República em Lages, inclusive um dos meus melhores amigos, por quem tenho muito apreço.

Ontem, acompanhamos pelos jornais a ação direta de inconstitucionalidade contra um projeto de lei que aprovamos nesta Casa. E não vamos discutir aqui, deputado Joares Ponticelli, a questão política das secretarias de Desenvolvimento Regional. Não é isso. Mas discutiremos uma ação direta de inconstitucionalidade contra um projeto de lei que virou lei dentro desta Casa. E isso é muito grave! É muito grave o que está acontecendo no Ministério Público Federal, deputado Pedro Uczai. É uma atrás da outra. O pacto federativo está indo por água abaixo. Os arts. 1º, 18 e 25 da Constituição Federal estão sendo rasgados. Daqui a pouco, desculpe-me, sr. presidente, vamos fechar o Parlamento, pois não teremos mais o que fazer aqui, uma vez que tudo o que aprovamos e fazemos nesta Casa não tem validade. Os procuradores da República, que não foram eleitos e que dever ter muito mais coisa para fazer, dizem que o que votamos e deliberamos nesta Casa não tem validade.

Preocupa-me muito esse assunto e por isso ocupo a tribuna, sr. presidente, porque vamos chegar a um estado totalitário em que somente a União mandará e nós obedeceremos. Vamos chegar aonde? O que o Ministério Público tem feito de positivo pelo crescimento de Santa Catarina? E vou começar a questionar também. O Ministério Público Federal tem feito de positivo o quê? Porque está havendo um enfrentamento, sem entrar na questão política, sem igual com este Parlamento.

Lembram que na votação do Código Ambiental havia uma procuradora da República aqui ameaçando os deputados? Tanto que o presidente, deputado Jorginho Mello, falou que ela estava aqui dentro ameaçando uma lei que é dos catarinenses, o Código Ambiental.

Para eles o Código Ambiental não vale! Não vale nada do que fazemos aqui, porque alguns procuradores, não são todos, dizem que não tem validade o que fazemos aqui.

Eu faço esse alerta, sr. presidente e sr. deputado Professor Grandó, com bastante preocupação. Aonde vamos chegar? Num estado totalitário, onde o princípio federativo não valerá mais? Os arts. 1º, 18 e 25 da Constituição Federal, repito, foram rasgados. Aonde vamos chegar?

Assim, ocupo a tribuna nesta manhã, rapidamente, porque estranho muito que só depois de sete anos da implantação da descentralização - faz sete anos, não foi ontem - é que se entra com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a lei que criou as secretarias de Desenvolvimento Regional. Só depois de sete anos!

Então, as subprefeituras que existem na cidade de São Paulo não poderiam existir. E qualquer governador que venha aqui, pode ser Esperidião Amin ou Luiz Henrique, com um plano de governo, que submeta à nossa apreciação um projeto de lei e que esta Casa aprove, depois não tem validade? Então, se for para fazer feijão com arroz, não precisa mudar ninguém, podem ficar sempre os mesmos.

Eu não sei qual o caminho. Não sei aonde vamos chegar. Mas precisamos de gente para ajudar. Chega de gente para atrapalhar. É muita gente para atrapalhar e

pouca gente para ajudar. Pode-se fazer oposição, deputado Joares Ponticelli, mas existem coisas que ultrapassam todos os limites da paciência do cidadão catarinense.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Elizeu Mattos, v.exa. sabe da minha posição pessoal e da nossa posição partidária com relação a esse assunto, e não vamos discutir isso. Temos uma posição, somos a favor da descentralização, mas contra o modelo que foi adotado. Mas esse não é o tema da discussão.

Com relação ao assunto que v.exa. aborda, que ganhou ampla repercussão na imprensa catarinense há dois dias, o que mais me chamou a atenção é o tempo que se levou para questionar. Porque veja: essa estrutura foi criada em 2003, deputado Cirio Vandresen, e passaram 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009! Seis anos! Seis anos para questionar?! Eu não consigo compreender o porquê de tanto tempo. Compreenderia uma ação logo no início do questionamento.

Agora, não consigo entender as razões, repito, sem querer discutir o mérito, porque v.exa., o seu partido e o governo que v.exa. tão bem defende nesta Casa têm um ponto de vista com relação ao mérito, cumprindo o seu papel, e eu tenho outro. Mas não é essa a discussão.

O que efetivamente me chamou a atenção é o tempo que se levou para apresentar essa ação. Aliás, não é a apresentação da Adin ainda, é uma manifestação, pelo que eu li, dos procuradores ao procurador-geral da República, pedindo que apresente a ação. Então, eu não consegui compreender o porquê de tanto tempo.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - O que me preocupa, deputado Joares Ponticelli, na verdade, é que já passaram duas eleições com uma proposta única.

Foram duas eleições! E o público julgou! Na eleição passada já havia as SDRs e elas foram aprovadas nas urnas, porque foi em cima da descentralização que Luiz Henrique se reeleveu governador. Mas o que mais preocupa, e isso nós temos debatido muito nas comissões, é que daqui a pouco seremos uma Casa que apenas fará requerimentos, moções e concessão de títulos de cidadão. Nada mas poderemos votar, porque existem os iluminados que dizem que o que fazemos aqui não vale. Olhem, é preocupante! É preocupante o que está acontecendo. Certos iluminados dizem que o que votamos aqui não vale. O Código Ambiental não vale; a lei da descentralização não vale; a lei não sei do quê não vale. Nada dá para fazer nada porque eles acham que não vale, e eles têm um poder superior ao nosso.

Eu acho que se isso continuar, não há por que haver eleição para deputado estadual. Não precisa mais haver eleição. Será desnecessário! Vamos fazer o quê? Conceder título de cidadão? Dar nome a ruas? Fazer requerimento e moção? Por quê? O que há? O que vamos fazer aqui? Se tudo o que fazemos, se tudo o que aprovamos, e aprovamos por unanimidade, não vale?!

Sou deputado de primeira viagem, sim, sr. presidente, mas preocupa-me muito. Quando me candidatei, e não achava que chegaria, pois já havia tentado duas vezes, vim para cá pensando uma coisa diferente; vim para cá pensando em fazer projetos, discutir projetos de lei, pensando que as nossas leis teriam validade. Jamais pensei que seria dessa maneira. Estamos fazendo de conta dentro desta Casa. Ou seja, aprovamos, mas certos iluminados dizem que não tem validade.

Com relação ao Código Ambiental, nós nos dividimos. Havia prós e contras, mas venceu a maioria dentro da democracia. E assim é a democracia, é desta maneira: discute-se, debate-se e

vence a maioria. A maioria vence! Se fôssemos aqui todos iguais, não haveria necessidade dos 40 deputados, apenas um faria todo o serviço. Nós somos diferentes porque a sociedade é diferente, e aqui está a sociedade, aqui está o espelho do nosso povo do interior, do povo de Santa Catarina. Nós representamos os catarinenses e aqui expressamos as nossas opiniões em nome daqueles que representamos.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Nobre colega, quero trazer um tema central do ponto de vista de concepção de Parlamento.

Hoje há uma "governamentalização" dos Parlamentos no mundo inteiro. O Congresso é subordinado ao Executivo federal; os Parlamentos estaduais ao Executivo estadual; e nos municípios os prefeitos subordinam as Câmaras de Vereadores.

Efetivamente precisamos recolocar o papel do Parlamento na sua importância estratégica de produzir leis. Mas isso, na visão dos procuradores, é vício de origem. Repito, temos que recolocar e "ressignificar" o papel do Parlamento. Quanto a isso sou solidário com v.exa., ou seja, de colocar e fazer esse grande debate.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço seu aparte, nobre deputado.

Antes de encerrar, desejo registrar a presença do prefeito de Correia Pinto, Válio Foster, que acompanha a sessão nesta manhã de quinta-feira na Assembléia Legislativa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para a próxima segunda-feira, às 19h, em homenagem ao Dia do Médico.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 020ª SESSÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO HOMENAGEM AO DIA DO MÉDICO PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR SUMÁRIO

DEPUTADO JAILSON LIMA - Fala sobre a profissão do médico, seus desafios e sua responsabilidade.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Ressalta a visão que a sociedade tem do médico como uma pessoa boa, capaz de aliviar o sofrimento de pacientes e familiares.

CYRO VEIGA SONCINI - Comenta que o Sindicato dos Médicos é um forte mecanismo que viabiliza as conquistas do amanhã.

GENOIR SIMONI - Reivindica que a profissão seja regulamentada, pois a falta de

regulamentação prejudica a classe média e seus avanços.

RODRIGO JORGE DA LUZ BERTONCINI - Menciona os avanços tecnológicos ao longo dos anos e o progresso da Medicina em todas as especialidades.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Enfatiza que a singela homenagem busca incentivar o trabalho do médico, que enfrenta desafios para oferecer o que há de melhor para a saúde da população.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Neste momento, convido para compor a mesa, as autoridades que serão nominadas.

Excelentíssima senhora Carmem Zanotto, secretária de estado da Saúde em exercício, neste ato representando o governador do estado de Santa Catarina em exercício, deputado Jorginho Mello;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor vereador Ricardo Camargo Vieira, neste ato representando a Câmara Municipal de Florianópolis;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa;

(Palmas)

Senhor Rodrigo Jorge da Luz Bertoncini; presidente do Conselho Regional de Medicina;

(Palmas)

Senhor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina;

(Palmas)

Senhor Cyro Veiga Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Murilo Ronald Capella, vice-presidente da região sul da Associação Médica Brasileira;

(Palmas)

Autoridades, sras. e srs. deputados presentes, esta sessão foi convocada por solicitação deste deputado, e contou com a aprovação dos demais parlamentares, em homenagem ao Dia do Médico.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

Gostaríamos de registrar a presença das seguintes autoridades:

Senhor José Carlos Xavier Roberge, tenente-coronel médico da Polícia Militar, chefe da Divisão de Saúde e Promoção Social, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar;

Senhor João Marcus, major médico do Exército Brasileiro, neste ato representando o comandante do 63º Batalhão de Infantaria;

Senhor Altino Lemos de Farias, ex-governador do Rotary Club.

Convido o sr. deputado Jailson Lima para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Excelentíssimo companheiro de Parlamento, deputado Antônio Aguiar, autor do requerimento que ensejou esta sessão especial:

Excelentíssima senhora Carmem Zanotto, secretária de estado da Saúde em exercício, neste ato representando o governador do estado em exercício;

Quero saudar os nossos grandes dirigentes das entidades médicas de Santa Catarina: a Associação Catarinense de Medicina, o Sindicato dos Médicos e o Conselho Regional de Medicina;

Cumprimento os meus professores da Faculdade de Medicina - e talvez nem todos saibam que eu sou médico -, drs. Murilo Ronald Capella, Nelson Grisard, Paulo Sá, Ernesto Francisco Damerau e Antônio Silveira Sbiassa.

Hoje estou neste Parlamento, de uma forma ou de outra, também atuando nas ações públicas concernentes às questões da saúde. E esta homenagem, esta solenidade festiva ressaltando, enaltecendo o papel que todos nós temos do ponto de vista profissional, como médico, dr. Antônio Aguiar, é de fundamental importância, porque cada um dos homenageados aglomerou um contingente de vitórias, de respostas técnicas e de muitas vidas salvas. Às vezes, porém, com certeza, sentiram-se incapazes, dr. Rodrigo Bertoncini, em determinadas circunstâncias, de amenizar o sofrimento do paciente, do próximo.

Eu, como médico, gostaria de ressaltar uma das figuras homenageadas na noite de hoje, aqui representada pelos seus netos Eduardo e Paula. Refiro-me ao deputado e médico Waldomiro Colautti.

O dr. Waldomiro Colautti foi duas vezes deputado estadual, duas vezes presidente desta Assembleia Legislativa. Nasceu em 1929 e formou-se em 1957. Eu não era nascido ainda. Desde a formatura foi trabalhar na região do alto vale, na cidade de Ibirama, onde permanece até hoje, clinicando, trabalhando.

Se formos levantar números nos anais da secretaria da Saúde, veremos que foi o médico que mais fez cirurgias de varizes não só em Santa Catarina, mas no Brasil. Continua atendendo pelo SUS no Hospital Miguel Couto, hospital que ele, como secretário da Saúde, apoiou e construiu uma nova unidade com aproximadamente 6.000m².

No período em que ocupou a pasta da Saúde foi responsável pelo desenvolvimento e instalação de alguns hospitais no estado de Santa Catarina. Confesso que não tinha conhecimento disso, mas à medida que fui conhecer um pouco a sua bibliografia, fiquei sabendo que os hospitais de Joinville, de Chapecó, de São José, de Curitiba e Joana de Gusmão, em Florianópolis, foram de uma forma ou de outra beneficiados por ele.

Quero pessoalmente agradecer a todos os colegas que foram meus professores e que me permitiram, através da Universidade Federal de Santa Catarina, não apenas obter os meus conhecimentos, mas também inserir-me na vida pública, na vida política.

Então, em meu nome, em nome da minha esposa, Deise, que também foi aluna de todos vocês, o nosso abraço fraterno, a nossa saudação, o nosso muito obrigado.

Agradeço também, em nome do povo de Santa Catarina, à brilhante atuação dos médicos do nosso estado, bem como às ações desenvolvidas pelas entidades de classe, que melhoram, certamente, a qualidade de vida do nosso povo.

Parabéns a v.exa., deputado Antônio Aguiar, que tão bem soube sintetizar tudo isso através desta solenidade de agradecimento e de homenagem a todos os companheiros que têm ajudado a construir a história médica do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido o deputado Serafim Venzon para fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Excelentíssimo deputado Antônio Aguiar, que fez a proposição desta cerimônia em homenagem ao Dia do Médico e que também aproveitou para destacar todos os médicos de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Carmem Zanotto, secretária de estado da Saúde, em exercício, neste ato representando o governador do em exercício, deputado Jorginho Mello;

Excelentíssimo senhor vereador Ricardo Camargo Vieira, representando a Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, nobre parlamentar, representante também da categoria dos médicos;

Senhor Rodrigo Bertoncini, presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, meu colega turma;

Senhor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina;

Senhor Cyro Veiga Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina;

Senhor Murilo Ronald Capella, nosso querido professor, certamente todos os que hoje ocupam cargos tão destacados nas entidades médicas foram seus alunos. Não

sabemos se somos bons, mas se somos assim, todos devemos aos nossos professores. Por isso, orgulhamo-nos muito do senhor e de todos os nossos professores, tanto quanto dos nossos pais.

Por isso, é um prazer muito grande tê-los aqui no dia de hoje. Gostaria de cumprimentar um a um, mas para não cometer algum equívoco, quero, em nome do dr. Júlio Doin Vieira, saudar todos os homenageados e dizer da minha satisfação de participar desta sessão especial e em nome do Poder Legislativo prestar esta homenagem aos médicos de Santa Catarina.

O médico, na hora mais difícil de cada pessoa, é quem mais se relaciona com o paciente, é o que demonstra sensibilidade, amor, carinho, que a sociedade como um todo deve ter no momento de maior necessidade de uma família ou de uma pessoa. Esse lado carinhoso, que é expresso pelo afeto com que o médico atende e aplica tudo que conhece, tudo que a ciência dispõe, é investido pelos médicos no atendimento ao cidadão, para que ele possa recuperar-se da doença, para sentir-se melhor naquilo que o perturba ou, na pior das hipóteses, para que tenha conforto na hora difícil.

Ontem estava assistindo a alguns programas de televisão, vendo pessoas que parecem ter dificuldade em reconhecer a importância do profissional médico, como alguns apresentadores, por fim reconhecerem e saudarem os médicos do Brasil, dizendo que a grande maioria, a suprema maioria - a palavra me marcou porque até achei-a mal colocada -, era formada por pessoas boas, das quais a sociedade sente orgulho e que cada cidadão conhece pelo menos dois ou três médicos a quem respeita.

Por isso, eu vim aqui, deputado Antônio Aguiar, fazer coro à proposição de v.exa. e também prestar homenagem a todos os médicos de Santa Catarina, dizendo que nós, do governo estadual, nós, do Poder Legislativo, orgulhamo-nos dos médicos que temos. Santa Catarina orgulha-se dos profissionais médicos que têm.

Tenho certeza de que, assim como eu, os deputados Antônio Aguiar e Jailson Lima se sentem orgulhosos da nossa profissão. Muitas vezes ouvi, desta tribuna, os deputados Jailson Lima e Antônio Aguiar se referirem aos médicos com orgulho. Orgulho não porque são médicos, mas pelos colegas que têm, por aquilo que fazem, por serem do jeito que são!

Por isso queremos dizer aos médicos de Santa Catarina que a nossa profissão tem autoridade. Uma profissão que pelo fato de ter maior autoridade, também tem maior responsabilidade e está impregnada em todos nós. Nós fazemos isso, nossos médicos fazem isso, e sentimos muito orgulho por termos todos vocês como nossos companheiros.

Por isso, repito aqui, estou fazendo coro à indicação do deputado Antônio Aguiar, que fez a proposição desta sessão, com a aprovação do deputado Jailson Lima e com a minha aprovação.

Eu cumprimento todos os médicos catarinenses, em nome de alguns que serão homenageados hoje, nesta Casa.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Em nome do deputado Gelson Merísio, presidente do Poder Legislativo em exercício, convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados do Poder Legislativo.

O SR. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite.

Neste momento, o Parlamento catarinense presta homenagem aos médicos pela sua dedicação ao exercício da Medicina com humanismo, responsabilidade e ética profissional, para o bem de toda a sociedade catarinense.

A seguir serão homenageados os médicos indicados pela Associação Catarinense de Medicina.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar, acompanhado do dr. Genoir Simoni, para fazer a entrega das homenagens a partir deste momento.

Convido para receber a homenagem a dra. Leonice Tobias, médica de Florianópolis, especialista em Pediatria e Nutrição Parenteral e Enteral, que atua no Hospital Infantil Joana de Gusmão.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Hamilton Rogério Sandford de Vasconcelos, médico de Florianópolis, especialista em Ginecologia e Mastologia, fundador e primeiro diretor do Hospital Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Luiz Fernando Granzotto, médico de Chapecó, a capital do oeste catarinense, especialista em Otorrinolaringologia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Sérgio José Ferreira, médico de Joinville.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Américo José d'Oliveira, médico de Lages, especialista em Radiologia.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao dr. Genoir Simoni ao deputado Antônio Aguiar e convido para vir à frente o deputado Serafim Venzon, acompanhado do dr. Cyro Veiga Soncini, para fazer a entrega das homenagens aos médicos indicados pelo Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina.

Convido para receber a homenagem o dr. Altino Lemos de Farias, médico de Curitiba.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Aylson Confúcio Lima.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Ernesto Francisco Damerou, médico de Florianópolis e de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Francisco Karam, médico de Videira, que completou 90 anos e está atuando ainda na profissão. Que sirva de exemplo para cada um de nós, nas mais variadas áreas.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Gabriel Dequech Filho, médico de Mafra.

Convido para receber a homenagem o dr. Hélio Mendes, médico de Concórdia.

Os dois não estão presentes, mas receberão uma homenagem, posteriormente, por parte do Sindicato dos Médicos e também da Assembléia Legislativa.

Eu agradeço ao deputado Serafim Venzon. Dando continuidade à solenidade, serão homenageados os médicos indicados pelo Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina.

Convido o deputado Jailson Lima da Silva e o dr. Rodrigo Bertoncini para fazerem a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o dr. Antônio Silveira Sbissa.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Aurélio Pinho Rotolo, representado aqui pelo dr. Aurélio Rotolo da Costa Araújo, também médico.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a dra. Miriam Krieger Tavares da Cunha Melo.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Nelson Grisard.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o dr. Paulo Norberto Discher de Sá.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço ao dr. Rodrigo Bertoncini e solicito ao deputado Jailson Lima que permaneça aqui à frente.

Convido os srs. deputados Antônio Aguiar e Serafim Venzon para fazerem a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o dr. Júlio Doin Vieira, médico mais antigo de Florianópolis, membro da Associação Catarinense de Medicina e do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, médico emérito da Academia Catarinense de Medicina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A homenagem agora será prestada ao dr. Roberto Luiz D'Ávila, aqui representado nesta oportunidade pela dra. Marta Rinaldi Müller.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à dra. Marta e também aos deputados Jailson Lima, Antônio Aguiar e Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido para fazer uso da palavra a representante do governador em exercício, deputado Jorginho Mello, a secretária de estado da Saúde em exercício, Carmen Zanotto.

A SRA. SECRETÁRIA CARMEN ZANOTTO - Boa-noite. Em nome do governador do estado de Santa Catarina em exercício, deputado Jorginho Mello, quero cumprimentar o presidente desta sessão e parabenizar o deputado Antônio Aguiar.

Quero cumprimentar também as seguintes autoridades:

Senhor vereador Ricardo Camargo, neste ato representando a Câmara de Vereadores do município de Florianópolis;

Senhor deputado e médico Jailson Lima, ex-prefeito, com quem tive a oportunidade de trabalhar como secretária;

Senhor doutor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina;

Senhor doutor Cyro Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina;

Senhor doutor Murilo Ronald Capella, vice-presidente da região sul da Associação Médica Brasileira;

Demais autoridades que compõem a mesa.

Quero pedir licença a todos os homenageados e em meu nome, como secretária de estado da Saúde em exercício, cumprimentar um profissional, o dr. Américo, que é médico radiologista do meu município, e dizer-lhe que me lembro dele ainda quando era supervisora, quando estava iniciando minha carreira no Hospital Nossa Senhora dos Prazeres, ocasião em que, como supervisora noturna, tínhamos que cuidar da casa toda. Mas quando via uma luz acesa, já tarde da noite, no setor de radiologia, batíamos à porta e víamos que era o dr. Américo que estava lá verificando e fazendo o laudo dos exames de Raios-X.

Então, em nome do dr. Américo, quero cumprimentar todos os homenageados e homenageadas desta noite. E aqui representando o nosso governador em exercício quero agradecer a todos eles, a todos os médicos e médicas do estado de Santa Catarina, aos seus familiares, por permitirem a ausência de muitos e muitos anos de convívio familiar em função da dedicação ao trabalho.

Então, em nome do nosso governador, em nome de toda a secretaria de estado da Saúde, quero cumprimentar todos os médicos e médicas que atuam em território catarinense.

Agradeço a todos pelo trabalho realizado, independentemente da unidade em que trabalham, Hospital Universitário de Santa Catarina, hospitais públicos do estado, rede filantrópica, rede básica de saúde, rede privada. Quero dizer que é muito importante e fundamental o trabalho dos senhores e das senhoras para a saúde da nossa população.

Então, o nosso muito obrigado com muito carinho, com muito respeito e parabéns aos homenageados. Eu tenho certeza de que temos muito mais profissionais para homenagear em Santa Catarina, muito mais médicos para abraçar, então, em nome de todos o meu muito obrigado pelo trabalho e dedicação para com a saúde em Santa Catarina.

Parabéns!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Convido para fazer uso da palavra o dr. Cyro Veiga Soncini, em nome do Sindicato dos Médicos de Santa Catarina.

O DR. CYRO VEIGA SONCINI - Boa-noite, deputado Antônio Aguiar, presidente desta sessão, colegas, na cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato dos Médicos, ocorrida recentemente no dia 28 de agosto, pude dizer que o sindicato é um instrumento de transformação, que com as ações desenvolvidas podemos assegurar direitos e ampliar as possibilidades do amanhã. Disse também, usando as belas palavras do poeta Paulo Leminski, que não podemos apenas nos acostumar com aquilo que é usual, corriqueiro, com as tarefas de sempre e de todos os dias de um sindicato. Temos que ousar construir aquilo que ainda não existe.

Disse o poeta em seu manifesto:

(Passa a ler.)

"A literatura de um país pobre não pode ser pobre de ideias.

Pobre da arte de um país pobre de ideias; pobre da ciência de um país pobre de ideias. Num país pobre não se pode desprezar nenhum repertório, muito menos os repertórios mais sofisticados, os mais difíceis de aceitar à primeira vista.

Lembrem-se de Santos Dumont.

Sempre haverá quem diga que num país pobre não se pode ter energia nuclear antes de resolver o problema da merenda escolar. Errado. Num país pobre, movido a carro de boi, é preciso por o carro na frente dos bois."

Existem momentos em que o sindicato tem que colocar o carro na frente dos bois para assim proceder, seja no corriqueiro, seja no extraordinário. Precisamos de localização, espaço físico, telefone, computador. Mas o que o sindicato precisa mesmo é de pessoas. Elas é que fazem a diferença.

Nós, hoje, ocupamos cargos na diretoria, tendo a responsabilidade de dar materialidade aos sonhos e aos pensamentos dos médicos. Existem inúmeras outras pessoas - mesmo não estando presentes no seu dia a dia - que dão o suporte necessário para que o sindicato tenha peso. E os colegas indicados pelo sindicato para merecidamente serem homenageados são essas pessoas. E vamos citá-los: doutores Francisco Karam, do município de Videira; Gabriel Dequech Filho, de Mafra; Altino Lemos de Farias, de Curitiba; Hélio Mendes, Ernesto Francisco Damerau e Aylson Confucio Lima, de Florianópolis.

Em nome do Sindicato dos Médicos manifesto o nosso reconhecimento a esses cidadãos pelos relevantes serviços prestados e também pela longevidade sindical, brilhando como exemplo para os jovens médicos.

Recebam, juntamente com os demais homenageados, o caloroso abraço de todos os médicos catarinenses.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR -

Neste momento fará uso da palavra o dr. Genoir Simoni, em nome da Associação Catarinense de Medicina.

O DR. GENOIR SIMONI -

Excelentíssimo deputado Antônio Aguiar, proponente desta sessão;

Excelentíssimo deputado Jailson

Lima, colega médico;

Excelentíssimo deputado Serafim

Venzon;

Excelentíssima senhora Carmen Zanotto, secretária de estado da Saúde em exercício;

Excelentíssimo vereador Ricardo Camargo Vieira representando a Câmara Municipal da capital;

Prezado doutor Murilo Ronald Capella, presidente da região sul e representando o dr. Luiz Gomes do Amaral;

Caro doutor Cyro Soncini, do Simesc;

Prezado doutor Rodrigo Bertoncini, do Cremesc;

Caros colegas homenageados.

(Passa a ler.)

"É com muito orgulho e satisfação que os médicos catarinenses de toda Santa Catarina recebem esta homenagem da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, numa demonstração efetiva da valorização desta Casa àqueles que diariamente trabalham em prol da saúde e da vida dos catarinenses, em especial os homenageados que a Associação Catarinense de Medicina indicou. Nós gostaríamos de estender essa homenagem a todos os médicos do estado de Santa Catarina.

A passagem do Dia do Médico é um valioso instrumento para parabenizar todos os que aceitaram a Medicina como missão, enfrentando os inúmeros desafios que a profissão vive na atualidade, numa nação que convive com a mais alta tecnologia junto a condições inadequadas de trabalho, onde o mais caro exame pode ser realizado, mas ainda se morre de dengue e de doenças geradas pela falta de saneamento básico em todo o Brasil.

Essa é a realidade do médico do século XXI. Ele se esforça cada vez mais para acompanhar a evolução da Medicina, mas ainda trava verdadeiras batalhas para viver com dignidade e para poder prestar seu atendimento com qualidade, que o paciente necessita e merece.

Talvez poucos aqui, nesta Casa, saibam, mas a regulamentação da profissão do médico, a mais antiga da história da humanidade, encontra-se ainda hoje na pauta de votação da Câmara dos Deputados e do Senado. Sim, senhores, a Medicina nunca foi regulamentada em nosso país, e ainda lutamos para deferir os atos exclusivos da profissão; ainda buscamos a garantia de que o diagnóstico e a terapêutica sejam definidos pelo médico.

Conquistamos, sim, nesse último mês, alguns avanços nesse sentido, com a aprovação do Ato Médico pela comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e pela comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, mas ainda aguardamos a votação final no Senado e a sanção do presidente da República."

Quero deixar registrado, neste momento, um trabalho importante que o dr. Luiz Roberto D'Ávila, atual presidente do Conselho Federal de Medicina, vem desenvolvendo à frente desse conselho, no intuito de regulamentarmos a profissão do médico. Deixo também o registro de que o deputado Edinho Bez lutou bastante para que a regulamentação chegasse até onde nos encontramos.

(Continua lendo.)

"Também é antiga a busca do financiamento adequado à assistência à saúde em nosso país, pois a Emenda Constitucional n. 29, que define os percentuais a serem investidos no setor pela união, estados e municípios foi elaborada no ano de 2000, mas ainda hoje percorre os corredores do Congresso Nacional à espera do voto.

Enquanto isso, senhores, os hospitais ficam abarrotados de pacientes à espera de atendimento, em busca da assistência prometida na Constituição Federal de 1988, a Constituição Cidadã, que ainda não conseguiu garantir o mais cidadão de todos os direitos que é a saúde do povo.

Os médicos também têm outras lutas que os deputados do estado de Santa Catarina precisam ser sabedores: a qualificação permanente das escolas médicas, que já oferecem vagas suficientes para a formação de novos médicos a cada ano, mas que em alguns casos deixam a desejar na formação étnica e humanitária da Medicina. Hoje, em Santa Catarina estamos com dez escolas médicas, e temos um médico para 650 habitantes, enquanto a Organização Mundial de Saúde preconiza um médico para cada mil habitantes; a justa remuneração para os atos médicos, em especial pela consulta que no Sistema Único de Saúde registra hoje uma das mais aviltantes tabelas de pagamentos da história da Medicina em nosso país; na rede pública estadual, a mobilização é pela implantação de mecanismos que defendam os médicos, no plano de cargos e

vencimentos da Saúde que, graças à mobilização da categoria, garantiu alguns avanços, mas ainda precisa consolidar as vitórias, sob pena de ameaçar negociações históricas entre a classe e o governo estadual; já na saúde suplementar que abriga os planos de saúde, a ação é no sentido de adoção da classificação brasileira hierarquizada de procedimentos médicos, a CBHPM, que foi construída pela união das entidades médicas nacionais e constituiu-se no referencial ético da remuneração dos médicos no Brasil.

Todas essas lutas, senhores, têm à frente a Associação Catarinense de Medicina, a mais antiga entidade médica do estado de Santa Catarina, em conjunto com o Simesc e com o Conselho Federal de Medicina, em seus mais de 70 anos de atividades em prol da Medicina catarinense, dos médicos e principalmente da assistência à população.

A ACM, que é a casa do médico, tem a missão de congregar a categoria nas suas lutas, além de buscar o contínuo aprimoramento profissional do médico nas suas mais diversas especialidades e de ser a disseminadora da atualização do conhecimento, através dos congressos e dos cursos de educação médica continuada, que têm levado conhecimentos aos profissionais de todo o estado e também aos que pretendem chegar às prefeituras e secretarias municipais de Saúde nos quatro cantos de Santa Catarina.

Também é a ACM uma aliada dos catarinenses, através de diversas ações em defesa da Saúde, seja na busca de melhores recursos ou de parcerias, como a firmada com o Ministério Público na defesa de medicamentos adequados e corretamente indicados para o tratamento de problemas de saúde que merecem uma atenção diferenciada.

Por tudo isso, esta homenagem é tão especial, na medida em que nos oferece um espaço de destaque para falar de nossas causas e ampliar os importantes debates que se fazem necessários para a conquista das melhorias indispensáveis à saúde da comunidade.

Esta homenagem é especial na medida em que demonstra a preocupação da Assembleia Legislativa, deputado Antônio Aguiar, em trazer à tona temas de tamanha relevância que precisam de urgente atenção e que fazem parte da vida de todos aqui presentes.

É por isso que, ao agradecermos este verdadeiro presente à classe médica, aproveitamos a oportunidade ímpar para também conclamarmos os homens públicos aqui presentes, eleitos pelo voto do povo, para que se unam às mobilizações em prol da saúde.

A participação dos srs. deputados é fundamental! Daqui nascem decisões; daqui obtemos respostas a anseios e clamores sociais; daqui surgem soluções. A luta é de todos, assim como os frutos a serem colhidos."

Muito obrigado a todos!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR -

A seguir, fará uso da palavra o dr. Rodrigo Jorge da Luz Bertoncini, em nome do Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina.

O DR. RODRIGO JORGE DA LUZ BERTONCINI - Srs. membros da mesa, na pessoa do deputado Antônio Aguiar cumprimento todos os componentes já nomeados, as senhoras e os senhores.

As colegas e aos colegas homenageados, o meu boa-noite!

(Passa a ler.)

"Nós estamos hoje aqui reunidos, como há um ano, para comemorar o Dia do Médico, 18 de outubro, dia dedicado a São Lucas, médico, pintor e escritor, discípulo de São Paulo. E não por acaso temos como patrono um artista, filósofo, educador e dedicado a ajudar seu semelhante. Desde o surgimento da raça humana, compartilhar o sofrimento com o próximo e zelar pela sua saúde constitui a essência da Medicina. Passados milhares de anos, muita coisa mudou. A evolução científica e tecnológica trouxe imenso progresso e novas conquistas surgem diariamente. Não obstante os avanços tecnológicos e as distorções existentes, a prioridade do médico é sempre o benefício do seu paciente. Por tratar do ser humano, a atividade médica é ética por natureza e todo seu trabalho está orientado para a coletividade. O médico tem um compromisso com a profissão, com o seu paciente e com a sociedade, que o coloca como praticante de uma atividade única, assemelhada apenas com a prática clerical. É antigo e verdadeiro o aforismo, conhecido em várias línguas, que sintetiza a prática da Medicina: 'Curar às vezes, aliviar quase sempre, consolar sempre'.

Porém, não basta dar ao paciente compaixão, carinho, benevolência e dedicação. São indispensáveis a boa-fé, a integridade, a competência e o conhecimento. O médico tem o dever de aperfeiçoar suas habilidades e atualizar-se continuamente frente aos avanços de sua ciência.

Mas apesar da relevância da questão da saúde para todos nós, como já foi bem acentuado, um momento como este é raro. Vivemos, hoje, uma época de muitas dificuldades para a atividade médica e este é um momento de nós não só comemorarmos, mas de refletirmos.

São frequentes na mídia as notícias denegrindo a nossa profissão. A própria lei que regulamenta o exercício da Medicina é alvo de imensas barreiras e de protestos injustificáveis que transformam a passagem por cada comissão na Câmara e no Senado em árduas batalhas, e que felizmente estamos vencendo. Daí a importância desta homenagem a personagens escolhidos por seus pares como dignos representantes da classe médica catarinense, por sua atuação técnica, ética, associativa, sindical e política. Essas pessoas são exemplos de civismo, de luta em defesa de sua profissão e da saúde dos seus semelhantes. Significam para o ser humano aquilo que se leva para toda a vida e transmite-se às gerações futuras: o conhecimento, a ética, os valores e os princípios que regem e norteiam o comportamento do homem racional e civilizado. Não é por acaso que as pesquisas mostram o médico continuamente como o profissional apontado em primeiro lugar na confiança da população.

Esta Casa, que representa, deputado Antônio Aguiar, o povo de Santa Catarina, é o local mais apropriado para esta homenagem. Estes médicos estão aqui porque, mesmo com um trabalho muitas vezes anônimo, fazem parte da história da Medicina no nosso estado. Merecem este ato público de reconhecimento e de respeito não por suas palavras, mas por sua obra e o legado à sociedade catarinense. Prestaram assistência em hospitais, emergências e postos de saúde; fundaram escolas de Medicina, departamentos, residências médicas; publicaram trabalhos científicos. Ajudaram crianças a nascer e a crescer, protegeram e recuperaram a saúde dos adultos e consolaram os idosos nas suas vicissitudes.

O Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, no dia 18 de

outubro, Dia do Médico, dá os parabéns a todos aqueles colegas que dedicam a sua vida a cuidar dos pacientes, ciente de que a população catarinense reconhece a importância deste profissional e dá apoio na luta por melhores condições de saúde.

Senhoras e senhores, dignos representantes da classe médica catarinense, os nossos parabéns por este dia e por uma vida dedicada à Medicina."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Solicito ao deputado Serafim Venzon que conduza esta sessão especial para que eu possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Concedo a palavra ao proponente desta sessão especial, deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Excelentíssima senhora Carmen Zanotto, secretária de estado da Saúde em exercício, neste ato representando o sr. governador do estado em exercício, deputado Jorginho Mello;

Excelentíssimo vereador Ricardo Camargo Vieira, neste ato representando a Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor deputado Jailson Lima, segundo-vice-presidente da Assembleia Legislativa;

Excelentíssimo senhor deputado Serafim Venzon;

Senhor doutor Rodrigo Jorge da Luz Bertoncini, presidente do Conselho Regional de Medicina;

Senhor doutor Genoir Simoni, presidente da Associação Catarinense de Medicina;

Senhor doutor Cyro Veiga Soncini, presidente do Sindicato dos Médicos do Estado de Santa Catarina;

Senhor doutor Murilo Ronald Capella, vice-presidente da região sul da Associação Médica Brasileira.

Quero saudar, especialmente, a dra. Marta Rinaldi Muller e peço que leve o nosso abraço ao Conselho Federal de Medicina.

Senhores e senhoras que estão presentes nesta sessão especial, caros médicos e médicas aqui presentes, telespectadores que nos assistem pela TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

(Passa a ler.)

"Tenho, novamente, o prazer de ser proponente de uma sessão especial do Poder Legislativo catarinense, com o objetivo de render uma homenagem pelo transcurso, na data de ontem, do Dia do Médico.

Estou deputado, mas sou médico por formação, um médico que optou atuar na vida pública com a convicção de que neste espaço também há meio de lutar pela melhoria da qualidade de vida das pessoas e pela melhoria da saúde.

Em nosso Parlamento tenho a honra de contar com outros dois colegas de profissão: o vice-presidente da Casa, deputado Jailson Lima, e o líder da bancada do PSDB, deputado Serafim Venzon. Também sou líder da bancada do meu partido, o PMDB, que é a maior bancada nesta Assembleia, com 12 dos 40 parlamentares. Aqui, portanto, os médicos ocupam lugar de destaque.

Não é diferente em nossa sociedade. E é questão de justiça, pois nós, médicos, formamos um grupo diferenciado. Somos pessoas com enormes responsabilidades. Precisamos ser resolutos e ter imenso autocontrole para, muitas vezes, tratar situações extremas. Precisamos ter uma apurada formação e estar sempre reciclando-nos. Somos desafiados todos os dias na busca

pela efetiva capacidade de oferecer ajuda aos pacientes. Para ser médico, todos passamos por grandes provações.

Há quem hoje questione alguns aspectos do juramento de Hipócrates que os médicos fazem ao colar grau, mas permanece intocada a máxima que diz: em todas as casas eles adentrarão para fazer o bem aos doentes. O objetivo fundamental de nossa profissão é aliviar o sofrimento humano. Aqueles que procuram a formação médica são movidos pelos mais variados motivos, pelo desejo altruístico de salvar vidas e defrontam-se diariamente com grandes desafios, pois a lista de doenças para as quais não existe cura é interminável. Curar pode ser considerada uma finalidade secundária da Medicina.

Nesse sentido, temos muito a aprender com os velhos mestres, e Hipócrates já acreditava que a arte da Medicina está em observar e perceber. Dizia que a fama de um médico depende mais da capacidade de fazer prognósticos do que os diagnósticos. Queria ensinar-nos que ao paciente interessa mais saber o que lhe acontecerá nos dias seguintes do que o nome de sua doença. Explicar claramente a natureza da enfermidade e como agir para enfrentá-la alivia a angústia de estar doente e aumenta a probabilidade de adesão ao tratamento. Mas, é claro, para fazer prognósticos os médicos precisam dominar a condição de estabelecer diagnósticos seguros.

Para cumprirmos o que a sociedade espera de nós, precisamos assinar revistas especializadas, fazer uso da internet, frequentar congressos e dominar o inglês, que é a língua oficial das publicações científicas. Os novos conhecimentos são produzidos em velocidade vertiginosa e os esforços para acompanhá-los devem fazer parte de um projeto permanente. Medicina não é profissão para aqueles que têm preguiça de estudar.

Por isso, em nosso país os médicos estão, com justiça, buscando uma legislação que defina a atividade médica para que a nossa categoria tenha uma lei específica. Não abrimos mão da prerrogativa do diagnóstico, do tratamento e do comando da equipe multidisciplinar no acompanhamento de um paciente. Não queremos prejudicar nenhum profissional, mas é privativo dos médicos o diagnóstico e a indicação do tratamento das doenças.

Como falou o dr. Genoir, para nossa satisfação a comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados aprovou, semana passada, em Brasília, por unanimidade, um relatório sobre o projeto de lei que regulamenta o exercício da Medicina. O projeto também já foi aprovado nas comissões de Educação e de Trabalho e Serviço Público. Após aprovação na Câmara Federal, a regulamentação da profissão ainda dependerá de apreciação do Senado e da sanção presidencial, o que espero que ocorra em breve.

Aqui nesta Assembleia também estamos sempre dispostos a desfaldar as justas bandeiras da categoria, até mesmo por melhores condições de trabalho e remuneração, pois sabemos que um médico precisa de boas condições para exercer a sua profissão com dignidade.

Da mesma forma que temos consciência de que a falta de tempo não é desculpa para deixarmos de escutar a história que os doentes nos contam durante as consultas, e tendo a delicadeza e a competência para assumir o comando das entrevistas para torná-las objetivas, num tempo razoável, precisamos saber levar adiante as nossas reivindicações.

Para finalizar, devo dizer que na semana passada tive o prazer de ler nas

páginas amarelas da revista *Veja* a entrevista do cirurgião Bem-Hur Ferraz Neto, que fez considerações sobre a nossa profissão, algumas bastante polêmicas. Extraí daquela entrevista uma frase emblemática: 'Submeter-se a uma cirurgia é a maior demonstração de confiança que um ser humano pode dar'.

Médicos, de fato, são merecedores de extrema confiança por parte de seus pacientes e por isso têm uma nobre missão, que é a de oferecer ajuda efetiva. Somos médicos para ajudar as pessoas e, por consequência, trabalhamos por uma sociedade melhor. É por isso que os médicos merecem o justo reconhecimento da sociedade catarinense e do Poder Legislativo nesta

sessão especial em que festejamos o Dia do Médico.

Nesse sentido, que os 14 mil médicos do estado de Santa Catarina sintam-se homenageados em nome de todos vocês que aqui estão presentes e, especialmente, os nossos homenageados desta noite que muito fizeram pela valorização da categoria, para o bem dos catarinenses, para salvar vidas e fazer o bem.

Todos nos honram e distinguem-nos com sua presença."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

Agradecemos a presença das autoridades com assento à mesa e de todos os

que nos honraram com o seu comparecimento, convidando-os para um coquetel no *hall* deste Poder.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos o Hino de Santa Catarina, interpretado pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

(Palmas)

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Círio Vandresen - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Lício Mauro da Silveira - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Padre Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Professora Odete de Jesus - Renato Hinnig - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Vânio dos Santos.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Comenta a posse do presidente da Câmara Municipal como prefeito em exercício de Biguaçu; manifesta-se contrário à privatização da Zona Azul.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Ressalta o trabalho que está sendo feito pelo prefeito Carlito Meress, de Joinville.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Agradece a presença de dois vereadores de Santa Terezinha e a outorga do título de Cidadão Honorário daquele município.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Relata reunião no oeste acerca de reivindicações de avicultores às empresas do setor; convida para palestra com o agrônomo cubano Manoel de Jesus Carbó Caleada.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Lamenta o fechamento de agências do Besc pelo BB; pede a colocação de seguranças nos caixas eletrônicos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (pela ordem) - Registra a presença do reverendo Realmar e do vereador Delmar de Borba, de Navegantes.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Apresenta projeto de sua autoria que visa desburocratizar o estado; aborda o PLC que fixa critérios para a municipalização do ensino fundamental.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Registra a presença da comissão que

cobra do governo do estado o asfaltamento da rodovia que liga São José a São Pedro de Alcântara.

Partidos Políticos

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Aborda a última intempérie que atingiu Curitiba e Campos Novos.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Elogia a vida jurídica da desembargadora Thereza Tang recentemente falecida; critica a decisão judicial que condenou o ex-governador Paulo Afonso.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Manifesta solidariedade ao ex-governador Paulo Afonso.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Afirma não ter havido crime na ação apanhada pela Justiça.

DEPUTADO RENATO HINNIG (aparte) - Ressalta acreditar na revisão da sentença contra o ex-governador Paulo Afonso.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Expressa solidariedade ao ex-governador.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda moção de sua autoria que requer o reconhecimento pelo ato heróico de bombeiros.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, vereador César Passos.

DEPUTADO EDISON ANDRINO (pela ordem) - Registra a presença do vereador Anderson, de Governador Celso Ramos.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Faz um relato de sua viagem aos Estados Unidos.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Narra sua viagem a Portugal, para o 1º Congresso Luso-Brasileiro.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (aparte) - Elogia os auditores fiscais.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Presta contas de sua viagem aos Estados Unidos.

Ordem do Dia

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da MV n. 1074/2009, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Encaminha a votação da MV n. 1074/2009, que dispõe sobre veto total ao PL n. 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Encaminha a votação da MV 1.074/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Pede esclarecimentos sobre a MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Discute a MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de sua autoria.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ (pela ordem) - Encaminha a votação da MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Encaminha a votação da MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Encaminha a votação da MV 1.141/2009, que dispõe sobre veto total ao PL 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Registra a presença de várias autoridades.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Solicita subscrever o Requerimento n. 1.542/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Registra a presença do suplente de vereador Pedro Penteado, de Canoinhas.

DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0221/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0221/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n.

0221/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Encaminha a votação da Moção n. 0221/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Manifesta apoio à indicação do deputado Rogério Mendonça referente à pavimentação da rodovia que liga o município de Santa Terezinha à BR-116.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (pela ordem) - Chama a atenção para a falta de quorum para votação.

Explicação Pessoal

DEPUTADO PEDRO UCZAI - Aborda as questões da educação no estado, notadamente o PLC 0014.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (pela ordem) - Cumprimenta os médicos pelo seu dia.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Comenta viagem do vice-governador e comitiva aos Estados Unidos.

DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Divulga audiência pública que tratará da recuperação do complexo lagunar e da dragagem da bacia hidrográfica do rio Tubarão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, não poderia deixar de mencionar, nesta Casa, que na última sexta-feira estivemos na transmissão de cargo do prefeito de Biguaçu, um dos mais importantes municípios da Grande Florianópolis, região que é representada nesta Casa pelos deputados Edison Andrino, Cesar Souza Júnior, Lício Mauro da Silveira e Renato Hinnig, além deste deputado.

Biguaçu compõe a Grande Florianópolis e terá um grande crescimento pelo espírito inovador da sua administração e pelos investimentos e potencialidades que possui.

Tendo o prefeito de Biguaçu, João Castelo Deschamps, e o seu vice-prefeito Ramon Wollinger, viajado para a Austrália, a fim de se encontrar com o governador e celebrar convênios culturais com aquele país, tomou posse o prefeito interino o presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz Roberto Feuback, o Luizão, que é do nosso partido, o PPS. Assim, para nós é uma grande honra saber que durante dez dias estará comandando aquele município mais um prefeito do PPS, já que temos cinco prefeitos eleitos.

Repito: para nós é uma grande honra porque a personalidade e a representação do Luizão enaltecem aquele município. O Luizão foi um dos grandes organizadores da Exponáutica e como presidente da Câmara Municipal - e nós somos parlamentaristas - deu sequência.

Portanto, queremos parabenizar o Luizão - e gostaria de deixar isso registrado nos anais desta Casa -, o nosso amigo Luiz

Roberto Feuback, que durante esses dez dias dará continuidade ao trabalho do prefeito João Castelo Deschamps e do vice-prefeito Ramon Wollinger, que administram um município que mostra a sua maturidade.

Há muitos e muitos anos que o presidente da Câmara Municipal de Biguaçu não assumia a administração do município. Isso é bom porque fortalece o processo democrático, estimula as lideranças e valoriza os partidos políticos.

Portanto, os nossos parabéns ao Luizão, presidente da Câmara Municipal e prefeito em exercício de Biguaçu.

Outra questão preocupa-me muito. Quando prefeito da capital de todos os catarinenses inovamos e introduzimos a primeira Zona Azul de Santa Catarina, que hoje possui mais de 290 funcionários e quatro mil vagas. Inclusive, ela foi estabelecida em parceria com o CDL, tendo em vista uma reivindicação daquela entidade, e com o IpuF. Implantamos - e já lá se vão mais de 13 anos - a Zona Azul com funcionários uniformizados oriundos de camadas da população em risco social: eram alunos carentes que estavam estudando e cumprindo uma função social.

A Zona Azul é um programa público exitoso, que depois foi implantado em Blumenau, em Joinville e em tantos outros municípios, como fonte de arrecadação para ajudar aquelas pessoas marginalizadas da nossa sociedade. É um trabalho exemplar feito em parceria.

A época enviamos um projeto de lei à Câmara Municipal institucionalizando a Zona Azul. E estranhamos, hoje, que o prefeito tenha mandado um projeto de cessão da Zona Azul. Em síntese, querem privatizar o uso da Zona Azul, que passará a ser simplesmente uma fonte de arrecadação. O que está nos jornais preocupa-me porque atualmente a arrecadação é de mais de R\$ 300 mil por mês, e os jornais dizem, claramente, que o município poderá ganhar, concedendo esse serviço, R\$ 500 mil por mês.

Ora, as coisas públicas, depois do pioneirismo, do início da implantação, com o passar do tempo - 13 anos - precisam naturalmente de aperfeiçoamento. Mas se a iniciativa privada afirma que a Zona Azul pode render muito mais para o município, a administração municipal tem que dar o exemplo de que pode administrar, e deve, tão bem quanto uma empresa privada.

Eu não sou um xenófobo, não acho que tudo deva ser feito somente pelo serviço público. Acho que o serviço público tem que ser bom, de qualidade e igual, ou melhor, que o da iniciativa privada. Mas um programa como esse da Zona Azul tem todas as características de um projeto social. E a justificativa do projeto e a lei que implantou a Zona Azul serviram de modelo para muitas e muitas cidades, onde esse modelo está funcionando bem. E deveria estar funcionando bem aqui também.

Portanto, como deputado de Florianópolis e como ex-prefeito que muito tem feito por esta cidade, espero que o município avalie esse projeto que foi enviado à Câmara Municipal, discuta com os vereadores da base do governo, reveja-o, para que as comunidades carentes, cujos jovens estão em situação de risco pessoal - e esse foi o objetivo da Zona Azul -, continuem sendo beneficiadas.

Esse é o apelo que faço. Não estou aqui fazendo uma crítica; estou aqui como um parlamentar que tem as suas propostas direcionadas ao bem-estar dos

florianopolitanos. E por isso faço um apelo ao sr. prefeito, à administração da capital, para que melhor, sim, se for o caso, o programa, mas reveja esse projeto de privatização que encaminhou ao Legislativo. A Zona Azul foi um projeto de sucesso implantado na nossa época, adotado por muitos municípios em Santa Catarina e que gera, sim, recursos que devem ser investidos nas questões sociais da capital pela prefeitura municipal, pelo poder público.

Então, esse é o nosso apelo. Com certeza, seremos ouvidos porque esses jovens da Zona Azul trabalham com alegria e competência. São pessoas que terão bom futuro, estão encaminhadas e atendem à demanda social. E esse foi o objetivo para o qual foi criada a Zona Azul. Vejo que a população confia nesse serviço, mas ele não pode ser desvirtuado e ter uma atuação políadesca, que é outra discordância, porque não foi com esse objetivo que a Zona Azul surgiu, ela surgiu para proteger e disciplinar, já que a nossa população é civilizada, é educada. Ainda mais Florianópolis, pela sua qualidade de vida - e fomos nós que a transformamos na cidade com a melhor qualidade de vida do país -, saberá o quanto é importante o trabalho dessas pessoas.

E a Zona Azul surgiu por quê? Por causa do comércio, porque as pessoas deixavam os carros estacionados o dia todo naquela região em que era permitido estacionar. Então, aqueles que trabalhavam no centro não conseguiam um local para estacionar e o comércio, que precisava que as pessoas fossem visitá-lo, também sofria com isso. Enfim, a Zona Azul surgiu para disciplinar o trânsito, para não criar engarrafamentos. Assim, há funções logísticas importantes que podemos discutir e aperfeiçoar.

Portanto, fica aqui o nosso apelo à administração municipal para reconsiderar, aprofundar, melhorar, se for o caso, algo que vem funcionando há 13 anos no município.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Professor Grando.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Gostaria de saudar o companheiro Moacir Sopelsa, os demais deputados desta Casa, o sr. deputado Genésio Goulart, da grande Tubarão, o prefeito Evaldo João Junckes, o Pupo, da cidade de Guarimir, que está visitando este plenário, deputado Padre Pedro Baldissera, os telespectadores da TVAL, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e os funcionários da Casa.

Eu aqui me pronuncio, hoje, para parabenizar e ressaltar o trabalho que está sendo feito pelo prefeito Carlito Merss, da cidade de Joinville. Há dias, neste plenário e nesta tribuna, houve críticas contundentes ao prefeito Carlito Merss, principalmente em relação ao problema das ambulâncias do Samu, que do dia para noite parece que houve lá uma pandemia, pois cinco ambulâncias quebraram ao mesmo tempo.

Agora soubemos que as justificativas são muito compreensíveis. Na realidade, não apenas o preço da manutenção, como também a qualidade do serviço que estava sendo feito até então eram extre-

mamente críticos. Esse problema já foi solucionado definitivamente e todas elas estão funcionando.

Mas temos que olhar não apenas as questões críticas. Eu, que sou um deputado do PT, sei da dedicação e da vontade que o prefeito de Joinville tem de acertar. E tenho que ressaltar aqui uma brilhante notícia, deputado Ismael dos Santos: que em breve, deputado Padre Pedro Baldissera, teremos em Joinville a tão falada casamata do acelerador linear para o tratamento de câncer.

Hoje os pacientes de Joinville vão a Jaraguá do Sul para fazer radioterapia. O equipamento foi adquirido há mais de cinco anos e estava nos Estados Unidos. Por falta de estrutura adequada em Joinville esse equipamento não havia sido importado, não haviam sido quitados os seus valores, e o povo de Joinville estava sem ser atendido. E pelo projeto que havia sido executado, na casamata não cabia o equipamento, por incrível que pareça! Ou seja, sequer haviam mantido contato com a empresa que estava fornecendo o equipamento.

Mas trago não apenas essa brilhante notícia do acelerador linear e de que em breve teremos o serviço de tratamento de câncer em Joinville implantado na sua plenitude. Informo a todos também que o nosso prefeito já colocou quase R\$ 12 milhões no Hospital São José, que tinha uma dívida de mais de R\$ 18 milhões. Com isso, aquele hospital teve resgatada a sua credibilidade e, conseqüentemente, o seu poder de compra.

Há coisas que na vida pública muitas vezes não se entende, deputado Padre Pedro Baldissera! Deputado Moacir Sopelsa, pelo metro cúbico do oxigênio em Joinville eram pagos R\$ 4,00; hoje paga-se apenas R\$ 0,87 por metro cúbico de oxigênio. Como é que se podia pagar R\$ 4,00 por metro cúbico de oxigênio e hoje se paga R\$ 0,87? Porque hoje o governo de Joinville tem poder de compra, tem crédito; o comércio quando vende sabe que vai receber do governo municipal.

Ao mesmo tempo, temos que ressaltar os avanços. O Hospital São José está reformando toda uma ala para implantar mais 40 leitos na cidade de Joinville. São negociações conquistadas, como a do bairro Pirabeiraba, para mais 42 leitos que, provavelmente, até o final do ano já serão implantados.

Para nós, como médico, é só alegria quando vemos que o nosso governo prioriza a saúde de um modo geral. E aí temos que parabenizar o prefeito Carlito Merss, o secretário de Saúde de Joinville, dr. Tarcísio Crócomo, e o dr. Adonis, que trabalhou conosco na cidade de Rio do Sul, foi dirigente da Unimed e é um dos dirigentes da área da Saúde de Joinville.

Uma coisa importante também é que antes, pela falta de acondicionamento dos produtos comprados pela secretaria de Saúde de Joinville, deputado Padre Pedro Baldissera, havia uma perda de 10% a 15% por causa de umidade e infiltração. Locaram uma nova unidade, fizeram a transferência de todo o almoxarifado e não há mais perda de material, de medicamentos, de vacinas, como havia até o nosso governo municipal de Joinville assumir.

Outra coisa importante é a construção do posto de Saúde no bairro Aventureiro e a reforma de uma unidade de saúde do bairro Floresta. Ou seja, é um município está em franco desenvolvimento nas questões da saúde para o povo de

Joinville. Isso nós temos que ressaltar, desta tribuna, com muito orgulho, porque sabemos que o companheiro Carlito Merss pegou uma prefeitura com muitas dificuldades financeiras, com muitas dívidas - e até hoje não conseguiu levantar todas -, e só agora está começando a ter fôlego.

Mas, além da questão da saúde, deputado Cirio Vandresen, toda chuvinha que havia em Joinville, era propaganda de alagamento: avenida alagada, bairro alagado. E o interessante é que, com todas essas chuvas que ocorreram agora na cidade de Joinville e região, não se viu nenhuma notícia na televisão e nos jornais sobre alagamentos naquela cidade, deputado Padre Pedro Baldissera. Por quê? Porque foi feito o desassoreamento geral de todas as valas, de todos os córregos e a limpeza das bocas de lobo. Ou seja, houve uma ação prioritária para resolver um problema que, em tese, seria simples. E por que não se resolvia? Por falta de ação preventiva, coisa que a secretaria de Obras de Joinville tem feito.

Muitos podem dizer: "O deputado Jailson Lima é lá do alto vale e está falando de Joinville". É que recentemente o nosso companheiro sofreu, desta tribuna, críticas contundentes em cima da questão da saúde. Eu fui verificar pessoalmente e vi que as críticas em relação às ambulâncias do Samu eram justas naquele momento, mas que as ambulâncias estavam sendo consertadas, agora de verdade, vamos assim dizer, porque antes o custo de manutenção dessas ambulâncias, pela forma como era feita, era extremamente absurdo.

Por isso, companheiro Carlito Merss, quero parabenizá-lo, assim como o dr. Adonis, o dr. Tarcísio e toda a equipe da Saúde de Joinville. Nós, com certeza, sabemos que em breve Joinville terá outro nível de percepção da Saúde.

No próximo mês será realizado em Joinville, deputada Ana Paula Lima, um concurso público para a Saúde. Só para médicos haverá 192 vagas. Então, os colegas médicos que quiserem participar do concurso podem fazê-lo, pois haverá vagas para diversas especialidades, porque o serviço médico de Joinville no período da administração de Carlito Merss já aumentou a média para seis mil consultas/mês com o mesmo corpo técnico, apenas otimizando as ações de governo. Então, parabenizo o povo de Joinville.

Tenho absoluta convicção de que o prefeito Carlito Merss, com toda a experiência parlamentar adquirida como representante do povo daquela região em Brasília, além da sua inserção com o nosso governo federal, com o governo Lula, com a nossa ministra Dilma Rousseff e com toda a estrutura de governo, está levando para Joinville e região não apenas a sua experiência, mas um volume de recursos inimagináveis para aquela cidade, a exemplo das obras do PAC, como a drenagem que será executada e tantas outras ações.

Carlito Merss, agora como administrador municipal, continuará demonstrando a seriedade do seu governo, da sua equipe e o seu compromisso com o povo de Joinville. E tem dado inúmeras demonstrações em pouco tempo: basicamente eliminou os alagamentos da cidade; abriu a Saúde através da reforma para instalação da casamata do acelerador linear, o que fará com que o tratamento completo do câncer seja feito em Joinville. Essa é uma conquista importantíssima para os joinvilenses.

Carlito, nota 13 para o seu governo, companheiro!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de agradecer a presença dos dois vereadores de Santa Terezinha e também a outorga do título de Cidadão Honorário de Santa Terezinha.

Muito obrigado, vereadores! Sintam-se à vontade nesta Casa. Quero que fique registrada nos anais desta Casa a presença de v.exas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Padre Pedro Baldissera, quero pedir permissão a v.exa., para antes de conceder seus dez minutos na tribuna, anunciar aqui a presença dos nossos amigos: de Concórdia, Marcos Darlor, de Lindóia do Sul, Edison Sarturi, e de Ipumirim, Roberto Martins.

É uma alegria, é um prazer tê-los aqui conosco. Sintam-se em casa!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, acompanhando a reflexão que o companheiro Jailson Lima trouxe à tribuna, não resta dúvida nenhuma de que um prefeito tem que ter uma grande e importante preocupação com a saúde. E sabemos que uma administração pública é diferente, é melhor quando ouve a população. E essa tem sido a prática adotada por inúmeras administrações populares por este Brasil afora. Falo isso porque passei pela experiência de governar o meu município e sei que quando a população discute e planeja suas prioridades com os administradores, o resultado é sempre e cada vez melhor.

Mas aproveito a oportunidade para trazer à tribuna que na tarde de ontem, no município de Chapecó, estivemos reunidos com o companheiro Pedro Uczai, com prefeitos de vários partidos políticos da região oeste de Santa Catarina, juntamente com vários secretários municipais da Agricultura, com vereadores e, de maneira muito especial, com vários avicultores. Enfim, estávamos num grande grupo levando uma série de reivindicações à Sadia, que deverão estender-se a todas as outras empresas daquela região.

Na oportunidade, os próprios avicultores relataram a situação enfrentada diariamente por cada uma das diferentes famílias que mantêm a integração com as diversas empresas do oeste. Fizemos várias reflexões e vários apontamentos, entre os quais quero destacar o seguinte: os avicultores aguardam um momento junto à direção das empresas, no sentido de reverem os contratos que foram elaborados há vários anos de uma forma unilateral, ocasião em que suas angústias e sua realidade não foram levadas em consideração.

Ouvimos vários depoimentos que nos deixaram extremamente preocupados, referentes à relação que se estabelece entre a empresa e os avicultores. Alguns depoimentos relataram certa situação de discriminação, de escravidão, que muitas famílias estão enfrentando e vivendo.

Claro que por trás de tudo isso está em jogo a renda dessas nossas famílias que, diga-se de passagem, é o grande problema enfrentado pelos agricultores em todos os setores. O nosso agricultor não está mais tendo renda suficiente, independentemente tipo de atividade que ele esteja desempenhando. Portanto, esse foi o eixo do debate que norteou o encontro, a reunião, juntamente com os representantes da empresa, que agora no começo do mês de novembro estarão juntos novamente para tentar avançar, porque o que se quer é o bem da empresa, mas, por outro lado, também se quer o bem do avicultor.

Nós sabemos que o sistema capitalista neoliberal, que concentra renda e exclui, não está mais dando nada, esse modelo está ultrapassado. Então, precisamos construir uma nova relação, fazendo com que as empresas possam andar bem e, ao mesmo tempo, os nossos agricultores integrados também possam ter renda e continuar com a sua atividade, pois ela é extremamente importante para o setor econômico dos municípios, do estado e do nosso país.

Portanto, estamos agilizando todos esses encaminhamentos e quero aqui destacar o envolvimento e a participação de muitas lideranças, de prefeitos, de vereadores de vários municípios e do procurador do Trabalho, Sandro de Sardá, que tem manifestado apoio e integral dedicação tentando ajudar a construir alternativas e saídas que sejam boas para os dois lados.

Finalmente, gostaria de aproveitar este momento e deixar o convite a toda a sociedade da capital, para esta noite participar de uma palestra, com a presença do engenheiro agrônomo de Cuba, que já está conosco, Manoel de Jesus Carbó Caleada, produtor e estudioso de plantas medicinais.

Nós estaremos, através de uma importante palestra, trabalhando a questão das plantas medicinais. O agrônomo Manoel de Jesus Carbó Caleada trará para Santa Catarina, para o nosso estado, todo o conhecimento e a experiência em torno do assunto, ele que é um dos maiores conhecedores do cultivo das plantas medicinais, suas características, para que serve cada tipo e o seu correto e efetivo uso para diversos tratamentos de doenças.

Portanto, será uma palestra extremamente importante que estará acontecendo na noite de hoje, às 19h, no Auditório Antonieta de Barros. E por isso faço o convite para que todos possam participar desse momento importante de debate, de reflexão, de busca de conhecimento em torno das plantas medicinais para uso pessoal, familiar e para a sociedade em que vivemos.

Sr. presidente, era isso que tínhamos para falar na manhã de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDNETE (Deputado Moacir Sopelsa) - A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Professora Odete de Jesus, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, que preside esta sessão, srs. integrantes da mesa, sra. deputada Ana Paula Lima, srs. deputados, imprensa falada, escrita e televisada, boa-tarde.

Hoje é capa do *Diário Catarinense* um assunto de suma importância para todos os catarinenses: "Banco do Brasil vai

fechar 68 agências do Besc em Santa Catarina". Vai fechar as agências do nosso Besc, do banco da terra da gente catarinense, através do qual recebi meu primeiro salário como professora e que sempre me ajudou quando precisei fazer empréstimos bancários!

(Passa a ler.)

"A medida faz parte de um plano de reestruturação que começa a ser implementado esta semana.

O Banco do Brasil promete divulgar, hoje, a lista com todos os municípios atingidos. Em Lauro Müller, Armazém e Jacinto Machado, no sul; Erval Velho, no meio-oeste, e Antônio Carlos, na Grande Florianópolis, a integração das agências Besc/BB já está certa.

O superintendente estadual do Banco do Brasil, José Carlos Reis Silva, diz que a medida se justifica em cidades menores, onde há dois contingentes de pessoal trabalhando nos setores administrativos, com deficiência no atendimento dos clientes."[sic]

Vamos, então, aguardar! Mas é triste para nós vermos o banco de todos os catarinenses fechando as portas!

Eu, neste momento, quero fazer um apelo ao sr. presidente, deputado Jailson Lima; aos srs. deputados, à imprensa que sempre está atenta a tudo, pois ela, num piscar de olhos, sabe de tudo o que acontece - e parabeno-a por isso - e até mesmo ao governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, que nos ajude! Peço ao superintendente do Banco do Brasil que coloque seguranças nos caixas eletrônicos. Os senhores estão rindo, mas é verdade! Os ladrões esperam as pessoas sacarem o dinheiro e de repente surgem do nada para assaltar, com uma estratégia toda preparada, deputada Ana Paula Lima! Quando as pessoas percebem, eles já furtaram. Eles estão nos caixas eletrônicos nos finais de semana, à noite, ao nosso lado e não há um segurança para nos ajudar.

Mas eu consegui pescar um sem-vergonha desses, senhores! A imprensa me procurou e eu não quis falar; deixei para falar hoje, da tribuna. Vejam a que ponto nós chegamos! Eu fui ao caixa eletrônico, tirei as folhas de cheque e uma pessoa estava ali ao meu lado olhando-me; quando saquei o dinheiro - e ainda bem que era uma quantia pequena, até pensei em tirar mais, mas tirei pouco -, o sujeito pulou em cima da minha mão, mas graças a Deus ao meu lado havia um cidadão que correu atrás dele, pegou o sem-vergonha e ele foi preso. Quando eu cheguei para registrar o BO, ele estava preso, bonitinho, com as mãozinhas para trás, amarradinho e eu recuperei todo o dinheiro.

Agora aconteceu comigo, mas pode acontecer com uma pessoa idosa, uma pessoa aposentada. Por isso faço esse apelo, deputado Lício Mauro da Silveira, pois outrora em Santa Catarina podíamos dormir até com as portas sem ser chaveadas. Mas hoje a sem-vergonhice, a pouca vergonha e a bandidagem chegaram ao nosso estado. Aqueles que não querem arregaçar as mangas, suar e trabalhar ficam planejando para tirar, para roubar e até para matar. Eu soube do caso de um cidadão que matou uma pessoa e esquartejou-a.

Então, faço este apelo daqui da tribuna, inclusive vou entrar com um requerimento solicitando aos bancos que queiram funcionar à noite, à tarde e aos finais de

semana a colocação de seguranças, porque senão será melhor fechar as portas, pois aquilo ali é um chamariz para a bandidagem, para os ladrões!

Nós temos que nos unir e exigir segurança! É um direito de cada cidadão, de cada cidadã e dos trabalhadores. Os caixas eletrônicos precisam ter segurança! As pessoas vão sacar os seus salários e estão sendo assaltadas e até mortas. Aconteceu com esta deputada e pode acontecer com qualquer um.

Assim sendo, faço um apelo ao superintendente do Banco do Brasil, no sentido de colocar seguranças. Os bancos estão riquíssimos, usam o nosso dinheiro todos os dias para fazer movimentação e por isso podem e dever colocar seguranças.

E há mais uma coisa, srs. deputados: os caixas eletrônicos desta Casa não funcionam. Quando chegamos lá não há papel, não dá para imprimir talão e não há dinheiro. Então, é melhor fechá-los! O Banco do Brasil está usando o espaço de graça, não paga aluguel, por isso tem que dar todo o respaldo aos deputados e a todos os 1.500 funcionários que transitam por aqui. Querem usar o nosso espaço, então que nos deem o respaldo necessário, porque vamos imprimir um talão e não há papel e os caixas não funcionam.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Parabéns, deputada Professora Odete de Jesus, pela indignação.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Queremos apenas registrar a presença, nesta Casa, do reverendo Realmar, da Igreja Novo Viver, de Navegantes, e do vereador Delmar de Borba, da nossa bela cidade de Navegantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Sejam bem-vindos a esta Casa.

Com a palavra o sr. deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, deputado Lício Mauro da Silveira, v. exa. é um homem estudioso da educação e na sequência, como irei falar sobre a municipalização da educação, quero dizer ao caro colega que irei pedir a sua ajuda.

Mas antes disso, srs. deputados, quero informar que o governo federal fez, há poucos dias, um decreto para desburocratizar os órgãos públicos federais. Diante disso e na mesma linha, dei entrada hoje, nesta Casa, a um projeto de lei para desburocratizar o estado de Santa Catarina, para facilitar, em outras palavras, a vida do cidadão, das pessoas, fazendo com que haja economia para o bolso.

Atualmente, quando nos dirigimos a qualquer órgão público, precisamos pagar as cópias autenticadas dos documentos, o que tem um custo enorme. Além do custo, há o entrave burocrático enorme que as pessoas encontram nos órgãos públicos, sejam eles federais, estaduais ou municipais. No âmbito federal, o governo, através de decreto, tomou a iniciativa de criar uma situação prática e facilitadora para as pessoas.

(Passa a ler.)

"O Presidente da República promulgou, no último dia 11 de agosto, o Decreto n. 6.932, onde dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil e institui a 'Carta de Serviços ao Cidadão'.

A norma editada é um alento ao cidadão brasileiro, que espera um serviço público mais agilizado, com melhores resultados no sentido de se ter uma burocracia estatal mais eficaz.

No art. 14 do referido decreto fica determinado que 'os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que prestam serviços diretamente aos cidadãos deverão envidar esforços para manter esses serviços disponíveis às Centrais de Atendimento ao Cidadão estaduais, municipais e do Distrito Federal' deixando claro o intento futuro de que as boas práticas trazidas pelo Decreto n. 6.932/2009 sejam propagadas nos âmbitos estadual e municipal.

É justamente para propagar estas boas práticas no âmbito estadual que ora adaptamos o conteúdo do Decreto n. 6.932/2009 para o âmbito do estado de Santa Catarina, editando tais normas na qualidade de lei no sentido estrito e não regulamentação. A mudança visa dotar tais normas de certa estabilidade diante dos sucessivos governos." [sic]

Dei entrada a este projeto nesta Casa exatamente para facilitar o atendimento ao cidadão quando se dirige a um órgão público e faz a solicitação de um documento. A pessoa que o atende encaminha-o a outro órgão para solicitar uma negativa ou outro documento que faça parte do requerimento ou do processo.

Ora, a partir da regulamentação ou a partir dessa lei, quem vai pedir a negativa é o próprio funcionário daquela entidade, daquele órgão, fazendo com que o cidadão tenha um atendimento rápido e ágil. O que significa, em outras palavras, desburocratizar o serviço público, agilizar e prestar um serviço de qualidade, além da economia que vai trazer ao bolso de cada um, à medida que a prova maior será a boa-fé da pessoa quando apresentar uma cópia desse documento e quando assinar. Se falsificar o documento ou a assinatura, evidentemente que a lei puni-lo-á, tanto no que diz respeito à própria aplicação da lei, quanto à aplicação criminal.

Portanto, srs. parlamentares, eu tenho certeza de que quando esse projeto tramitar pelas comissões haverá bom senso na sua apreciação e sua consequente aprovação, bem como neste plenário, porque não haverá nenhuma despesa para o governo do estado e, ao mesmo tempo, trará facilidade à vida de cada um de nós.

Por outro lado, deputado Lício Mauro da Silveira, nós já conversamos na nossa bancada a respeito do projeto que está tramitando nesta Casa, que estabelece critérios para a municipalização do ensino fundamental da rede pública do estado, a movimentação dos servidores e estabelece outras providências.

Por isso, deputado Lício Mauro da Silveira, quando fiz uma referência a v.exa. foi porque sei que conhece bem a educação, mas numa avaliação prévia o projeto não contempla os municípios, como também a expectativa dos prefeitos, dos secretários municipais da Educação e, ao mesmo tempo, não repassa recursos aos municípios, principalmente no primeiro ano,

quando as matrículas são efetuadas pelo estado, os quais recebem, assim, o ônus e não o bônus. Esse é um aspecto.

O outro aspecto é com relação a passar séries e não unidades escolares. Na medida em que se faz a municipalização, deputado Ismael dos Santos, e que não se passa uma unidade escolar, a gestão fica dúbia, ou seja, entre o estado e o município, porque a cada ano, pelo projeto, uma série será passada para o município.

Eu acredito que o caminho é a municipalização, até porque a própria Lei Maior estabelece que o ensino fundamental é de responsabilidade do município. Mas nós não podemos fazer essa transferência por séries, porque aí estaremos transferindo parte para o município enquanto parte continuará com o estado. Como ficará, então, o planejamento pedagógico? De quem será a incumbência, do estado ou do município? De quem será a administração, do estado ou do município?

Então, entendemos que a municipalização deva ocorrer, mas por unidades escolares, passando, assim, a gestão para o município, evidentemente com os recursos oriundos do governo federal. Isso deveria ser calculado por matrículas, pois assim o município ficaria com o ônus e com o bônus.

Eu penso que teremos muito trabalho, deputado Lício Mauro da Silveira, nessa questão da municipalização, mas evidentemente que a comissão de Finanças e Tributação realizará uma audiência pública, para ouvir os prefeitos e os secretários municipais da Educação com relação às suas expectativas com esse projeto que é muito importante...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência registra, com muito prazer, a presença do secretário municipal de São Martinho, Wilson Newton Schmitz, do vereador Genevaldo de Oliveira, do jornalista Edgar Nunes, de Tubarão, do pastor Helmont Pereira Júnior e do vereador Delmar de Borba Carvalho de Navegantes.

É um prazer e uma alegria tê-los aqui nesta Casa.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, eu só gostaria de registrar, nesta Casa, que uma comissão foi designada para cobrar, permanentemente, da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis e do governo do estado a construção do asfalto na SC-407. Todas as terças-feiras lembro isso nesta Casa, pois é uma promessa de muitos anos.

Quero, ainda, registrar a presença de Jair Costa, de Ednei Carlos e de Maria do Carmo neste Poder e dar boas-vindas a essa comissão que vem monitorando e cobrando do governo do estado o asfaltamento daquela importante rodovia que liga São José a São Pedro de Alcântara.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Está feito o registro de v.exa., deputado Círio Vandresen.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao DEM.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, em nossa peregrinação pelo estado de Santa Catarina procurando conhecer de perto as demandas de cada região, acompanhamos pelos jornais e pela televisão as imagens assustadoras de mais uma intempérie que se abateu sobre nosso estado e de uma maneira muito focada e específica na região de Curitiba e Campos Novos, onde duas mil casas foram atingidas pelo granizo, sendo destelhadas mais de 330 casas.

Imediatamente fizemos contato com a Defesa Civil do nosso estado para acompanhar toda a logística de atendimento e foram-nos passadas, naquele momento, as informações de que 30 mil telhas de fibra de cimento já haviam sido remetidas para Curitiba. Contudo, segundo a prefeitura, ainda serão necessárias mais 30 mil telhas.

Há necessidade também de kits com gêneros de primeira necessidade e cestas básicas. Na verdade, cerca de oito mil pessoas foram atingidas somente na cidade de Curitiba, o que equivale a 20% da população de 40 mil habitantes; quatro escolas foram intensamente atingidas, mas, felizmente, já voltaram a funcionar nesta segunda-feira; e ainda há um abrigo com 150 famílias alojadas.

Estivemos, na manhã de sábado, naquele local para acompanhar de perto a situação e gostaríamos de expor algumas imagens e também ouvir algumas pessoas, alguns catarinenses daquela região que passaram por essa calamidade.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Essas imagens foram captadas no sábado pela manhã, ocasião em que falamos com algumas famílias do bairro mais atingido da cidade de Curitiba.

Essas são algumas imagens dessa calamidade que atingiu aquela cidade, para a qual levamos a nossa solidariedade. E queremos agradecer à Associação Assistencial Nova Vida, na pessoa do sr. Ailton Buck, pela parceria que fez conosco para conseguir a doação de 700 telhas de fibra de cimento a algumas famílias daquela cidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra, por até 16 minutos, o deputado Edison Andrino e logo em seguida o deputado Moacir Sopelsa, que concluirá o tempo do PMDB.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, sras. deputadas, quero registrar o falecimento da desembargadora Thereza Tang, uma das figuras mais ilustres de Santa Catarina. Inclusive, fizemos um requerimento solicitando que esta Casa se manifeste através de um telegrama de pesar à família da desembargadora Thereza Tang.

(Passa a ler.)

"Thereza Grisólia Tang nasceu em 10 de fevereiro de 1922, em São Luiz Gonzaga, no Rio Grande do Sul. Trabalhou como advogada e tornou-se a primeira magistrada brasileira a tomar posse como juíza preta na comarca de Lagoa Vermelha,

em 1951. Prestou concurso para a Magistratura catarinense e em 1945 foi nomeada juíza substituta da 12ª Circunscrição Judiciária, com sede em Criciúma.

Ela trabalhou em Araranguá, Criciúma, Turvo, Timbó, Palhoça, São José, Laguna, Joaçaba e na capital. Foi promovida a desembargadora em 1975. Em 1985 elegeram-se corregedora-geral de Justiça. Em 1987 assumiu a vice-presidência do Tribunal de Justiça e, em 1989, tornou-se presidente do Poder Judiciário de Santa Catarina. Antes disso, exerceu paralelamente as funções de corregedora-geral da Justiça Eleitoral e vice-presidente e presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Aposentou-se por idade limite aos 70 anos, em 1992. Em 1993 foi representante do Instituto dos Magistrados do Brasil em Santa Catarina e presidente do Centro de Estudos Jurídicos do Tribunal de Justiça do nosso estado.

Durante 20 anos foi a única juíza em Santa Catarina e foi também a primeira desembargadora, cargo para o qual foi nomeada em 15 de outubro de 1975."

Sr. presidente, peço a esta Casa para encaminhar à família enlutada da desembargadora Thereza Tang uma mensagem de pesar pelo falecimento dessa mulher que muitos serviços prestou à Justiça catarinense!

Sr. presidente e nobres srs. deputados, na semana passada, deputado Professor Grando, fomos surpreendidos por notícias nos jornais de uma decisão judicial, na minha maneira de ver, severa demais contra o nosso companheiro, ex-governador, ex-deputado estadual, ex-deputado federal Paulo Afonso, pois praticamente cassaram o seu direito de viver, cassaram a sua vida.

Durante sua gestão como governador, deputado Moacir Sopelsa, ele resolveu pagar gratificações a uma parcela de funcionários do estado, como também o auxílio alimentação, que foram incorporados aos salários daqueles servidores depois que o governador Paulo Afonso deixou o governo. Portanto, acredito que foi uma decisão severa para o que foi levantado aqui como crime praticado pelo ex-governador do estado de Santa Catarina.

Quando fui prefeito de Florianópolis, no meu último ano na prefeitura, deputado Professor Grando, tive uma atitude semelhante à do companheiro Paulo Afonso. Tivemos creches inauguradas e postos de saúde que precisavam de auxiliar de enfermagem, de enfermeiras, de cozinheiras, e nós, sr. presidente, após uma consulta à Procuradoria da Prefeitura, em função da emergência da situação, contratamos 43 funcionários.

Quando deixei a prefeitura, o meu sucessor abriu auditoria sobre tudo e acabou me pegando nas 43 contratações. E o que aconteceu? Durante 15 anos, deputado Moacir Sopelsa, fiquei com essa pendência e o meu nome aparecia relacionado ao crime de improbidade administrativa! Ora, a maioria da população ficou assustada, porque não sabe bem que tipo de crime é improbidade administrativa.

Quando fiquei sem mandato, o Ministério Público de Santa Catarina pediu o arquivamento do processo. Porém logo em seguida elegi-me deputado federal, o processo foi enviado para Brasília porque o foro competente era o STF. Então, durante quase 15 anos lá estava eu: quando as revistas publicavam a relação dos parlamen-

tares processados pelos crimes mais absurdos, constava o nome do deputado Edison Andrino como tendo cometido o crime de improbidade administrativa. Só acabei com isso quando deixei de ser deputado federal e voltei para Santa Catarina. Aí o processo foi arquivado, em primeiro lugar porque não foi caracterizado crime e, em segundo, porque o processo já estava prescrito.

Vejam v.exas. que o meu sucessor não demitiu nenhum dos 43 contratados e ainda fez um concurso interno e transformou todos os contratados pela CLT em estatutários. Hoje, todos eles trabalham ainda na prefeitura de Florianópolis. E foi um "crime", entre aspas, parecido com o do companheiro Paulo Afonso.

Então, é justo cassar os direitos políticos de um cidadão, de um homem que tem uma história, que foi governador do estado de Santa Catarina, deputado estadual, deputado federal, porque concedeu gratificação? Cassar porque ele deu auxílio alimentação, que foi incorporado ao salário dos servidores?

Portanto, acho que a pena foi muito severa e quero aqui trazer a minha palavra, a palavra do meu partido, a palavra da bancada do PMDB de solidariedade ao ex-governador Paulo Afonso Vieira, que não pode ficar com essa pecha. E tenho certeza de que a Justiça de Santa Catarina vai fazer justiça e vai revogar essa decisão.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço a deputado Antônio Aguiar, líder do meu partido.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de parabenizar v.exa., nobre deputado Edison Andrino, por essa colocação na defesa do ex-governador Paulo Afonso. Sem dúvida nenhuma, a Justiça exagerou na dose, aplicando uma pena desproporcional ao crime cometido. E nem se pode chamar de crime dar gratificação a funcionários públicos. Quantas gratificações foram dadas e ninguém sofreu pena nenhuma?!

Temos a certeza de que o governador Paulo Afonso vai conseguir, sim, através da Justiça, que seja revista essa pesada pena que lhe foi imputada.

Parabéns pela manifestação de v.exa., deputado Edison Andrino!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço o aparte de v.exa.!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Concedo um aparte ao lageano que muito nos honra com sua presença, deputado Elizeu Mattos, líder do governo nesta Casa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Edison Andrino, quero solidarizar-me com o seu pronunciamento, como também fazer parte dele, visto que o referido crime é de interpretação.

Foi uma penalidade muito alta ao ex-governador Paulo Afonso Viera, porque o crime que lhe está sendo imputado, deputado Edison Andrino, é uma coisa que está valendo hoje, ou seja, o vale-alimentação concedido aos funcionários públicos. Além disso, os servidores, que, inclusive, eram concursados, que foram chamados pelo ex-governador continuam trabalhando no estado até hoje, ninguém foi demitido.

Diante disso, tenho certeza de que a nossa Justiça vai rever essa penalidade, uma vez que na minha interpretação, mesmo sendo leigo na área jurídica, não há

crime para uma penalidade tão alta ao nosso ex-governador Paulo Afonso Vieira.

O Sr. Deputado Renato Hinnig - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Renato Hinnig - Rapidamente, sem querer tomar o tempo do deputado Moacir Sopelsa, só quero corroborar com tudo aquilo que já foi dito e dizer que a penalidade foi exagerada. O que há é interpretação errônea porque o vale-alimentação continua sendo pago. Portanto, se vale essa penalidade para o ex-governador Paulo Afonso, tem que valer para todos os que ocuparam a função a partir do seu governo. Da mesma forma, todos aqueles que foram chamados ainda continuam desempenhando as suas funções.

Então, acredito que a Justiça vai rever a penas e vamos ter um esclarecimento desse fato que, na verdade, não se constitui em nenhum crime.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Ouço a deputada Ana Paula Lima.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Deputado Edison Andrino, neste caso, em minha opinião - e não estou falando pelo meu partido -, foi um exagero da Justiça. Diante de todas as explicações que v.exa. mencionou e de acordo com tudo que li através da imprensa, cometeu-se uma injustiça. Não havia motivo para condenar uma pessoa no estágio da vida em que está.

Assim, neste momento tem a minha solidariedade o ex-governador Paulo Afonso pelos serviços que prestou ao estado de Santa Catarina. Nesta Casa temos que ter sensibilidade, pois daqui a pouco pode ser que um de nós esteja nessa condição. Por isso, temos que levar as coisas de maneira séria, não inibindo os atos do ex-governador.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Agradeço pelo seu aparte, que é muito importante para a nossa solidariedade e a solidariedade de todo o nosso partido, o PMDB, ao companheiro Paulo Afonso, por essa decisão que consideramos exagerada da Justiça e que num breve espaço de tempo será modificada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o deputado Moacir Sopelsa, ainda dentro do espaço reservado ao PMDB.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Também gostaria, da mesma forma, de cumprimentar o deputado Edison Andrino e dizer que estamos solidários com o nosso ex-governador, diante daquilo que s.exa. acaba de mencionar da tribuna.

Iria usar esse horário do partido para falar sobre dois assuntos, mas como não vou ter tempo, apenas cumprimentarei o deputado Padre Pedro Baldissera por haver abordado a preocupação com os produtores integrados.

Quero voltar a falar sobre esse assunto, mas quero deixar registrado que é uma preocupação verdadeira e que foi importante o pronunciamento do deputado Padre Pedro Baldissera, porque realmente vemos a agricultura, a suinocultura e a avicultura empobrecendo. Ao mesmo tempo, estamos vendo as nossas indústrias a cada

dia com mais dificuldades financeiras também. E tudo isso é uma questão de sobrevivência dos nossos municípios, porque essas atividades têm uma importância muito grande no desenvolvimento do estado.

Srs. deputados na semana que passou esta Assembleia aprovou, eu não estava presente, uma moção de nossa autoria reconhecendo um trabalho que os bombeiros militares Adair Flâmia, Cristian Aurélio, Salmo Ramos Filho e o bombeiro voluntário Luiz Carlos Matos fizeram no rio do Peixe, no dia 16 de agosto de 2009. Esses bombeiros praticaram um ato elogiável, colocando em risco as próprias vidas, para salvar pessoas que tentavam atravessar o rio do Peixe.

A Assembleia aprovou uma moção pedindo que o comando-geral do Corpo de Bombeiros, através do coronel PM Álvaro Maus, reconheça o ato de bravura desses bombeiros. Entendo que estaremos fazendo justiça não só àqueles três bombeiros militares e àquele bombeiro voluntário, mas também estaremos fazendo justiça a todos os bombeiros do estado de Santa Catarina.

Inclusive, nos últimos dias, deputada Ana Paula Lima, tivemos muitos problemas, pois o estado foi assolado por muitas intempéries, chuva de granizo, vendavais, chuva torrencial, ocasião em que os bombeiros sempre estiveram presentes salvando vidas. Por isso, apresentei essa moção e espero que a corporação possa dar a esses bombeiros o reconhecimento devido a um ato de bravura.

Quero encerrar dizendo que gostaria, e vou empenhar-me pessoalmente nisso, que esses bombeiros sejam reconhecidos pelo seu trabalho. Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grandó - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, eu gostaria de registrar a presença nesta Casa do presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, vereador César Passos. Para nós é uma honra a sua presença, uma vez que o PPS possui também um vereador naquela Casa, o Toninho.

Quanto ao meu amigo e companheiro, deputado Edison Andrino, somos da Grande Florianópolis e estamos trabalhando juntos pela região. Então, s.exa. irá anunciar a presença do outro vereador.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Edison Andrino.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Então, registro a presença do vereador Anderson Ajair Santos, de Governador Celso Ramos. Dividimos o registro com o deputado Professor Grandó para não dar confusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Um jogral, para resumir.

São todos bem-vindos a esta Casa, convidados pelos deputados Professor Grandó e Edison Andrino.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, sras. depu-

tadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, presidente Gelson Merísio, eu não sou nova-iorquino, mas assomo à tribuna, em nome do PSDB, para falar da minha missão em Nova Iorque, juntamente com o vice-governador Leonel Pavan; o deputado Kennedy Nunes; o delegado Maurício Eskudlark; o coronel PM Marlon Jorge Teza. Foi realmente uma semana de trabalho muito produtiva!

A deputada Professora Odete de Jesus se pronunciou, na tarde de hoje, sobre a segurança pública. O jornal *O Globo* traz, hoje, uma matéria do presidente do STF, ministro Gilmar Mendes, falando que a integração das polícias públicas nacionais realmente é uma questão que deve vir à tona. Ele relata, num trecho da sua entrevista, a seguinte situação:

(Passa a ler.)

"[...]

'Não podemos tratar mais a questão da segurança pública, que é questão nacional, e eventualmente até internacional, como um tema local', frisou Mendes. 'É preciso que haja articulação entre os órgãos incumbidos da repressão', acrescentou [...]."[sic]

Ele fala ainda sobre a possibilidade do emprego da Força Nacional na estratégia da segurança pública.

Então, srs. deputados, quando um estado, principalmente o Rio de Janeiro, falava no suporte da Força Nacional na questão da segurança pública, sempre havia alguns questionamentos. Hoje o próprio presidente do STF defende a necessidade da atuação das Forças Armadas na segurança pública.

A nossa missão nos Estados Unidos foi muito proveitosa porque recebemos diversas informações e fomos recebidos por diversas pessoas da área da segurança pública.

Primeiramente, estivemos no Centro de Treinamento e Aperfeiçoamento do Corpo de Bombeiros de Orlando, onde houve uma apresentação para o ingresso na corporação e também do treinamento, em todos os níveis, com possíveis simulações nas questões de incêndio. Saindo daquele Centro de Treinamento, que fica no centro da cidade de Orlando, a comitiva catarinense foi visitar um presídio. Lá conheceu e vivenciou toda a questão de segurança pública, como os presos são tratados, a que realmente eles têm direito e como estão separados pelo grau de periculosidade. Quem cumpre pena de prisão perpétua fica de um lado e quem está condenado à cadeira elétrica fica de outro; quem tem possibilidade de recuperação e está fazendo um trabalho externo fica noutra ala. Ou seja, os presos são separados por categoria de periculosidade. Aqueles que querem trabalhar na rua são separados daqueles que querem ficar lá dentro, na ociosidade. Mas todos são tratados indistintamente, sem qualquer diferenciação.

A diferença que eu senti - e não é uma questão cultural - na polícia dos Estados Unidos é que não existe mais do que cinco presos por cela e o preso não tem contato nenhum com a rua quando há necessidade de sair do presídio para ir ao fórum. Junto à penitenciária é construído um fórum, ligado por uma passarela. Assim, o preso não tem contato com ninguém e vai direto à sala de audiência.

O deputado Kennedy Nunes estava conosco, vivenciou tudo isso e falará sobre esse assunto também.

Portanto, quero dizer aos srs. deputados o que eu percebi na minha ida aos Estados Unidos. O problema de segurança pública é cultural, não tenho dúvida nenhuma. O respeito das pessoas com a polícia já é 90% da solução da questão da segurança pública, pois o policial lá é respeitado! Policial nos Estados Unidos está acima de qualquer cidadão! Primeiro as pessoas, mas a prioridade é o policial que cuida das pessoas. Essa é a grande diferença!

Num determinado momento, quando saí do hotel, presenciei, na esquina, uma bicicleta parada à noite, com uma luzinha acesa e um policial notificando o veículo numa faixa do semáforo. O trânsito estava congestionado e nenhuma pessoa sequer buzinou, nenhuma pessoa passou pelo policial e disse-lhe qualquer coisa, porque lá existe respeito.

Na frente do hotel onde estávamos havia uma lanchonete que ficava aberta até as 2h. Pois bem, na frente da lanchonete havia sempre um policial de bicicleta, fardado, verificando todos os que entravam. Porque os jovens, se aparentarem pela fisionomia que são menores de idade, são obrigados a apresentar um documento. Não entra ninguém menor de idade num restaurante, num bar ou numa boate, sob hipótese nenhuma! E ninguém reclama! Lá não se sai na rua com uma garrafa de bebida na mão ou qualquer coisa semelhante. E alguém diz alguma coisa para o policial? Não! Ninguém diz nada! Todo mundo respeita!

O meu tempo está-se acabando, mas quero dizer que vivenciei, junto com o vice-governador Leonel Pavan e os demais amigos que lá estavam, uma situação diferente.

O estado está passando por esses problemas climáticos. Estivemos no centro de observação das questões climáticas da cidade de Orlando, que possui um painel que monitora tudo. E se houver a necessidade de deslocamento de famílias, de comunidades, isso é feito daquele centro, sem ninguém sair de lá. Toda a estrutura é colocada à disposição das pessoas em menos de uma hora, porque eles já sabem, mais ou menos, onde um tufão ou um furacão vai atingir a cidade e quantas pessoas serão atingidas. Assim, toda uma estrutura é disponibilizada.

Também quero dizer a todos os catarinenses que eu tenho certeza absoluta de que o vice-governador Leonel Pavan, a partir do ano que vem, junto com aqueles que o acompanharam, haverá de colocar em prática alguma coisa em favor de Santa Catarina, a fim de amenizar os problemas da segurança pública e das questões climáticas, porque percebi, e é real, que os investimentos não são estrondosos, caso se pense na possibilidade de fazer o mesmo aqui. Percebi que são poucos investimentos, mas com pessoas comprometidas e com conhecimento.

Portanto, o estado de Santa Catarina pode fazer uma segurança pública melhor para os seus cidadãos. Além disso, também nas questões climáticas podemos antecipar problemas que podem acontecer em determinada região e colocá-la sob alerta muitas horas antes do acontecimento.

Sr. presidente, depois farei um relato por escrito sobre a missão na cidade de Orlando e entregarei a esta Casa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Muito obrigado, deputado José Natal. V.Exa. é muito bem-vindo no retornar a esta Casa, juntamente com o deputado Kennedy Nunes. Sentimos muitas saudações dos nobres srs. deputados nas nossas acaloradas sessões da semana passada.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até nove minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, funcionários desta Casa e público que nos dá a honra de estar aqui acompanhando esta sessão ordinária da Assembleia Legislativa.

Eu pedi licença ao meu partido, sr. presidente, ao Partido dos Trabalhadores, para aqui também fazer o relato da minha viagem a Portugal, representando a Assembleia Legislativa.

(Passa a ler.)

"É com entusiasmo que relatamos e prestamos contas de nossa missão e participação no 1º Encontro Luso-Brasileiro realizado em Lisboa/Portugal. O evento foi realizado na Universidade de Lisboa, na Faculdade de Direito.

O intercâmbio de conhecimentos e experiências na área tributária, uma área que todos deveriam dominar um pouco, e também a carreira do Fisco no Brasil e em Portugal possibilitaram uma rica experiência para dominar esse tema tão importante para o estado e também para o nosso país.

Entre os temas abordados nesse 1º Encontro Luso-Brasileiro, foi destacada por diversos mestres, diversos doutores e também por alguns deputados a morosidade do sistema judiciário, pois é realmente um absurdo, tanto no Brasil quanto em Portugal, uma execução fiscal tramitar durante mais de dez anos, atormentando o contribuinte e precarizando o estado.

O sucesso lá destacado foi a nota fiscal eletrônica, documento que substitui a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel e simplifica as obrigações dos contribuintes, reduz os custos para o estado e aumenta a segurança, permitindo o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco.

Destaca-se a evolução do IVA (Imposto sobre Valor Agregado) na Europa, o imposto mais harmonizado da União Europeia, cerca de 150 países o integram. Impostos com essa característica possibilitam a adoção de taxas moderadas e a respectiva distribuição em várias áreas. Evitam efeitos inflacionários provocados por impostos cumulativos, que é o que está acontecendo em nosso país. Outro dado importante sobre o IVA é que não estimula a fraude ou a evasão fiscal.

O 1º Encontro Luso-Brasileiro foi pautado por um profundo conteúdo acadêmico e pela presença de mestres e doutores portugueses". E cito aqui um também muito conhecido no Brasil, principalmente pelos auditores fiscais brasileiros, o dr. Vasco Guimarães, da Universidade de Lisboa, que várias vezes esteve em nosso país fazendo palestras sobre a carga tributária, sobre as inovações na Europa e, principalmente, auxiliando muito o Fisco brasileiro.

Relato também a presença do palestrante brasileiro, deputado Sandro Mabel, relator da reforma tributária, que,

juntamente com o deputado Décio Lima, fez uma belíssima palestra sobre como está sendo tratado esse assunto na Câmara dos Deputados.

(Continua lendo.)

"Destaco, na delegação brasileira, o presidente da Fenafisco, Rogério Macanhão, que conseguiu liderar, de forma competente, a representação do nosso país em Portugal. Não poderia deixar de mencionar, com muito orgulho, a presença do Sindifisco catarinense, sob a liderança de Fabiano Dadam Nau e de vários diretores que se fizeram presentes. E cito especialmente o auditor fiscal Eduardo Lobo. O trabalho coletivo liderado, em nível nacional, pelo catarinense Rogério Macanhão e em Santa Catarina por Fabiano Dadam Nau é motivo de orgulho para todos os catarinenses.

Eu digo isso porque, graças à liderança de Rogério Macanhão, presidente da Fenafisco, e de Fabiano Dadam Nau, presidente do Sindifisco, foi mudada a estrutura sindical dessa categoria, que tem procurado fazer, a passos largos, um debate extremamente profícuo nas transformações do estado brasileiro.

Eles são, hoje, precursores de duas emendas à Constituição Federal e de diversas legislações com vistas a mudar a precária relação entre o estado e o contribuinte, além de construir uma visão tributária, deputado Giancarlo Tomelin, comprometida com o combate à miséria e na construção de caminhos mais sólidos da justiça social e de uma visão tributária social."

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Nobre deputada, gostaria de dizer que Fabiano Dadam Nau, que estudou conosco em Blumenau, um blumenauense da gema, realmente está fazendo um grande trabalho ao lado de Rogério Macanhão.

Por isso, incorporo-me às palavras de v.exa., pois sei do trabalho e, mais ainda, porque o meu avô, seu amigo, que era do Sindifisco, sabe do trabalho daquele órgão e da sua importância para o estado.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, deputado. Realmente é um blumenauense que tem orgulhado todos os catarinenses e todos os brasileiros.

Mas, falando ainda sobre a mudança que o Sindifisco e a Fenafisco têm feito, quero dizer que eles romperam, por exemplo, com o modelo sindical que antes era corporativista, que era reivindicatório, para se tornar um agente no processo histórico de mudanças.

Sou da área da saúde, deputado Jailson Lima, sou enfermeira, e gostaria que a minha categoria estivesse no patamar da discussão política dos auditores fiscais, hoje fazendo um bom debate dentro da sua categoria, dentro do seu sindicato. Por isso a categoria dos auditores fiscais merece o nosso reconhecimento, pois sem eles não teríamos os recursos imprescindíveis para o cumprimento das responsabilidades do estado na área da educação, na área da saúde, na área da assistência social.

Por isso quero registrar o meu aplauso e faço-o em nome da Fenafisco, através do presidente Rogério Macanhão, do Sindifisco, em nome do presidente Fabiano Dadam Nau, e também dos seus diretores, os quais esta Casa cumprimentou

e também homenageou pelo Dia Estadual do Auditor Fiscal e com o lançamento do livro *A História do Fisco Catarinense*.

Fica aqui o nosso reconhecimento à categoria dos auditores fiscais, sem a qual não teríamos os recursos imprescindíveis para o estado cumprir as suas obrigações.

Mais uma vez, sr. presidente e srs. parlamentares, termino com uma frase do ministro Patrus Ananias, que diz o seguinte: "Não há políticas sociais sem o trabalho dos auditores fiscais". O trabalho dos auditores fiscais é de fundamental importância para que o estado brasileiro e o estado catarinense possam dar retorno à sociedade.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL, colegas da imprensa, gostaria de prestar contas da missão na qual acompanhamos o vice-governador Leonel Pavan aos Estados Unidos, juntamente com o subcomandante-geral da Polícia Militar, coronel Luiz da Silva Maciel; com o chefe do Estado Maior da PM, coronel Marlon José Tezo; com o delegado chefe dr. Maurício Eskudlark; com o responsável pela delegacia antissequestro, delegado Renato Hendges, que faz um excelente trabalho em Santa Catarina; com integrantes do ministério da Justiça e do Tribunal de Contas e também com um representante da OAB.

Gostaria de apresentar a vocês algumas fotos que fiz com o telefone celular de algumas coisas que achei interessante sobre essa missão de Santa Catarina nos Estados Unidos.

Essa foto mostra um pastor dando assistência espiritual a um preso, no momento em que nós estávamos lá, que está condenado à morte, esperando o dia da execução.

Nos Estados Unidos, hoje, há 20 mil menores condenados à morte ou a prisão perpétua. La mesmo que o menor tenha cometido um crime e esteja até condenado à morte ou à prisão perpétua, o estado é obrigado a dar-lhe educação. Nas salas de aula há até *laptop*, deputado Antônio Aguiar.

Nós presenciamos o julgamento de um preso que foi condenado, no momento em que estávamos lá, a 11 meses e 29 dias de prisão, por ter apresentado cocaína no exame de sangue durante a condicional. Os presos que estão em condicional fazem exames contínuos para ver se há uso de drogas ou não.

Se vocês observarem essa foto, aí é a entrada de uma loja da Nike, num *shopping* lá nos Estados Unidos. Aquele cidadão que está sentado numa banquetta, junto à parede, é um policial. Ele está fazendo bico, porque lá é permitido fazer bico desde que o policial esteja uniformizado e não cobre menos que US\$ 35,00 a hora. A polícia dos Estados Unidos entende, deputado Romildo Titon, que a presença ostensiva do policial uniformizado, mesmo fazendo serviço para terceiros, traz segurança.

Nessa outra foto dá para perceber a refeição que a nossa equipe fez no presídio da Flórida, que consistia de hambúrguer, batata frita, salada, pão, milho e suco. Essa comida que comemos lá, é comida que servem aos presos.

Agora podemos ver as algemas de pé e de mão que os presos usam quando saem do presídio para trabalhar, porque depois de um determinado tempo eles conseguem o direito de trabalhar, mas o fazem com os pés e mãos algemados e usam aquele macacão dos irmãos Metralha e camisa branca e preta.

Observamos nessa foto que existe uma cadeira com uma cabine onde o preso conversa com a família através do MSN. No outro lado há um telefone público, porque o uso do telefone pelo preso lá é possível. E isso nós estamos trazendo para cá. Já marquei esta semana uma reunião com o Ministério Público, com a Justiça, para implantarmos esse sistema de telefonia nos nossos presídios, ou seja, o preso pode telefonar a cobrar e a ligação é monitorada; a família que recebe o telefonema do preso paga um *plus* que é dividido a cada mês entre os carcerários, com a finalidade de estimular o carcerário a fiscalizar para que não entre celular na prisão, porque antes o carcerário ganhava seu extra no final do mês com contrabando de celular.

Se fizermos isso, vamos acabar, deputado José Natal, de uma vez por todas com essa palhaçada de celular. Eu fiz, na semana retrasada, uma vistoria junto com a comissão de Segurança desta Casa no presídio de Joinville, no qual a cada dez dias há uma fuga e de dentro do presídio enviei fotos, inclusive, da cela.

Essa foto eu acho muito interessante: na parte de cima vocês podem ver que o bacio da cela fica na frente do beliche. Engraçado que aqui, no Brasil, fica atrás, escondido. É por onde começam os túneis, é ali no WC; lá o bacio fica na frente. Essa foto eu fiz porque o cidadão está lá como um rei, sentado no vaso sanitário na hora em que nós passávamos; estava lendo. Eu parei e perguntei ao diretor: "Sim, onde está a dignidade do preso? Ele está aí fazendo suas necessidades e todos estão vendo". O diretor me respondeu que a dignidade ele perdera quando cometera um crime. Perguntei, então, se não havia Comissão de Direitos Humanos e se ela não reclamava daquela situação. Ele respondeu que a Comissão de Direitos Humanos nos Estados Unidos dá suporte à vítima ou à família da vítima e não ao preso, e que quando um policial vai a julgamento por algum ato, a Comissão de Direitos Humanos vai defendê-lo. Esses são os conceitos americanos, é bom colocarmos aqui.

Vocês podem ver nessa foto o presídio e do outro lado da rua o fórum; entre um e outro, como o deputado José Natal já falou, há uma passarela por onde os presos são transportados para os julgamentos. Resultado: zero de fuga, zero de gasto público para levar o preso para ser julgado. Na parte debaixo existe uma maca, onde os presos que não têm autocontrole, que estão muito agressivos, são colocados amarrados pelas mãos e pelas pernas até ficarem mais calmos.

Agora, vemos um chinelo que é utilizado pelos presos nos Estados Unidos. Aqui no Brasil quem usa esse chinelo é chique, pois é o tal chinelo Crok. Eu sei que muitas pessoas usam esse chinelo aqui no Brasil, mas lá nos Estados Unidos é o material usado pelos presos.

Há no presídio uma central octogonal; do lado esquerdo ficam os presos condenados à prisão perpétua e do lado direito, os presos condenados à morte. E aí nos perguntamos: qual a diferença do preso condenado à morte do condenado à prisão perpétua? O condenado à morte está ali para morrer, acabou, vai ser executado. Na Flórida são executados, em média, seis presos por ano, com injeção letal ou com choque elétrico. Quem é condenado à prisão perpétua depois 50 anos de cumprimento da pena poderá ganhar uma condicional, essa é a diferença.

Agora estamos vendo nessa foto o cão farejador que alguns veículos possuem. Abaixo temos a identificação, que é o crachá de cada preso. Usa o crachá azul o preso que tem bom comportamento; o vermelho é para o preso considerado perigoso. Eles são identificados lá, deputado Antônio Aguiar, pelo comportamento de cada um.

Nessa foto seguinte, temos o comandante da Academia de Polícia, que está com o capacete derretido na mão, porque nos treinamentos de combate ao fogo a temperatura chega a 200 graus.

Depois temos o *bunker* secreto que o FBI usa na Flórida. Abaixo vemos o diretor desse *bunker* secreto, que é uma central de defesa civil muito bem montada.

Vemos mais abaixo os monitores da central de controle de trânsito, que opera apenas com um funcionário. Nós visitamos também o sistema de monitório, um trem que passa por cima de uma só coluna de concreto.

Vejam que interessante a foto dessa lojinha que fica na porta de entrada da delegacia principal da cidade de Orlando. A polícia é tão respeitada lá, deputado Antônio Aguiar, que virou grife, as pessoas podem comprar os produtos da polícia, como camisetas, bonés, etc.

Essa é a foto da prefeitura da cidade de Orlando, onde estivemos também.

As pessoas que estão-nos assistindo podem encontrar mais informações em nosso *site*.

Era esse o relato que gostaria de fazer da viagem que eu e o deputado José Natal, representando esta Casa, fizemos aos Estados Unidos acompanhando a missão do vice-governador do estado de Santa Catarina àquele país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - A título de informação, até para que a nossa juventude se cuide, a lei é tão rigorosa nos Estados Unidos que existem 30 mil menores condenados à morte. Já estão com as suas vidas decididas, não há como voltar atrás. Então, é para os senhores verem que a rigidez da lei é tão grande que esses jovens não possuem mais chance alguma.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Gostaríamos, antes de iniciar a Ordem do Dia, e na presença do presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, de agradecer ao presidente pela oportunidade de, nesses pouco mais de dez dias, exercer a Presidência desta Casa.

Então, de uma forma simbólica, passo a Presidência ao deputado Jorginho Mello, para que conduza a Ordem do Dia

de uma forma também simbólica reassuma oficialmente a Presidência desta Casa, o que documentalmente já ocorreu às 14h, no gabinete.

A todos os deputados o meu muito obrigado pela compreensão!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Srs. deputados e sras. deputadas, muito boa-tarde! Dizem que a verdade pode demorar, mas sempre aparece. Minha mãe e meu pai diziam: "Meu filho, nem que seja para te prejudicar, mas fale a verdade porque um dia ou outro ela aparece". Então, não economizei isso e acabei de descobrir exatamente o que aconteceu no palco onde eu estava, deputado Gelson Merísio. Quem cerrou foi o deputado Pedro Uczai, mas como ele é muito comprido, não conseguiu escapar e pegou o braço.

Srs. deputados, quero de forma muito honrosa reassumir o comando desta Casa em nome de todos os senhores e de agradecer ao deputado Gelson Merísio, companheiro que é, parceiro que é, pela forma como conduziu a Assembleia Legislativa, juntamente com v.exas., de forma democrática, de forma segura, que orgulhou todos nós.

Quero agradecer ao companheiro e sei da sua competência e da sua lealdade. Quero também agradecer a todos os srs. deputados de todas as bancadas e dividir, em primeiro lugar, com v.exas. a alegria de ter sido governador de Santa Catarina.

Disse em todos os lugares, deputado Silvío Dreveck, em que estive que o governador Luiz Henrique da Silveira e o vice-governador Leonel Pavan estavam fazendo uma homenagem não ao deputado Jorginho Mello, mas à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, aos 40 deputados, pela independência, pela qualidade de cada parlamentar e pelo que representa o Poder Legislativo para o estado. Disse isso em todos os cantos onde pude que essa homenagem eu queria dividir, deputado Ismael dos Santos, com todos os srs. deputados. E fiz isso com muita alegria. Quero, portanto, reafirmar isso, neste momento.

Ter sido governador de Santa Catarina, mesmo que por poucos dias, foi muito honroso. Ser governador deste estado é apaixonante. Qualquer catarinense que ama Santa Catarina gostaria de sê-lo, não tenham dúvidas disso, pela credibilidade que o estado tem, pela sua economia, pela possibilidade de ajudar o povo catarinense e de conhecê-lo melhor. Então, estou muito feliz, muito contente, pois fiz um esforço grande para manter o ritmo do governo.

Quero, portanto, agradecer a todos os senhores e dizer que retorno à Casa com a determinação de continuar honrando os compromissos, de continuar sendo parceiro de todos os colegas, para que consigamos tornar exitoso o mandato que o povo nos outorgou.

Quero também agradecer aos senhores pela aprovação da Lei n. 14.876, que foi sancionada no dia 15 de outubro, Dia do Professor. Professor e aluno caminham juntos, deputado Pedro Uczai, pois um não existe sem o outro. Então, até nisso a Assembleia foi feliz, deputado Lício Mauro da Silveira, tendo aprovado o projeto por unanimidade, sem emendas, sem ter que regulamentar, enfim, uma lei perfeita.

Quando falei com o governador Luiz Henrique e com o vice-governador antes de eles viajarem, tratamos de percentuais. O governador achava que 0,6% era muito,

enfim, houve um entendimento para que a lei pudesse sair.

Quis Deus que fosse este modesto deputado que, junto com v.exa., deputado Pedro Uczai, e com toda a Casa tivesse um comprometimento e uma história com relação aos arts. 170 e 171, dos quais v.exa. foi relator e eu presidente da comissão que regulamentou o art. 170. Nós percorremos as 11 universidades fazendo audiências públicas, normatizando, dizendo como é que tinha que ser o questionário, porque não havia critérios. E hoje funciona tudo muito bem.

Precisa haver mais dinheiro e por isso a minha preocupação de colocar mais recursos para o aluno carente. Porque eu sei, deputado Pedro Uczai, como é difícil chegar ao final do semestre e estar com um monte de cheques frios, de cheques pré-datados, ter que conversar com o tesoureiro para ele repactuar e conseguir fazer a matrícula nova, porque a universidade não aceita fazer matrícula se não pagar pelo menos um pouco do que está atrasado.

Os deputados, sem exceção, não fazem uma viagem para o interior do estado sem que recebam um pai, uma mãe, um tio ou o próprio aluno, pedindo, por favor, uma bolsa de estudo, porque se não conseguir terá que trancar a faculdade. Todos nós sabemos disso. E foi por isso que a lei foi aprovada por unanimidade.

Quero agradecer a compreensão de todos os senhores e senhoras por terem percebido a grandeza, a importância da matéria que foi aprovada por unanimidade; a tramitação foi veloz, em 24 horas estava pronta! E eu agradeço muito a todos os senhores, fiquei muito honrado. Podem ter certeza de que Santa Catarina ficou honrada pelo Parlamento que tem, com homens e mulheres de maior qualidade.

Isso nos orgulha muito! Muito obrigado! E que Deus nos abençoe!

(Palmas)

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0344/2009, de autoria do deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Gostaria apenas de esclarecer aos nossos telespectadores e ouvintes que o projeto foi rejeitado porque era uma matéria já aprovada nesta Casa, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Feito os esclarecimentos pelo eminente deputado autor, continuamos com a Ordem do Dia.

A comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0085/2009; 0308/2009; 0314/2009 e 0318/2009, todos de entidades sociais encaminhando relatório.

A comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0095/2009; 0289/2009; 0293/2009; 0302/2009; 0303/2009; 0307/2009; 0310/2009; 0311/2009; 0312/2009 e 0315/2009, todos de entidades sociais encaminhando relatório.

A comissão de Educação, Cultura e Desporto apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s.: 0185/2009; 0234/2009; 0267/2009 e 0408/2008, de entidades sociais encaminhando relatório.

A comissão de Turismo e Meio Ambiente apresentou parecer favorável às seguintes matérias: Ofícios n.s. 0240 e 0279/2009, de entidades sociais encaminhando relatório.

A comissão de Finanças e Tributação apresentou parecer favorável ao Ofício n. 0300/2009, de entidade social encaminhando relatório.

Discussão e votação em turno único de Mensagem de Veto n. 1074/2009, de origem governamental, que dispõe sobre veto total ao Projeto de Lei n. 0358/2007, de autoria do deputado Narcizo Parisotto, que autoriza o governador do estado a instituir o Serviço Social Escolar na rede estadual de ensino.

Conta com parecer da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, a nossa bancada vai votar pela derrubada do veto, porque considera o projeto, deputado Narcizo Parisotto, importante, já que a instituição do Serviço Social Escolar na rede escolar é meritória, é fundamental, é estratégica no processo educacional e pedagógico.

Portanto, a posição da bancada é pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, a bancada do PP entende que o projeto é meritório. Portanto, posiciona-se pela derrubada do veto.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Serafim Venzon, líder do PSDB.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, a bancada do PSDB mantém o veto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam o veto e os que votarem "não" rejeitam-no.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Está encerrada a votação.

Temos 14 votos "sim" e 11 votos "não".

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem n. 1.141/2009, que dispõe sobre o veto total ao Projeto de Lei

n. 0290/2008, de autoria do deputado Edison Andrino, que trata da obrigatoriedade da instalação de sistema de vigilância, por meio de câmeras de vídeo, nas arenas multiuso, ginásios desportivos e estádios de futebol credenciados para a realização de jogos oficiais.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela deliberação do veto em plenário.

Em discussão.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu pergunto ao deputado Edison Andrino qual o tempo que ele prevê para a instalação desses equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Edison Andrino, por favor.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Seis meses.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Seis meses?! Se v.exa. aumentasse um pouco o tempo seria bom, até porque existe uma exigência por parte dos usuários de que se tenha nesses locais públicos um pouco mais de segurança e a câmera será uma forma de intimidar um pouco os larâpios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Deputado Serafim Venzon, perdoe-me v.exa., mas isso não vai acrescentar absolutamente nada neste momento, pois estamos discutindo a mensagem de veto e não há como alterar o projeto agora. Neste momento só há duas opções: ou manter ou derrubar o veto!

Então, v.exa. encaminha pela derrubada ou pela manutenção do veto?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu encaminho pela derrubada do veto, considerando que se trata de sistema importante para melhorar a segurança desses locais públicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, para discutir, o deputado Edison Andrino, autor do projeto.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, eu pensei que o governo fosse entrar no mérito da questão. Eu até entenderia que fosse vetada a proposta pela questão do mérito, alegando que os clubes de futebol não teriam recursos, em seis meses, para colocar o sistema de vigilância eletrônica nos estádios de futebol, que é a exigência do projeto. Mas o deputado Serafim Venzon tem razão ao dizer que muitas famílias deixam de ir ao estádio de futebol pela falta de segurança. Quem não se lembra do episódio de Criciúma, em que uma televisão flagrou o cidadão jogando a bomba?!

Então, creio que o governo poderia até ter vetado, deputado Antônio Aguiar, sob a alegação de que os times teriam que se preparar melhor. Agora, dizer que a matéria é inconstitucional, que me perdoe o governador, mas ele está muito mal assessorado juridicamente. Não há nada de inconstitucional nessa matéria! Nada de

inconstitucional! Ela é legal e constitucional. A assessoria jurídica do governador alega que estou criando despesa, criando estrutura para o governo do estado. Eu não estou criando estrutura para o governo do estado! Nenhuma!

Deputado Elizeu Matos, líder do governo, a assessoria tem que ter um pouco mais de cuidado para não fazer o governador opor um veto com uma justificativa que não cabe. Eu creio que o governador não vetou pela questão da inconstitucionalidade, mas pela questão do mérito, que é uma coisa que eu acho até que poderia ter sido melhor discutido.

Quem sabe, em vez de seis meses, os times tivessem um ano para se preparar. Nesse caso, o próprio Poder Executivo poderia ter conversado conosco e ele mesmo encaminhar uma proposta a esta Casa. Agora, dizer que a matéria é inconstitucional eu não concordo. Nós temos que ter mais cuidado com os vetos que alegam inconstitucionalidade porque essa matéria não é inconstitucional!

Eu já assisti a um debate na televisão, deputado presidente Jorginho Mello, em que o Ministério Público se fazia presente para discutir esta questão. O Ministério Público e um representante do Judiciário opinavam que a matéria era legal e constitucional.

Por isso eu não posso concordar com esse veto. Até concordaria, e disse isso para a assessoria do governador, que o governo vetasse o projeto em função de uma série de questões, como o tempo, o custo, desde que houvesse também o compromisso do Executivo de encaminhar uma matéria a esta Casa aumentando a segurança nos estádios de futebol, pois entendo que devemos priorizar a segurança neste país.

Srs. deputados, tenho o maior respeito pelo presidente Lula, pela administração do PT, pois houve avanços sociais em muitas áreas, houve conquistas importantes para os brasileiros, mas gastar R\$ 30 bilhões em equipamentos bélicos e não termos segurança interna neste país é um absurdo!

O secretário da Segurança prometeu a esta Casa, em resposta a um requerimento que aqui aprovamos, que colocaria câmeras de vigilância num dos lugares mais movimentados de Santa Catarina, senão o mais movimentado, que é o centro da Lagoa da Conceição. Circulam naquele bairro por noite, nos fins de semana, deputado Elizeu Mattos, mais de 20, 30 mil pessoas; há uso de drogas constantemente, mas o secretário da Segurança não colocou as câmeras lá até hoje. E se formos pensar em prioridades, veremos que ele colocou em alguns lugares de Santa Catarina que não eram tão prioritários. Será que era para buscar voto, em vez de cuidar prioritariamente da segurança?!

Então, sr. presidente e srs. deputados, eu creio que o governador, deputado Elizeu Matos, com todo respeito ao companheiro Luiz Henrique, opôs o veto achando que o assessor jurídico estava com a razão, e o assessor jurídico, que deveria ter buscado um argumento sobre o mérito da questão, o que eu até aceitaria, não poderia ter utilizado um argumento frio como o da inconstitucionalidade numa matéria que é constitucional e legal!

Por isso, peço a derrubada do veto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Edison Andrino, eu e o deputado José Natal tivemos a oportunidade de verificar a situação da segurança pública nos Estados Unidos, como aquele país usa o sistema de segurança pública. Em todos os lugares a que fomos o monitoramento eletrônico é indispensável, seja nos presídios, no trânsito, nos estádios e em outros locais.

Foi-me informado que houve algum episódio na festa em Chapecó e que foi detectado o autor através do monitoramento móvel da Polícia Militar. Pelo menos foi a informação que me chegou nos Estados Unidos. Então, está comprovado que o monitoramento eletrônico, hoje, é a maior arma de investigação!

Eu não entendo o motivo pelo qual não querem isso nos nossos estádios! Não entendo, sinceramente! Concordo plenamente com v.exa. quando fala que essa questão da inconstitucionalidade nada tem a ver, mas eu já falei desta tribuna que há alguém fazendo *control C*, *control V* nos vetos opostos pelo governador. Pegam a justificativa de um veto a um projeto e colocam-na em outro, trocando somente os números dos projetos e algumas palavras.

Sinceramente, srs. deputados, com o custo baixíssimo da implantação dessas câmeras - já conversei com o líder da nossa bancada e ele vai votar pela derrubada desse veto - e sabendo da importância de termos esse equipamento em nossos estádios, eu acho absurdo não as instalar.

Hoje mesmo lemos nos jornais acerca do episódio envolvendo duas torcidas que se encontraram lá no Sinuelo, indo ou vindo de jogos, e que fecharam o pau, quebraram tudo! Então, v.exas. não acham que é importante termos em Santa Catarina o monitoramento nos nossos estádios? Dizem que são estádios tão bons, arenas tão boas que podem abrigar *shows*. Queriam até que parte da Copa do Mundo fosse feita aqui, mas não querem colocar câmeras de monitoramento nos estádios porque dizem que é inconstitucional?! Dá licença, vamos tratar esse assunto com mais respeito!

Portanto, peço aos deputados aqui que analisem a importância desse equipamento nos nossos *shows*, nos eventos esportivos de Santa Catarina, ou seja, analisem a importância dessa arma de investigação.

Mas não precisamos ir muito longe! Estou indo esta semana a Chapecó, onde houve um problema e os autores foram identificadas através da câmera móvel da Polícia Militar. Se não houvesse a fiscalização eletrônica não teria sido exitosa a investigação policial.

E isso já está sendo considerado normal, deputado Jorginho Mello, nosso presidente. Esses dias eu estava indo a Joinville e parei num posto de gasolina,

perto de Barra Velha. Quando cheguei ao banheiro, li numa plaquinha: "Sorria, você está sendo filmado". Eu olhei e percebi que estava sendo filmado lá dentro do banheiro mesmo! Então, se estão filmando dentro do banheiro, por que não filmar dentro dos nossos estádios? Qual é o problema disso?

Por isso o nosso voto é pela derrubada desse veto irresponsável, deputado Edison Andrino!

Para encerrar, volto a falar como o senador Mão Santa: atentai, o fogo hoje no secretário da Segurança Pública não é da Oposição! Atentai para isso, é do próprio PMDB!

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A nossa bancada também vai votar pela derrubada do veto porque entende que o espaço esportivo tem importância nessa relação de controle. Tivemos um episódio de um torcedor da Chapecoense, no estádio do Avaí, que foi agredido pela Polícia Militar e as imagens da imprensa é que nos ajudaram a denunciar a truculência e a violência da referida polícia.

Por outro lado, ao ouvirmos esse discurso ufanista sobre a segurança nos Estados Unidos, temos que cuidar porque não sabemos se aquele país é o melhor exemplo para nós, brasileiros. Além disso, devemos cuidar de onde se dá o controle da sociedade, porque daqui a pouco a vigilância eletrônica vai controlar a vida privada das pessoas e vai destruir a sua individualidade, a individualidade dos cidadãos na sociedade como um todo.

Portanto, temos que ter o devido cuidado com o disciplinamento e a regulamentação do uso de câmeras de vigilância para diferentes finalidades, porque as pessoas estão sendo cada vez mais controladas, e o controle social, a domesticação social está-se dando pelos mecanismos eletrônicos. Temos que pensar sobre isso, porque ao invés de cuidarmos dos bandidos, estamos cuidando de pessoas comuns, com diferentes finalidades. Inclusive as empresas privadas de segurança têm que agir com mais clareza, regulamentação e controle das informações. Quem vai controlar as informações desses instrumentos tecnológicos?

A invasão de privacidade é extremamente séria, srs. deputados. Alegam que a invasão da individualidade das pessoas está sendo feita para controlar a violência, controlar os bandidos, mas acabam controlando todo mundo, domesticando a sociedade inteira para todos os tipos de atividade.

Assim sendo, vamos votar pela derrubada do veto, mas com cuidado, porque senão haverá um abuso por parte dessas empresas privadas de segurança. E quando vejo um deputado do PMDB atacar a ação do secretário da Segurança Pública, daqui a pouco ele poderá até usar as imagens do deputado Edison Andrino para outras finalidades.

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Professor Grandó.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, o PPS é pela derrubada do veto.

Agora, estranho que uma reivindicação relacionada ao centro da Lagoa da Conceição não tenha sido atendida ainda, pois realmente, no final de semana, por ser uma cidade turística e aquela localidade ser uma das mais belas da capital, por lá passam mais de 20 mil pessoas. Já houve até casos de morte! Assim, não se justifica que ainda não tenham sido tomadas as devidas providências.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada professora Odete de Jesus, líder do PRB.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muita obrigada, sr. presidente.

Eu acabei de usar a tribuna e falei sobre a segurança do cidadão, segurança no banco e eu não poderia deixar de concordar com o parlamentar Edison Andriano pela brilhante iniciativa.

Eu quero dizer que vou votar com v.exa. para derrubarmos o veto porque, afinal de contas, a nossa Constituição diz que todo o cidadão tem direito à segurança.

Portanto, voto com v.exa. pela derrubada do veto.

Muito obrigada!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Sargento Amauri Soares, líder do glorioso PDT.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sr. presidente.

Eu estava sentado na minha cadeira esperando o momento para contribuir com o importante projeto do deputado Edison Andriano, ajudando a derrubar o veto ao digitar a tecla dois. Mas me senti tentado a usar um termo lá de Imbuia, no alto vale, porque eu percebo que neste estado ninguém mais tem sido tão achincalhado quanto os policiais militares ou os trabalhadores em geral da Segurança Pública.

Eu acho também que é preciso que sejam colocadas câmeras filmadoras dentro das viaturas, nas guaritas dos policiais militares que trabalham nos presídios, talvez em cada poste da cidade, para que este Parlamento e a sociedade catarinense inteira, incluindo os meios de comunicação e o pessoal dos direitos humanos, inclusive os 40 parlamentares, possam perceber as agruras do que é ser um policial militar.

E atentai, deputado Kennedy Nunes, que um dia ainda teremos um governador neste estado que sentará com os policiais militares em torno de uma mesa e perguntará quais são os problemas da Segurança Pública em nosso estado. Atentai que um dia teremos um governador que ouvirá aqueles que efetivamente trabalham, dão o couro e a vida para defender a sociedade catarinense. Ou, quem sabe, uma governadora, como bem lembrou a deputada professora Odete de Jesus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação secreta por processo eletrônico.)

Temos seis votos "sim" e 21 votos "não".

Está derrubado o veto.

Encerrada a votação dos vetos, esta Presidência solicita ao deputado Gelson Merísio que assuma a Presidência da sessão neste momento.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero registrar a presença no plenário da Assembleia Legislativa do prefeito de Tigrinhos, sr. Rudimar Francisco Guth, do vice-prefeito Ivo Ari Wachholz, do ex-prefeito Neli Antônio de Oliveira, do presidente do PSDB de Maravilha e também do secretário municipal de Tigrinhos, meu amigo Genoir Bassani.

É uma alegria muito grande recebê-los aqui, na Casa do Povo catarinense. Tenho certeza de que pediram coisas importantes para os seus municípios e vamos lutar por isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0689/2009, 0690/2009 e 0691/2009, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 0692/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça; 0693/2009, 0694/2009 e 0697/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen; 0695/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 0696/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 0698/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 0699/2009 e 0700/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 0701/2009 e 0702/2009, de autoria do deputado Reno Caramori; 0704/2009 e 0705/2009, de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral; e 0706/2009, de autoria do deputado Edison Andriano, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência defere de plano os seguintes Requerimentos: 1.536/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; 1.537/2009 e 1.538/2009, de autoria do deputado Moacir Sopelsa; 1.539/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli; 1.540/2009, 1.550/2009, 1.552/2009 e 1.553/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin; 1.541/2009, de autoria do deputado Renato Hinnig; 1.543/2009, de autoria do deputado Edison Andriano; 1.544/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 1.546/2009 e 1.547/2009, de autoria do deputado Jailson Lima; 1.548/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 1.551/2009, de autoria do deputado Elizeu Mattos; e 1.554/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai.

Requerimento n. 1.535/2009, de autoria do deputado Rogério Mendonça, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Caixa Econômica Federal, pedindo a liberação do FGTS aos moradores do município de Anchieta para a reforma e reconstrução das residências danificadas em razão do tornado ocorrido no último mês.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.542/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense e aos líderes dos partidos no Congresso Nacional, pedindo a elaboração de projeto de lei visando à profissionalização da função de síndico.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimento n. 1.545/2009, de autoria do deputado Silvío Dreveck, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor presidente da empresa de telefonia OI, pedindo a extensão e instalação de um posto telefônico da rede de telefonia fixa na localidade de Avenquinha, no município de Campo Alegre.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.549/2009, de autoria do deputado Giancarlo Tomelin, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora da empresa de telecomunicações OI, pedindo a expansão da rede de telefonia fixa na rua Franz Müller, no bairro da Velha Grande, no município de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.555/2009, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República, ao ministro da Fazenda e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a reconsideração da decisão de prorrogar a restituição do IR retido na fonte referente ao exercício de 2008.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1.556/2009, de autoria do deputado Edison Andriano, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da República e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo a reconsideração das medidas administrativas de investimento em equipamentos bélicos, em detrimento de outras necessidades da sociedade brasileira.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queria discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, gostaria de subscrever o Requerimento n. 1.542/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita a elaboração de projeto de lei para a profissionalização da função de síndico.

Também quero dizer que esta Casa, recentemente, pediu informações ao Tribunal de Justiça acerca da Lei dos Condomínios, que trata da inadimplência dos condôminos, porque hoje ela beira os 15% em Santa Catarina, fazendo com que o inadimplente jogue nos braços do adimplente a sua conta. E o síndico, deputado Antônio Aguiar, precisa de um instrumento forte para colocar o inadimplente como bom pagador, para melhorar a relação condominial.

Esta Casa pediu diligência ao Tribunal de Justiça, que deverá manifestar-se em breve. E eu espero que possamos fazer uma discussão em Santa Catarina para diminuir a inadimplência dos condôminos transformando o mau pagador em bom pagador.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Gostaria de registrar a presença do suplente de vereador de Canoinhas, Pedro Penteado, que está aqui resolvendo problemas inerentes à educação daquele município, especificamente do Colégio Almirante Barroso.

Desejamos sucesso na resolução dos problemas na educação daquele município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Moção n. 0221/2009, de autoria do deputado Círio Vandresen, a ser enviada aos presidentes da Confederação Nacional dos Jovens Empresários e do Conselho Estadual do Jovem Empreendedor de Santa Catarina, solicitando que nos próximos feirões de imposto seja divulgado de forma pedagógica o ano da criação de cada tributo e cumprimentando-os pela iniciativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, já discutimos muito essa moção e solicitamos ao deputado Círio Vandresen que fizesse essa alteração. E ele a fez.

Assim, vamos votar favoravelmente, mas também queremos ver s.exa. integrado ao movimento, porque ainda não

vemos o motivo dessa moção, qual a razão de transformar um movimento tão importante, tão inteligente, que conscientiza a população, que leva ao conhecimento do cidadão o quanto existe de tributo está embutido em cada produto, numa ação política.

A moção solicita que seja divulgado o ano de criação dos tributos. Srs. deputados, talvez dom João VI tenha que ser consultado sobre a criação de cada tributo, porque talvez esteja ali o nascedouro dos tributos no Brasil.

Eu não entendo por quê. E espero que não tenha motivação política, porque a população não suporta mais as pessoas fazerem uma coisa vislumbrando outra. E isso me lembra Capitu, no livro *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, quando trata da dissimulação.

Espero que essa moção não seja mais uma atitude dissimulada para buscar algo que não entendo o que é - como no encerramento do livro *Dom Casmurro*, quando Bentinho morre sem saber se fora traído ou não.

Espero que não tenha essa motivação, mas, sim, uma vontade do deputado Círio Vandresen, se é que ele conhece o movimento dos jovens empreendedores, de entrar no movimento, de trabalhar pelo movimento, de auxiliar o Movimento dos Jovens Empreendedores de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Círio Vandresen - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Círio Vandresen.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, quero agradecer o encaminhamento do deputado Giancarlo Tomelin pela aprovação e esclarecer que o objetivo da moção é enaltecer a iniciativa, uma vez que todos nós sabemos que a carga tributária é altíssima. Mas, do ponto de vista pedagógico, como tenho dito, não é mau lembrar o dia do nascimento de cada um de nós; não é mau lembrar o dia da fundação do nosso município; não é mau lembrar e celebrar o dia do casamento, da ordenação, da sagração.

Então, o nosso pedido é apenas pedagógico, para que as pessoas se situem no tempo e na história.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, acho que a utilização da literatura como exemplo para esse caso não cabe. Quanto à insinuação do deputado Giancarlo Tomelin de haver alguma coisa dissimulada, quero dizer que cada um pode votar a favor ou contra. O que está sendo solicitado está claro, é a data da criação do imposto. Se isso vai ser elogio ou crítica, não é o problema.

Acho que podemos votar com tranquilidade porque não existe nada subjacente nisso. É uma coisa transparente e clara. É uma luta para situar historicamente a criação de cada um dos impostos. E cada um vai fazer uso disso da forma democrática e ética que lhe aprouver, como em todas as moções dos demais deputados.

Portanto, é preciso cuidado para não insinuar traição, dissimulação. Na postura do deputado Círio Vandresen não há nada a não ser tentar situar os tributos na história.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Ouvi o deputado Círio Vandresen dizer que sempre é bom lembrar a data de nascimento da cidade e que neste caso s.exa. gostaria que estivesse lá exposto quando o imposto foi criado, como numa lápide de cemitério, em que está o dia em que a pessoa nasceu e o dia em que morreu.

Então, acredito que merece ser colocado nesse feirão de impostos feito pelos empresários de Joinville apenas quando um governo institui neste país um imposto único. Ou seja, colocar quem o criou e quem acabou com o imposto. Porque não adianta estarmos mais preocupados com o pecado do que com o pecador. Não adianta!

Por isso, voto contra essa moção, sr. presidente.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Pela ordem, sr. presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Quero dizer exatamente isso que o deputado Kennedy Nunes disse.

Esse movimento tem como objetivo reduzir a carga tributária. Mostrar para a população que é possível reduzir, desde que ela se engaje e cobre da classe política, porque quanto menos tributo mais a economia pode ser viva, pujante e forte. E o deputado Círio Vandresen, quando quer a data do nascimento para ver quem é realmente o pecador, está preocupado com o pecador e não com o pecado. Mas devemos estar preocupados com o pecado, que é a alta a carga tributária.

O Sr. Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de me associar à indicação do deputado Rogério Mendonça, que se refere à pavimentação asfáltica da estrada que liga o município de Santa Terezinha à BR-116.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada, com o voto contrário do deputado Kennedy Nunes.

Moção n. 0223/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao superintendente regional do DNIT, apelando pela reconstrução e reativação do ramal ferroviário com início no município de São Francisco do Sul, passando por Mafra e Piratuba, seguindo até o estado do Rio Grande do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0224/2009 de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Fazenda e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, apelando por medidas urgentes que visem determinar à Caixa Econômica Federal a liberação do FGTS para os trabalhadores com carteira assinada atingidos pela catástrofe climática, com chuvas de granizo, no município de Curitiba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0225/2009, de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao presidente da República, ao ministro da Fazenda e ao coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, visando determinar à Caixa Econômica Federal a liberação do FGTS para os trabalhadores com carteira assinada atingidos pela catástrofe climática, com chuvas de granizo, no município de Campos Novos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, é visível a falta de quórum. Portanto, em minha opinião, não deveriam ser votadas matérias de tamanha importância com um quórum tão baixo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merísio) - Então, estão retiradas as matérias que necessitam de quórum qualificado.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital, telespectadores da TVAL, todos que visitam o Parlamento catarinense, assim como esta tribuna no dia de hoje, em primeiro lugar, para parabenizar o colégio da CNEC de Tijucas, que reuniu professores de São João Batista, Canelinha, Palhoça, São José e demais municípios, num grande congresso que se chamou Educação da Sustentabilidade, com a presença do senador Cristóvam Buarque, de Celso Antunes, de Moacir Gadotti e de outros palestrantes.

Eu tive a alegria e a satisfação de ser convidado pela professora Noíde também para uma conferência em que discutimos Educação e Sustentabilidade.

Parabéns à CNEC, parabéns à equipe coordenadora, parabéns à professora Noíde pelo brilhante e extraordinário congresso realizado em Tijucas, na última sexta-feira e no último sábado.

Participei também neste final de semana da continuidade dos debates sobre a municipalização da educação. Estivemos em Itapema reunido com secretários e secretárias da região, vereadores, prefeitos, lideranças daquela microrregião, para discutir a municipalização da educação infantil e do ensino fundamental. E novamente o que ouvimos dos municípios, por unanimidade, foi a rejeição do projeto que municipaliza o ensino fundamental, pois significa mais responsabilidade para os municípios, mais responsabilidade para as prefeituras, mais um ônus.

Eu não sei por que o governo insiste em manter esse projeto aqui na Casa. A Ameosc, no sul do estado, posiciona-se contra o Projeto de Lei Complementar n. 0014; a Ameosc quer a retirada do projeto; a Ammoc se pronunciou através do prefeito de Águas de Chapecó, do PMDB, que é vice-presidente da entidade, afirmando que os outros prefeitos da base do governo também são pela retirada do projeto. Quanto à Amai, os 14 secretários municipais também estão contra esse projeto. Na Ameosc, 19 secretários municipais são contra, assim como na Amauc e assim por diante.

Então, acho que deve haver maturidade e responsabilidade quanto a essa experiência de municipalizar, porque transferir a responsabilidade não tem sentido. E espero que a Fecam, da qual já fui presidente quando prefeito de Chapecó, ouça os prefeitos. Aliás, ela precisa ter sensibilidade não só para ouvir os prefeitos, mas, mais do que isso, para ouvir as autoridades maiores dos municípios, que são os secretários municipais de Educação, para que de forma democrática tomem conhecimento do que dizem as bases. Então, que a direção da Fecam faça as discussões no interior das associações de municípios ouvindo os prefeitos e os secretários de Educação para ouvir o que pensam.

Segundo o art. 7º do PLC n. 0014 que o desconto do FPM, quanto ao pagamento dos professores das escolas municipalizadas, irá além dos 25% da Educação, uma vez que o governo do estado já pagou, do seu percentual da Educação, os professores da rede estadual.

Então, é nesse contexto que queremos avançar no debate da não municipalização do ensino fundamental.

Quando falamos em educação, quero lembrar que aqui se discutiu um requerimento para a expansão da Udesc. E quero manifestar a minha posição clara, aberta e pública. Eu sou a favor da expansão da Udesc no meio-oeste de Santa Catarina, mas sou a favor de montar uma estratégia no sentido de fortalecer os atuais *campi* daquela universidade, como os de Ibirama, Laguna, Chapecó, Pinhalzinho e Palmitos. Por exemplo: quais cursos devem ser criados nesses novos centros universitários? Quais as novas estruturas que serão implantadas nos centros já existentes?

Portanto, somos a favor de um novo centro no meio-oeste, mas queremos mais estrutura, mais cursos nos atuais centros universitários da Udesc. Queremos mais condições no curso de Administração Pública de Balneário Camboriú, como também em Lages, em Joinville e em Florianópolis.

Quem sabe, depois do debate sobre o Fundo Social produzido aqui e que resultou na criação de bolsas de estudo para os estudantes universitários carentes

de Santa Catarina, majoritariamente das universidades comunitárias, mas também particulares, possamos buscar vincular o Fundo Social, deputado Antônio Aguiar, também à expansão da Udesc, à expansão da universidade pública e gratuita.

O planalto norte é uma região que precisa estrategicamente desenvolver-se. E por que não haver um *campus* da Udesc no planalto norte? Por que não haver um *campus* lá, pelo novo arranjo produtivo? Tive a oportunidade de trabalhar num curso de pós-graduação da UnC, *campus* de Canoinhas, sobre Planejamento Estratégico nas Gestões Municipais, e percebi a grande necessidade de o planalto norte montar um projeto de desenvolvimento.

Por isso, deputado Antônio Aguiar, queremos, juntamente com v.exa. e com outras lideranças, que o planalto norte também tenha a reativação da ferrovia, a ferrovia da América Latina Logística, essa empresa que desativou trechos ferroviários. Então, ou ALL reativa os trechos ferroviários, ou entrega-os para o governo federal para que ele coloque em funcionamento a ferrovia que liga Paraná/Santa Catarina/Rio Grande do Sul. O planalto norte precisa de uma estratégia de desenvolvimento; precisa, paralelamente, que sejam complementados os arranjos produtivos locais atuais, e também precisa de novos projetos de desenvolvimento e de novas perspectivas econômicas e sociais.

Por isso é importante a expansão do ensino técnico que o governo Lula está fazendo em Santa Catarina. E tivemos a grata alegria, na audiência pública da comissão de Educação, a qual presidimos, promovida pelo Parlamento catarinense, de ouvir a reitora, professora Consuelo, anunciar que vai ser implantada uma escola técnica federal em São Carlos, para contemplar aquela microrregião.

Queremos que, nos próximos dias, já se anuncie, definitivamente, a possibilidade de implantar uma escola técnica federal na cidade de Fraiburgo. Precisamos articular em Fraiburgo a doação do patrimônio que hoje é do Cefop. Aquele centro educacional precisa ser doado ao governo federal para que ele tenha condições legais de implantar também uma escola técnica federal em Fraiburgo. Isso é fundamental e decisivo para o desenvolvimento, até porque Fraiburgo, nas próximas décadas, se aumentará a temperatura do planeta, vai rediscutir, inclusive, a produção de maçã naquela região.

Assim, é nesse contexto que, junto à economia, ao desenvolvimento e à educação, vamos pensar um futuro melhor para o nosso meio-oeste, para o planalto norte e para o oeste de Santa Catarina. E espero que o governo do estado pense em expandir a Udesc, assumindo sua responsabilidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu gostaria de parabenizar os médicos pela passagem do seu dia, que transcorreu no dia 18 próximo passado.

Quero falar da sessão especial realizada ontem, nesta Casa, que contou com a presença de mais de 180 pessoas. Isso significa que os médicos foram homenageados na Assembleia Legislativa, jun-

tamente com o deputado Jailson Lima e com o deputado do PSDB, que é médico também, Serafim Venzon, fazendo com que a classe médica fosse valorizada. Aquela homenagem foi extensiva aos 14 mil médicos do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu, que faço parte dessa categoria profissional, quero aproveitar para parabenizá-lo, deputado Antônio Aguiar, pela brilhante sessão especial realizada na noite de ontem, em homenagem ao Dia do Médico. Parabéns!

O próximo orador inscrito é o deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha nesta sessão ou através da TVAL, temos ouvido, nesta Casa, parlamentares debaterem sobre segurança pública, com notícias as mais diversas sobre as suas dificuldades. E a última delas foi em virtude da viagem do vice-governador, agora governador em exercício, Leonel Pavan, aos Estados Unidos e, pelo que eu li, também ao Canadá, para avaliar e analisar desde a realidade daquele país à situação da segurança pública.

E creio que isso é um sinal positivo porque já começa pela avaliação de que a segurança está ruim no estado de Santa Catarina. Se o governador em exercício, Leonel Pavan, vai aos Estados Unidos, acompanhado de autoridades da Segurança Pública e, inclusive, de deputados deste Poder Legislativo, tratar de outros assuntos, mas especialmente de segurança pública, há implicação nessa iniciativa, nessa vontade, a afirmação de que a Segurança Pública no estado de Santa Catarina não vai bem. Ou seja, o governador em exercício, Leonel Pavan, está vendo uma Segurança Pública que o governador Luiz Henrique talvez não enxergue, assim como o secretário da Segurança também não vê, porque as análises estatísticas do governo nessa questão são sempre de um otimismo quase inverossímil. A população sente uma coisa, pensa uma coisa, os trabalhadores da área percebem, convivem e padecem uma realidade, mas os dados, as afirmações e as informações vindas do Poder Executivo, da secretaria e do governador são sempre positivas.

O vice-governador foi ao primeiro mundo, ao coração do império, à sociedade tida como a mais democrática, embora isso seja bastante controverso, mas que tem, por certo, uma segurança pública com melhores condições do que as instituições de segurança pública no Brasil e em Santa Catarina, para vislumbrar a possibilidade de melhoramento da Segurança Pública em nosso estado.

Mesmo sem nunca ter ido aos Estados Unidos, é possível afirmar, com toda certeza, deputado Círio Vandresen, que lá os policiais são mais valorizados do que no Brasil e, inclusive, em Santa Catarina. Não se tem dúvida com relação a isso, a começar pelo padrão salarial e, por certo, pela filosofia das instituições.

Lá nos Estados Unidos, por exemplo, nenhuma das várias polícias existentes é militarizada. Aliás, militarizada mesmo, no mundo inteiro, é praticamente só a brasileira. E não me parece que o fato de deixar de ser militarizada diminua a capacidade de atuação e de resolução de

problemas. Acho até que em muitos aspectos melhora. Melhora, inclusive e principalmente, no quesito respeito ao trabalhador da Segurança Pública, que exerce uma função de natureza civil.

No entanto, é preciso debater o seu caráter militar; a cópia do Regulamento Disciplinar do Exército Brasileiro; o uso do Código Penal Militar que serve para todos os militares do Brasil desde 1941, que na nossa avaliação estão em desconformidade com a natureza e com o caráter civil da atividade de polícia que tem que ser realizada.

Se nós podemos avaliar como importante a viagem do governador Leonel Pavan para ver a Segurança Pública nos Estados Unidos e voltar para tentar melhorá-la aqui, nós até falamos nesta tribuna, e queremos repetir, que muito dos problemas de Segurança Pública no nosso estado podem começar a ser resolvidos com a boa vontade do chefe do Poder Executivo de dialogar com a maioria dos trabalhadores, diretamente ou através das suas entidades representativas.

Aqui em Santa Catarina temos dez meses de massacre contra os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, especialmente da Polícia Militar. Já tivemos, deputado Círio Vandresen, oito exclusões até a data de ontem, e talvez hoje apareçam outras; temos 44 praças no Conselho de Disciplina, centenas foram, ou serão, punidos e centenas responderão a processo criminal e militar na Auditoria da Justiça Militar do nosso estado.

Realizamos, no mês de dezembro, uma mobilização reivindicatória. Apesar de o governador Luiz Henrique ter chamado de guerrilha, tudo o que estava na pauta daquele movimento era um calendário de pagamento para a Lei n. 254; talvez, de forma até secundária naquele momento, discutindo a questão do plano de carreira, também necessário de ser mais agilizado. Mas era claramente reivindicatória a nossa campanha.

Ocorre que lá na caserna, justamente por ser militar, aquilo que para nós era uma reivindicação, para a cúpula da instituição militar, para a maioria dos oficiais - e é evidente que há exceção, talvez várias exceções -, aquilo foi uma quebra da ordem. E quem estuda filosofia e teoria social sabe da imensa diferença das duas coisas: do movimento reivindicatório e do movimento de quebra da ordem. O que para nós era movimento reivindicatório, e foi assim que foi tratado pela nossa gente do começo ao fim do movimento, para a cúpula da instituição, e parece que para o governador Luiz Henrique, foi uma quebra de ordem. Ou seja, a maioria dos oficiais entendeu que aquele era um movimento contra eles, contra a instituição.

E agora, deputado Círio Vandresen, são eles que julgam. E esta é a necessária reflexão: como é que eles, aqueles que se sentiram ofendidos - e não deveriam, mas se sentiram ofendidos -, são os julgadores daqueles que em tese teriam sido os ofensores?

Na Justiça Militar há um promotor de Justiça concursado e um juiz togado, também concursado, mas existem outros quatro juízes que julgam e que são oficiais da ativa. Lá dentro do quartel, no processo administrativo disciplinar no Conselho de Disciplina, são eles próprios que se sentiram ofendidos que vão julgar os supostos ofensores. Então, a chance de haver um tratamento adequado nesse processo é bastante ínfima. Não é à-toa

que, na realidade, temos oito excluídos até agora!

Quando eu falava na tribuna: atentai para que um dia nós tenhamos um governador que resolva ouvir a maioria dos trabalhadores de Segurança Pública, eu não estava falando para o deputado Jorginho Mello, que ocupou o cargo interinamente, mas estava, sim, falando para o governador em exercício, Leonel Pavan, que vai ter, pelo menos, um ano de governo para tratar essa questão de forma diferente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Círio Vandresen, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CÍRIO VANDRESEN - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores, ouvintes da Rádio AleSC Digital, telespectadores da TVAL, público que nos acompanha, venho a esta tribuna, na tarde de hoje, deputado Jailson Lima, para reforçar a importância da realização da audiência pública que será realizada em Laguna, no dia 23 de outubro, às 15h, para tratar do complexo lagunar e da dragagem da bacia hidrográfica do rio Tubarão.

Deputado Professor Grandó, nós conhecemos aquela realidade e sabemos da importância da lagoa Mirim, da lagoa de Imaruá e da lagoa de Santo Antônio na geração de empregos, na produção de alimentos. Sabemos da importância daquelas lagoas para a economia e para as comunidades daquela região onde se localiza o complexo lagunar.

Portanto, eu gostaria, desde já, de agradecer ao presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello; à comissão de Pesca e Aquicultura também desta Casa, coordenada pelo deputado Padre Pedro Baldissera, por entender a importância dessa audiência pública para que a Assembleia possa estar presente naquela região com as lideranças, com o público interessado, seja da sociedade civil organizada, seja dos diferentes entes federativos, para fazermos um profundo diagnóstico dos problemas que envolvem o complexo lagunar e, ao mesmo tempo, buscarmos medidas para que, de uma forma conjunta, órgãos do governo federal - ministério da Pesca e Aquicultura, secretaria dos Portos e DNIT - e do governo do estado, em parceria também com os municípios situados naquela região, possamos buscar medidas e ações para que essas lagoas possam ser recuperadas.

É importante destacar que a construção da BR-101, há cerca de 40 anos, certamente teve reflexo com relação à vida daquelas lagoas, obra essa que alterou dois pontos da entrada de água no complexo lagunar/sul: uma na lagoa Mirim, na altura de Itapirubá, aterrada para a construção da rodovia, e outra na barra da lagoa de Santo Antônio, em que, para a construção da ponte, a barra teve a sua largura diminuída de 1.000m para somente 80m. Segundo estudos da secretaria de Agricultura do estado de Santa Catarina, em 2001, isso provocou uma alteração na entrada e na circulação de água marinha através dos corredores naturais de interligação dessas lagoas.

O que se propõe nessa audiência pública, muito mais do que um diagnóstico, porque certamente os problemas que levaram essas lagoas à morte praticamente são conhecidos pelas entidades, pelos tra-

balhadores, pelas autoridades que lá moram, que lá trabalham ou que lá atuam, é buscar medidas de revitalização dessas lagoas para que possamos devolver a vida à lagoa, para garantir a renda dos pescadores artesanais. Inclusive, já se desenvolve também na região, principalmente na barra do Camacho, a maricultura, também nas proximidades da lagoa de Santo Antônio a produção do camarão. Ressalte-se que nas lagoas Mirim e Imaruí há a produção do camarão de melhor qualidade de Santa Catarina.

Então, essa audiência pública tem como propósito, como objetivo, mobilizar as diferentes lideranças da região, os diferentes entes federativos para que num esforço conjunto possamos fazer um cronograma, um processo coerente, um processo consequente para salvar aquelas lagoas.

Portanto, as duas audiências públicas também realizadas por esta Casa para a não instalação da fosfateira no município de Anitápolis tiveram o sentido de ajudar a preservar aquelas lagoas porque, como sabemos, os municípios de Anitápolis, São Bonifácio, Rancho Queimado, Santa Rosa de Lima e Alfredo Wagner têm mais nascentes de água do que moradores e é nesses municípios que nascem os principais afluentes dos rios Braço do

Norte, Capivari, Cubatão e Tijucas, assim como afluentes do rio Itajaí-Açu, nas imediações da serra de Maracujá, na divisa com o município de Alfredo Wagner.

Portanto, preservar esse patrimônio natural é fundamental para salvar a pesca artesanal, a carcinicultura que vem desenvolvendo-se na região, apesar da mancha branca ocorrida em 2005 e 2006, além da própria maricultura. E isso ocorreu a partir do impedimento da possibilidade da emissão da licença ambiental às duas empresas, Bunge e Yara, que querem explorar o fosfato em Anitápolis. Sem a fosfateira, certamente a agroecologia, o agriturismo e a agricultura sustentável terão prosseguimento rumo à transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, para a agricultura agroecológica.

Quero lembrar ainda que no dia 16 de outubro, na semana passada, celebramos o Dia Mundial da Alimentação.

A alimentação é produzida principalmente na terra e na água. Então, é importante preservar o complexo lagunar, adotar medidas de revitalização e, ao mesmo tempo, avançar para a produção de produtos orgânicos, agroecológicos, recuperando as nossas bacias hidrográficas, as nossas nascentes de águas nesses municípios.

Por isso, conto com a presença de cada um e de cada uma de...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - De acordo com o art. 110 do Regimento Interno, esta Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas para a Ordem do Dia da 95ª Sessão Ordinária de 21/10/2009:

Discussão e votação em turno único dos Projetos de Lei n.: 0184/2009, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0327/2009, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0369/2009, de autoria do deputado Cesar Souza Júnior; 0388/2009, de autoria do deputado Serafim Venzon; 0394/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0395/2009; 0396/2009, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0410/2009, de autoria do deputado Darci de Matos; e discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0099/2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EDITAL

PUBLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, através do seu Presidente Deputado Jorginho Mello torna público que está abrindo inscrições e definindo normas para o Concurso Público destinado ao provimento de 56 vagas para o seu Quadro de Pessoal estatutário, sendo 15 (quinze) vagas para atividades de nível superior e 41 (quarenta e uma) vagas para atividades de nível médio.

DAS INSCRIÇÕES: As inscrições terão início às 12:00 horas do dia 26 de outubro de 2009 e o término às 16:00 horas do dia 26 de novembro de 2009. Deverão ser efetuadas exclusivamente via Internet no endereço eletrônico <http://alesc.fepese.ufsc.br>, cujos candidatos/interessados deverão seguir os seguintes passos:

- Acessar o endereço eletrônico <http://alesc.fepese.ufsc.br>
- Ler atentamente o edital, preencher o Requerimento de Inscrição e enviá-lo pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;
- Imprimir e efetivar o pagamento da inscrição, utilizando unicamente o boleto bancário disponível no endereço eletrônico do concurso. O pagamento poderá ser efetuado em qualquer agência bancária, posto de auto-atendimento ou "home banking", preferencialmente do Banco do Brasil S.A, até o dia 26 de novembro de 2009, respeitando o horário bancário.

O valor da Taxa de inscrição é de: R\$ 100,00 (cem reais) para o cargo de Analista Legislativo (exigência de curso de ensino superior) e de R\$ 60,00 (sessenta reais) para o cargo de Técnico Legislativo (exigência de curso de ensino médio).

O doador de sangue que atender aos requisitos da Lei nº 10.567, de 07 de novembro de 1997, terá isenção do pagamento do valor da inscrição.

Serão reservadas 5% (cinco por cento) das vagas aos candidatos com deficiência que estiverem amparados pelo inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal e pela Lei Estadual nº 12.870 de 12 de janeiro de 2004.

O Edital poderá ser retirado no site da ALESC (www.alesc.sc.gov.br), link "CONCURSO PÚBLICO".

Florianópolis, 23 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello

Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 133/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 018/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 01, 03 e 10.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

LOTE 01

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
1	Un	Almofada Para Carimbo Nº 03, Tamanho 12,7x9,9 Cm, Na Cor Preta	Carbrink	1,29
2	Un	Almofada Para Carimbo Nº 03, Tamanho 12,7x9,9 Cm, Na Cor Azul	Carbrink	1,29
3	Un	Apontador Em Material Plástico Com Um Furo E Lâmina De Aço Temperado Prático Cores Diversas Para Lápis Convencional	Fulgor	0,14
4	Un	Apagador Para Quadro Branco, Corpo Em Plástico De Alta Resistência, Superfície Interna Em Espuma E Base De Feltro	Carbrink	2,50
5	Un	Bandeja Para Expediente/Papel (Caixa Para Correspondência), Em Acrílico, Com 2 Compartimentos, Com Separadores De Metal, Na Cor Fumê, Tamanho Ofício	Novacril	12,80
6	Un	Bandeja Para Expediente/Papel (Caixa Correspondência), Em Acrílico, Com Um Compartimento, Na Cor Fumê, Tamanho Ofício	Novacril	8,50
7	Rolo	Barbante De Algodão 4/8, Pesando Aproximadamente 250 G Cada Rolo	São João	3,00
9	Rolo	Bobina Em Papel Acetinado Para Calculadora Medindo 57 X 60mm	Silfer	0,45

10	Rolo	Bobina De Papel Para Fax Tamanho 216 Mm X 30 M	Faxform	3,76
11	Rolo	Bobina Para Impressora Térmica Marca Bematech Mp 2100 - Th	Datapel	2,90
12	Caixa	Borracha Branca, Medindo Aproximadamente 30mm X 40mm, Caixa Com 20 Unidades.	Zap	0,31
13	Un	Caixa De Arquivo Morto, Medida Externa 25x36x13cm, Confeccionada Em Papelão Formado Por Duas Capas Kraft (Uma Externa E Outra Interna) E Miolo Reciclado	Sampa	0,83
14	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Azul	Like	0,18
15	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Preta	Like	0,21
16	Un	Caneta Esferográfica, Corpo Em Polietileno Transparente E Incolor, Ponta Média (1mm) De Tungstênio, Na Cor Vermelha	Like	0,21
17	Un	Caneta Marca Texto Fluorescente, Na Cor Amarela	Like	0,60
18	Un	Caneta Marca Texto Fluorescente, Na Cor Verde	Like	0,60
19	Caixa	Caneta Para Cd/Dvd Ponta Média, Aproximadamente 1,0mm, Caixa Com 12 Unidades	Cis	1,25
20	Caixa	Clips Arame De Aço Niquelado Nº 01, Caixa Com 100 Unidades	New	0,78
21	Un	Cola Branca A Base De Água, Lavável, Não Tóxico, Em Tubo De 40g	Art	0,33
22	Litro	Cola Resistente À Umidade, Cor Branca E Média Viscosidade, Que Após Seco Apresenta Uma Película Transparente, Plástica, De Alta Resistência Ao Deslocamento, Frasco De 1 Litro.	Gr	4,49
23	Peca	Corretivo Líquido A Base De Água, Frasco Com 18ml	Art	0,60
24	Un	Disquete 3,5, 1,44mb, 2hd, Alta Densidade, Formatado Para:Dos/Windows	Niponic	0,47
25	Caixa	Elástico Latéx Nº 18, Caixa Com 25g	Fulgor	0,52
26	Un	Extrator De Grampos, Tipo Espátula, Inoxidável, Medindo Aproximadamente 14 A 16 Cm X 10,5mm	Japam	0,35
27	Rolo	Fita Adesiva Larga Transparente, Medindo Aproximadamente 50 Mm X 50 M.	Tape	1,52
28	Rolo	Fita Adesiva Transparente Tamanho 12 Mm X 30 M, Tipo Polipropileno	Tape	0,40
29	Un	Fita Cassete Para Gravador, Tamanho 10 Cm X 7 Cm, 60 Minutos Original	Maxel	2,20
30	Un	Fita Tipo Dvcam Pdv-32n (Original)	Sony	183,00
31	Un	Fita Tipo Dvcam Pdv-184n (Original)	Sony	248,14
32	Un	Folha De Papel Almoço Com Pauta	Datapel	0,04
33	Un	Folha De Papel Embrulho Kraft 80g/M² Medindo Aproximadamente 90 X 60cm	Sampa	0,04
34	Caixa	Formulario Continuo Branco Com 80 Colunas Medindo 240 X 280 Mm, 1 Via, Caixa Com 3000	Alform	44,97
35	Caixa	Grampo Trancado Nº 01 Caixa Com 12 Unidades	Bachi	1,20
36	Un	Grampeador Médio Com Estrutura Metálica De Alta Resistência, Para Grampos 26/6, Com Capacidade Para Grampear 20 Folhas, Com Base Antiderrapante	Goller	5,13
37	Caixa	Grampo Para Grampeador, Cobreado 26/6, Caixa Com 5.000 Unidades	Frama	1,80
38	Caixa	Grampo Tipo Trilho Inox Caixa C/50 Un	lara	5,00
39	Un	Lápis Preto 2b	Cis	0,25
40	Un	Lapis Preto 6b	Cis	0,30
41	Un	Livro Ata Capa Dura Pautado Com 100 Folhas Numeradas, Sem Margem, Tamanho 22 X 32 Cm, Papel Sulfite Ou Apergaminhado Com No Mínimo 56 Gr/M²	Froni	4,89
42	Un	Livro Ata Capa Dura Pautado Com 50 Folhas Numeradas, Sem Margem, Tamanho 22 X 32 Cm, Papel Sulfite Ou Apergaminhado Com No Mínimo 56 Gr/M²	Froni	3,18
43	Un	Livro Protocolo De Entrega De Correspondência, Capa Dura Com 100 Folhas Numeradas, Tamanho Aproximado 154 X 216 Mm	Sd	3,75
44	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Azul	Like	1,50
45	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Vermelha	Like	1,50
46	Un	Pincel Com Ponta Cônica Para Quadro Branco, Na Cor Preta	Like	1,50
47	Caixa	Papel Carbono Tamanho Ofício Caixa C/100 Folhas Cor Azul	Grampline	5,50
48	Metro	Papel Tipo Contact Transparente Auto-Adesivo, Rolo Com 25m	Plastifik	1,20
49	Un	Pasta Classificadora Capa Dura Lisa Plástica Com Trilho Cromado	icl	0,50
50	Un	Pasta Az Lombada Estreita Tamanho Ofício Com Ferragem Cromada	Frama	3,20
51	Un	Pasta Cartolina Plástica, Com Elástico Medindo 25 X 35 Cm	icl	0,55
52	Un	Pasta Az Lombada Larga, Tamanho Ofício Com Ferragem Cromada	Frama	3,20
53	Un	Pasta Catálogo Capa Preta Com 10 Plásticos, Medindo Aproximadamente 33 X 24 Cm	DAC	2,10
54	Un	Pasta Suspensa, Plástica, Corpo Em Cartão Com Gramatura Aproximada De 330g, Visor E Com Varão Em Aço	Geka	0,46
55	Un	Pasta Em L Polipropileno Espessura De 0,18 Por 210x297 Mm C/10 Un	Acp	0,40
56	Peca	Perfurador Metálico Com Capacidade Para 20 Folhas 75g/M²	Like	6,80
57	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12 Cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Azul.	Japam	0,90
58	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Vermelho.	Japam	0,90
59	Un	Pincel Atômico, Medindo Aprox. 12cm De Comprimento Com Ponta De Feltro Retângular Com Escrita Medindo Aprox. 7,5mm X 3,5mm De Espessura, Tinta À Base De Álcool Na Cor Preta.	Japam	0,90
60	Un	Plastico Com 4 Furos Para Pasta Catalogo, Medindo 31 X 23 Cm	DAC	0,08
61	Peca	Conjunto Único De Acrílico Ou Plástico, Com Porta Canetas/Clips/Recados, Na Cor Preta Ou Fumê Medindo Aprox. 9,5 X 10 X 9,5cm	Waleu	5,19
62	Un	Régua Plástica Transparente, Espessura Mínima De 3 Mm E 35 Mm De Largura, Graduada Em 30 Cm	Ejs	0,17
63	Peca	Tesoura Multiuso, Lâmina Em Aço Inoxidável E Cabo Plástico, Três Dedos, Medindo Aproximadamente 21 Cm, Na Cor Preta Ou Marinha	Goller	2,39
64	Un	Envelope Comercial Branco 75 Mg 114 X 162 Mm	Froni	0,02
65	Un	Envelope Ofício Branco 75 Mg 114 X 229 Mm	Froni	0,03
66	Un	Envelope Saco Pardo Kraft Ou Ouro 360 X 260 Mm	Froni	0,10
67	Un	Envelope Saco Pardo Kraft Ou Ouro 250 X 170 Mm	Froni	0,05
68	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Ibm 82-C - 196-C	Colorprint	12,00
69	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Olivetti Et 112-121, Tamanho 7mm X 7m	Colorprint	4,00
70	Un	Cartucho Descartável, Tipo Lift-Off Para Máquina Olivetti Et 2000-2200, Tamanho 8mm X 12,50m, Capacidade 1.800 Caracteres	Masterprint	4,00
71	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 112, Tamanho 185m X 17mm, Capacidade 200.000 Caracteres	Masterprint	20,00

72	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 121, Tamanho 250m X 8mm, Capacidade 80.000 Caracteres	Masterprint	18,00
73	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Ibm 82c/196c Preta, Tamanho 16,5mm X 155m	Masterprint	13,30
74	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Olivetti Et 2000-2200	Masterprint	18,00
75	Un	Cartucho Descartável, Tipo Polietileno Corrigível Para Máquina Brother Ax-10	Masterprint	18,00

1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC
CEP 88.140-000
Fone/fax (48) 3245-3365

E-mail elmpapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

LOTE 03

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
01	Un	Bateria 9v Alcalina.	Maxell	5,49
02	Un	Pilha Pequena Alcalina Lr6/1.5v - Aa, Formato Cilíndrico	Maxell	0,90
03	Un	Pilha Palito Alcalina Lr03/1.5v - Aaa, Formato Cilíndrico	Maxell	1,00
04	Un	Pilha Média Alcalina + C, Formato Cilíndrico	Maxell	4,00

1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC
CEP 88.140-000
Fone/fax (48) 3245-3365

E-mail elmpapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

LOTE 10

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
01	Un	Garrafa Térmica S/ Pressão, Tampa Rosca, Capac. 1 Litro	Aladim	11,83
02	Un	Garrafa Térmica C/ Alça, Tampa Pressão, Serve Jato, Capac. 1 Litro	Aladim	21,50

1ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA.

Endereço: Prefeito José Kehrig, nº 5501, Centro, Santo Amaro da Imperatriz/SC
CEP 88.140-000
Fone/fax (48) 3245-3365
E-mail elmpapelaria@ibest.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 03.999.762/0001-31

2ª REGISTRADA: LIVROS LUNARDELLI LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 134/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 019/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 02 e 04 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº 022/2009.

LOTE 02

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
1	Un	Adoçante Dietético Líquido, Sacarina, Não Contendo Glúten, Frasco C/ 100 ml	Adocil	R\$ 2,45
2	Un	Chás Diversos, Caixa De 30g Contendo 10 Saquinhos Embalados Individualmente, Com Marca, Procedência E Validade Impressas.	Prenda	R\$ 2,39
3	Peca	Dispencer Em Aço Inox Com Tubo Acrílico Redondo Para Copo Plástico De 50 MI, Capacidade 100 Copos	Trilha	R\$ 17,90
4	Peca	Dispencer Em Aço Inox Com Tubo Acrílico Redondo Para Copo Plástico De 180 MI, Capacidade 100 Copos	Trilha	R\$ 14,89
5	Caixa	Filtro De Papel Para Cafe Tamanho Nº 103 Caixa C/40 Unidades	Brigita	R\$ 4,93
6	Un	Base De Plástico Para Copo Descartável De 50 MI	Plasitil	R\$ 0,59

1ª REGISTRADA: MEPAS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial, São José/SC

CEP 88.101-740

Fone/fax (48) 3035-1100

E-mail adm@mepas.com.br

CNPJ/MF n.º 04.281.477/0001-43

LOTE 04

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário R\$
1	UN	Espiral Nº 29 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,17
2	UN	Capas Plásticas P/Encardenação Espiral Cor Preta Formato A4	Ejr	R\$ 0,13
3	UN	Capas Plásticas P/Encardenação Espiral Transparente Formato A4	Ejr	R\$ 0,16
4	UN	Capas Plásticas P/ Encardenação Espiral Verde Transparente, Formato A4.	Ejr	R\$ 0,16
5	UN	Espiral Nº 07 P/Encardenação Cor Preta Fomato A4	Ejr	R\$ 0,03
6	UN	Espiral Nº 09 P/Encardenação Cor Preta Fomato A4	Ejr	R\$ 0,03
7	UN	Espiral Nº 12 P/Encardenação Cor Preta Fomato A4	Ejr	R\$ 0,04
8	UN	Espiral Nº 14 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,05
9	UN	Espiral Nº 17 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,06
10	UN	Espiral Nº 20 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,08
11	UN	Espiral Nº 23 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,11
12	UN	Espiral Nº 25 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,13
13	UN	Espiral Nº 33 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,23
14	UN	Espiral Nº 40 Para Encardenação, Cor Preta Formato A4.	Ejr	R\$ 0,35

1ª REGISTRADA: MEPAS DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.

Endereço: Avenida Arnaldo Silveira de Souza, nº 234, Área Industrial, São José/SC
CEP 88.101-740

Fone/fax (48) 3035-1100

E-mail adm@mepas.com.br

CNPJ/MF n.º 04.281.477/0001-43

2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 135/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 021/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 06, 08, 09, 17 e 20.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº 022/2009.

LOTE 06

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Caixa	Copo Plástico Descartável, Com Capacidade Para 180 Ml, Transparente Translucido, Massa Mínima De 1,98g, Caixa Com 2.500 Unidades Conforme Normas Abnt	Copozan	R\$ 37,50
02	Caixa	Copo Plástico Descartável, Com Capacidade Para 50ml, Cor Branco, Massa Mínima De 0,75g, Caixa Com 5.000, Conforme Normas Abnt	Copozan	R\$ 29,90

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88.117-902
Fone/fax (48) 3722-3306

E-mail aly@aquinpel.com.br
CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: GOTA D'ÁGUA COMÉRCIO
3ª REGISTRADA: LIVROS LUIZ LUNARDELLI LTDA

LOTE 08

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Caixa	Etiqueta Branca Formato Carta, Duas Colunas, Medindo 33,9 X 101,6 Mm, Caixa Com 100 Folhas Cada, 14 Etiquetas Por Folha.	Colacril	R\$ 12,77

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88.117-902
Fone/fax (48) 3722-3306

E-mail aly@aquinpel.com.br
CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO DE PAPELARIA LTDA
3ª REGISTRADA: LIVROS LUIZ LUNARDELLI LTDA

LOTE 09

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Unid.	Folhas De Papel Offset Cor Branca 120 Gm² Formato A4	Suzzano	R\$ 0,04
02	Unid.	Folhas De Papel Offset Cor Branca 120 Gm² Formato A3	Suzzano	R\$ 0,09
03	Unid.	Folhas De Papel Offset Cor Branca 180 Gm² Formato A4	Suzzano	R\$ 0,06
04	Pct	Papel Off Set Branco, Gm² 180, Formato 66 X 96.	Suzzano	R\$ 54,38
05	Pct	Papel Jornal, 50 Gm², Formato 66 X 96 Com 500 Fls.	Pizza	R\$ 60,00

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88.117-902
Fone/fax (48) 3722-3306

E-mail aly@aquinpel.com.br
CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA
3ª REGISTRADA: LIVROS LUIZ LUNARDELLI LTDA

LOTE 17

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peça	Cartucho Toner 3960-A Preto (Original) P/Multifunc. Hp2840-Q	HP	R\$ 289,99
02	Peça	Cartucho Toner 3961-A Ciano(Original) P/Multifunc. Hp2840-Q	HP	R\$ 329,00
03	Peça	Cartucho Toner 3962-AAmarelo(Original)P/Multifunc.Hp2840-Q	HP	R\$ 329,70
04	Unid.	Cartucho Toner 3963-AMagenta(Original)P/Multifunc.Hp2840-Q	HP	R\$ 329,90
05	Unid.	Cartucho Tinta Preta 51645-AI(Hp45)(Original)P/ Impres. Jato De Tinta Hp 930/1220	HP	R\$ 60,00
06	Unid.	Cartucho De Tinta Tricolor C6578-AI (Hp 78) (Original Para Impressora Jato De Tinta HP 930/1220/3820	HP	R\$ 80,00
07	Unid.	Cartucho De Tinta Preta C6615-NI (Hp 15) (Original) P/ Impressora Jato De Tinta Hp 3820	HP	R\$ 44,63
08	Unid.	Cartucho De Tinta Tricolor C6657-AI (Hp 57) (Original) P/ Impressora Jato De Tinta Hp 5550/5650 17ml	HP	R\$ 99,00
09	Unid.	Cartucho De Tinta Preta C6656-AI (Hp 56) (Original) Para Impressora Jato De Tinta Hp 5550/5650 19 MI	HP	R\$ 78,00
10	Unid.	Cartucho De Tinta Cor C9363-WI (Hp 97) (Original) Para Impressora Jato De Tinta Hp 5940/6940	HP	R\$ 104,90
11	Unid.	Cartucho De Tinta Preta C8767-WI (Hp 96) (Original) Para Impressora Jato De Tinta Hp 5940/6940	HP	R\$ 99,00

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88.117-902
Fone/fax (48) 3722-3306

E-mail aly@aquinpel.com.br
CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: ESCRIMATE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO MATERIAL PARA ESCRITÓRIO E REP. COM. LTDA
3ª REGISTRADA: LIVROS LUIZ LUNARDELLI LTDA

LOTE 20

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Rsm	Resma De Papel Para Máquina Fotocopiadora/Impressora A Laser E Jato De Tinta Off-Set, Na Cor Branca, Formato A4, 210 X 297 Mm, Gramatura 75g/M², Com 500 Folhas	Suzzano	R\$ 9,00
02	Rsm	Resma De Papel Formato A4 90g/M², 210 X 297 Mm, Na Cor Branca, Com 500 Folhas	Suzzano	R\$ 11,00
03	Rsm	Resma De Papel Formato A3, 75g/M², 297 X 420 Mm, Na Cor Branca, Com 500 Folhas	Suzzano	R\$ 17,95

1ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA.
Endereço: Rua Farroupilha, nº 35, Barreiros, São José/SC
CEP 88.117-902
Fone/fax (48) 3722-3306
E-mail aly@aquinpel.com.br

CNPJ/MF n.º 00.147.109/0001-56
2ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO DE PAPELARIA LTDA
3ª REGISTRADA: LIVROS LUIZ LUNARDELLI LTDA
Florianópolis, 22 de outubro de 2009.
Deputado Gelson Merisio- Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 136/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 020/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 05, 12, 13 e 14.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

LOTE 05

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Un	Rolos De Master Risograph Rp - S 3550, Formato A3	Risograph	R\$ 196,38
02	Peça	Cartucho Tinta Preta P/ Máquina Risograph Rp-S 3310 Original, Novo de Primeiro Uso	Risograph	R\$ 98,97

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371
Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br
CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78
2ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME
3ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

LOTE 12

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Caixa	Grampo P/ Máquina Fotocopiadora Konica 7255, Ua9507640.	Konica Minolta	R\$ 238,68

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371
Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

3ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

LOTE 13

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peca	Toner Tn 401k P/ Copiadora Konica 7145, Original, Novo De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 333,25
02	Peça	Toner Tn 601k-Pc Usa 950-564 Konica 7255, Original, Novo de Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 320,36
03	Peça	Toner Tn 301, Konica 7022, Original, Novo De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 367,18

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371
Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: PRINT SERVICE

3ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

LOTE 14

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peça	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Modelo Konica 7022, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 743,81
02	Peça	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Konica Modelo 7255, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$1.232,37
03	Peça	Cilindro Para Máquina Fotocopiadora Konica, Modelo 7145, Original, Novo E De Primeiro Uso.	Konica Minolta	R\$ 744,98

1ª REGISTRADA: MILSUL COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

Endereço: Rua Santana, nº 646, Santana, Porto Alegre/RS
CEP 90.040-371

Fone/fax (51) 3230-7205

E-mail Paulo@milsul.com.br

CNPJ/MF n.º 93.531.366/0001-78

2ª REGISTRADA: MILPRINTER SOLUÇÕES DIGITAIS LTDA-ME

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO E REPRESENTAÇÕES COMÉRCIO LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 137/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 022/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificado no Lote 07 VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

LOTE 07

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Peca	Cd-R Gravável Com Capacidade De Armazenamento 700 Mb/80 Minutos, Compatível Com Todos Os Aparelhos De Reprodução E Gravação De Dados Com Capa Individual Em Acrílico	Maxprint	R\$ 1,00
02	Peca	Cd-Rw Regravável Com Capacidade De Armazenamento 700 Mb/80 Minutos, Face Não Gravável Fosca, Com Capa Individual Em Acrílico	Maxprint	R\$ 2,00
03	Peca	Dvd-R Gravável Com Capacidade De Armazenamento 8x, 4,7gb, 120 Minutos, Com Capa Individual Em Acrílico	Elgin	R\$ 1,15
04	Peca	Dvd-Rw Regravável Com Capacidade De Armazenamento 4x, 4,7 Gb, 120 Minutos, Com Capa Individual Em Acrílico	Trilha	R\$ 3,30

1ª REGISTRADA: PROGRESSO ATACADO DE PAPELARIA LTDA.

Endereço: na Rua Fúlvio Aducci, nº 534, Estreito, Florianópolis/SC
CEP 88.075-000

Fone/fax (48) 3209-2780

E-mail licitacoesprogresso@yahoo.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 10.308.035/0001-46

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E

ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: LIVROS LUNARDELLI LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 138/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 023/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 11 e 15.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

LOTE 11

Item	Qde	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	160	Caixa	Grampo D2 Para Máquina Copiadora Canon 105, 0250°002 [Ad]	Canon	R\$ 165,00	R\$ 26.400,00
02	120	Caixa	Grampo 502c G1 Para Máquina Copiadora Canon 105, 6788a001 [Ac]	Canon	R\$ 450,00	R\$ 54.000,00
03	80	Caixa	Grampo Para Máquina Copiadora Canon Colorida, 0251a001aa	Canon	R\$ 220,00	R\$ 17.600,00
04	80	Caixa	Grampo Para Máquina Canon Vp 700 1008b001aa	Canon	R\$ 220,00	R\$ 17.600,00
05	80	Caixa	Grampo Para Máquina Canon Vp 700 1007b001aa	Canon	R\$ 650,00	R\$ 52.000,00
Valor total do lote						R\$ 167.600,00

1ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 2.987, São José/SC
CEP 88.103-400

Fone/fax (48) 3343-4444

E-mail homero@helioprint.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 01.084.671/0001-40

LOTE 15

Item	Qde	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário	Valor Total
01	300	Peça	Toner Preto GPR-7 Para Copiadora Canon IR 105, 6748A003AA, Original, Novo e de Primeiro Uso.	Canon	R\$ 219,00	R\$ 65.700,00
Valor total do lote						R\$65.700,00

1ª REGISTRADA: HELIOPRINT LOCADORA DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Endereço: Rua Getúlio Vargas, nº 2.987, São José/SC
CEP 88.103-400

Fone/fax (48) 3343-4444

E-mail homero@helioprint.com.br

CNPJ/MF sob o n.º 01.084.671/0001-40

2ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

3ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Meriso - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 139/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 024/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lotes 16 e 18

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº 022/2009.

LOTE 16

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	UN	Cartucho de Toner TN-560 (Original ou compatível), novo de primeiro uso p/ multifuncional Brother MFC8820D	BROTHER	R\$78,86
02	UN	Cartucho de Toner TN-570 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 8840D	BROTHER	R\$80,00
03	UN	Cartucho de Toner TN-580 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 8860D	BROTHER	R\$96,00
04	UN	Cartucho de Toner TN-350 (Original ou compatível), novo de primeiro uso para multifuncional Brother MFC 7420	BROTHER	R\$72,00

1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA.

Endereço: Rua Uruguai, nº 147, Ponta Aguda, Blumenau/SC

CEP 89.050-060

Fone/fax (47) 3323-8686

E-mail Paula@reinkjet.com.br

CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78

2ª REGISTRADA: INFOR SUPORI INFORMÁTICA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

LOTE 18

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	UN	Cartucho de Toner 8405 12 A (original ou compatível) para impressora LEXMARK E-330	REINKJET	R\$70,00
02	UN	Cartucho de Toner 7415 12 A (original ou compatível) para impressora LEXMARK T420	REINKJET	R\$95,00
03	UN	Cartucho de Toner 64418XL (original ou compatível) para impressora LEXMARK T644	REINKJET	R\$220,00
04	UN	Cartucho de Toner 17G0154 (original ou compatível) para impressora LEXMARK Optra M410 - M412	REINKJET	R\$130,00

1ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONER E INFORMÁTICA LTDA.

Endereço: Rua Uruguai, nº 147, Ponta Aguda, Blumenau/SC

CEP 89.050-060

Fone/fax (47) 3323-8686

E-mail Paula@reinkjet.com.br

CNPJ/MF n.º 03.504.465/0001-78

2ª REGISTRADA: ESCRIMATE COM. REPRE. MAT. ESCR. INF. LTDA

3ª REGISTRADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA E ESCRITÓRIO REPRESENTAÇÕES LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Meriso - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 140/2009

REFERÊNCIA: 2ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 025/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificados nos Lote 19

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (22 de julho de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº 022/2009.

LOTE 19

Item	Unid.	Material	Marca	Valor Unitário
01	Un	Cilindro Dr-500 (Kit Original Completo), P/ mpres. Brother Mfc 8820d	Brother	R\$490,88

1ª REGISTRADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA-ME.

Endereço: Rua Ataulfo Alves, nº 186, Roçado, São José/SC, CEP 88.108-220, fone/fax (48) 3034-3060, e-mail escrimate@escrimate.com.br

CNPJ/MF n.º 00.748.569/0001-30

2ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

3ª REGISTRADA: INFOR SUPRI INFORMATICA LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Gelson Meriso - Presidente da ALESC

*** X X X ***

provenientes das inscrições for inferior a R\$ 173.000,00 (cento e setenta e três mil reais). Neste caso, a ALESC completará a diferença até aquele valor.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 62, caput, da Lei nº 8.666/93; Dispensa de Licitação nº 005/2009 e; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Erves Ducati - Diretor Adm/Financeiro FEPESE

Altair Acelson de Melo - Superintendente FEPESE

*** X X X ***

EXTRATO Nº 141/2009

REFERENTE: Contrato CL nº 027/2009-00

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicas (FEPESE)

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços relacionados com o planejamento, elaboração, divulgação, realização das provas, participação da Contratada na elaboração do Edital, acompanhamento, controle e divulgação final dos resultados do Concurso Público para o provimento de 15 cargos integrantes do nível superior e 41 cargos integrantes do nível médio do Quadro de Pessoal da ALESC.

VALOR: Os valores estão limitados aos gastos de publicações e de atos oficiais, salvo se o montante da arrecadação das taxas

EXTRATO Nº 142/2009

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 030/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 030/2009.

OBJETO: aquisição de mobiliários diversos com instalação e montagem no local, devidamente quantificado e especificado no Lote 02.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (06 de outubro de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº 030/2009.

LOTE Nº 2			
Item	Qtd	Un	Produtos
1	2	UN	Balcão medindo 3000 x 1000 x 1000mm confeccionado em MDF 18 mm revestimento melamínico tipo Post Forming na cor branca e acabamento nas bordas com ABS 3mm; tampo em granito claro, bordas duplas arredondadas; gavetas confeccionadas em chapas de aço 24 dobrada, tratamento antiferruginoso com sistema de fosfatização, pintura eletrostática epóxi pó texturizada e curada a 180°, frente com MDF 15mm revestimento melamínico tipo Post Forming, acabamento nas bordas laterais arredondadas a 90°, bordas superior e inferior com ABS 3mm, puxadores metálicos; sistema de abertura deslizante sobre trilhos com roldanas de nylon; portas confeccionadas em MDF 18mm, revestimento melamínico tipo Post Forming, bordas laterais arredondadas a 90° e bordas superior e inferior com ABS 3mm; dobradiças metálicas; fechamento individual através de fechaduras cromadas tipo yale; base tipo rodapé, em chapa de aço 1,8 mm, pintado com tinta epóxi texturizada, com sapata niveladora de piso;
2	1	UN	Balcão medindo 1500 x 1200 x 450mm estruturado em MDF espessura 28mm com revestimento melamínico tipo Post Forming na cor branca, acabamento das bordas em ABS 3mm; prateleiras internas em MDF 15mm com revestimento melamínico, acabamento das bordas com ABS 3mm; suporte das prateleiras com pinos de aço; portas confeccionadas em MDF 18mm, revestimento melamínico tipo Post Forming, bordas laterais arredondadas a 90° e bordas superior e inferior com ABS 3mm; dobradiças metálicas; fechamento individual através de fechaduras cromadas tipo yale; base tipo rodapé, em MDF 18mm, com sapata niveladora de piso; tampo em granito preto São Gabriel, conforme projeto anexo;

1ª REGISTRADA: VILA MOBILÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA.

Endereço: Rua Santa Marina, 262 - Galpão nº 03 Vila Nova, Joinville/SC, CEP 89237-255, fone/fax (47) 3422-4630, (48) 3333-7015, (48) 3333-6935, e-mail dayanrep@terra.com.br
CNPJ/MF n.º 07.137.622/0001-05
Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 143/2009

LOTE N.º 22			
ITEM	QDE	UNID.	MATERIAL
01	10	UN	CARTUCHO DE TONER C3903-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET
02	46	UN	CARTUCHO DE TONER C4096-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 2100N
03	20	UN	CARTUCHO DE TONER C4127-X (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 4000/4050
04	20	UN	CARTUCHO DE TONER Q2612-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1005

1ª REGISTRADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA-ME.

Endereço: Rua Ataulfo Alves, nº 186, Roçado, São José/SC, CEP 88108-220, fone/fax (48) 3034-3060, e-mail escrimate@escrimate.com.br.

CNPJ/MF n.º 00.748.569/0001-30

2ª REGISTRADA: REINKJET TINTAS TONERS E INFORMÁTICA LTDA. - EPP

3ª REGISTRADA: ELMO PAPELARIA LTDA

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 144/2009

REFERENTE: Dispensa de Licitação CL n.º 005/2009 celebrado em 08/10/09.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos - FEPESE (CNPJ: 83.566.299/0001-73)

OBJETO: Contratação da FEPESE para a realização de concurso público para o provimento de 56 (cinquenta e seis) cargos assim distribuídos:

- 08 (oito) Analistas de Sistemas - nível superior;
- 08 (oito) Programadores - nível médio;
- 05 (cinco) Técnicos de Hardware - nível médio;
- 07 (sete) Jornalistas - nível superior;
- 02 (dois) Operadores de Som - nível médio;
- 08 (oito) Operadores de TV - nível médio;
- 08 (oito) Operadores de Estúdio e Rádio - nível médio e;
- 10 (dez) Técnicos Legislativos - nível médio.

VALOR: O presente processo (destinado ao concurso público), não trará custos financeiros para a ALESC, salvo aqueles originados pela publicação dos atos oficiais. Todas das despesas decorrentes do planejamento, organização e execução do concurso correrão por conta da FEPESE, que por sua vez se utilizará das taxas de inscrições que serão recebidas dos candidatos. Nos serviços que serão prestados pela FEPESE estão incluídas todas as despesas, honorários, transportes, alimentação, assistência jurídica, estadia, seguros, encargos sociais, taxas, impostos, assistência técnica, benefícios e outras despesas diretas e indiretas relacionadas com o concurso propriamente dito. O valor da inscrição de cada candidato será de R\$ 100,00 (cem reais) para os cargos de curso superior e de R\$ 60,00 (sessenta reais) para os cargos de nível médio.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93;

Processo Licitatório nº 01485/2009.

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente ALESC

*** X X X ***

REFERÊNCIA: Ata Registro de Preço CL nº 031/2009 oriunda do Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: aquisição de material de expediente, especificado no Lote 22.
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (08 de outubro de 2010).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, da Lei n.º10.520, de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa n.º 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001, alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial CL nº. 022/2009.

REFERENTE: Contrato CL nº 026/2009-00, celebrado em 01/10/2009.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: POSITIVO INFORMÁTICA S.A.

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos, termos da proposta da Contratada da Ata de Registro de Preços e descrição a seguir:

1 25 (vinte e cinco) microcomputador com monitor LCD marca Positivo Informática, modelo POS-AT SERIES D (DMF) ao preço unitário de R\$ 2.123,00 (dois mil, cento e vinte e três reais), totalizando o valor de R\$ 53.075,00 (cinquenta e três mil e setenta e cinco reais);

2 30 (trinta) monitores, modelo L1742P marca Positivo Informática, modelo L1742P com tela de 17", resolução de 1280 x 1024, padrão não WideScreen, com Pixel Pitch de 0,264mm com certificação Energy Star e com a marca do fabricante do equipamento ao preço unitário de 505,00 (quinhentos e cinco reais), totalizando o valor de R\$ 15.150,00 (quinze mil, cento e cinquenta reais).

VALOR: R\$ 68.225,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão nº 023/2009; Ata de Registro de Preços nº 027/2009; Autorização para aquisição por Registro de Preço nº 01052/2009-REG.

Florianópolis, 22 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - ALESC

Gerson Luiz Appel - Positivo Informática S.A.

*** X X X ***

EXTRATO Nº 146/2009

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 030/2009, referente Pregão Presencial CL nº 030/2009.

OBJETO: Aquisição e instalação de mobiliários destinados ao novo restaurante da ALESC.

VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 06 de outubro de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei n.º10.520/2002, Ato da Mesa n.º 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nº.3.931/2001 alterado pelo decreto 4.342/2002, Pregão Presencial nº 030/2009.

LOTE 2

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MARCA	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	2	Balcão medindo 3000 x 1000 x 1000mm confeccionado em MDF 18 mm revestimento melamínico tipo Post Forming na cor branca e acabamento nas bordas com ABS 3mm; tampo em granito claro XX, bordas duplas arredondadas; gavetas confeccionadas em chapas de aço 24 dobrada, tratamento antiferruginoso com sistema de fosfatização, pintura eletrostática epóxi pó texturizada e curada a 180°, frente com MDF 15mm revestimento melamínico tipo Post Forming, acabamento nas bordas laterais arredondadas a 90°, bordas superior e inferior com ABS 3mm, puxadores metálicos; sistema de abertura deslizante sobre trilhos com roldanas de nylon; portas confeccionadas em MDF 18mm, revestimento melamínico tipo Post Forming, bordas laterais arredondadas a 90° e bordas superior e inferior com ABS 3mm; dobradiças metálicas; fechamento individual através de fechaduras cromadas tipo yale; base tipo rodapé, em chapa de aço 1,8 mm, pintado com tinta epóxi texturizada, com sapata niveladora de piso;	Vila Mobbile	4.700,00	9.400,00
	1	Balcão medindo 1500 x 1200 x 450mm estruturado em MDF espessura 28mm com revestimento melamínico tipo Post Forming na cor branca, acabamento das bordas em ABS 3mm; prateleiras internas em MDF 15mm com revestimento melamínico, acabamento das bordas com ABS 3mm; suporte das prateleiras com pinos de aço; portas confeccionadas em MDF 18mm, revestimento melamínico tipo Post Forming, bordas laterais arredondadas a 90° e bordas superior e inferior com ABS 3mm; dobradiças metálicas; fechamento individual através de fechaduras cromadas tipo yale; base tipo rodapé, em MDF 18mm, com sapata niveladora de piso; tampo em granito preto São Gabriel, conforme projeto anexo	Vila Mobbile	2.702,00	2.702,00
2					
Valor Total do Lote					R\$12.102,00

1ª REGISTRADA: VILA MIBILLE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS

LTDA

Endereço: Rua Santa Marina, 262- Galpão n.º03 Vila Nova, Joinville/SC

CEP 89.237-255

CNPJ n. 07.137.622/0001-05

Fone/fax (47) 3422-4630, (47)3333-7015

E-mail dayanrep@terra.com.br

Florianópolis, 06 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 147/2009

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 031/2009, referente Pregão Presencial CL nº 022/2009.

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente e suprimentos de informática. VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata, até 08 de outubro de 2010.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Ato da Mesa nº 214/2007, subsidiariamente pelo art. 462 do Código Civil, pelos Decreto nº 3.931/2001 alterado pelo decreto 4.342/2002, Pregão Presencial nº 022/2009.

LOTE 22

Item	Qtde	Unid	Especificação	Marca	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	10	pç	CARTUCHO DE TONER C3903-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET	PS3	R\$ 84,00	R\$ 840,00
2	46	pç	CARTUCHO DE TONER C4096-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 2100N	PS3	R\$ 91,00	R\$ 4.186,00
3	20	pç	CARTUCHO DE TONER C4127-X (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET 4000/4050	PS3	R\$ 89,70	R\$ 1.794,00
4	20	pç	CARTUCHO DE TONER Q2612-A (ORIGINAL OU COMPATÍVEL) PARA IMPRESSORA HP LASER JET M1005	PS3	R\$ 54,00	R\$ 1.080,00
Valor Total do Lote						R\$ 7.900,00

1ª REGISTRADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA-ME

Endereço: Rua Ataulfo Alves nº 186, Roçado- São José/SC

CEP 88.108-220

CNPJ n. 00.748.569/0001-30

Fone/fax (48) 3034-3060

E-mail escrimate@escrimate.com.br

Florianópolis, 06 de outubro de 2009.

Deputado Jorginho Mello - Presidente da ALESC

*** X X X ***

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR CARLOS DE PAULA, matrícula nº 5940, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini).

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2043, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 039/2009.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro
2543	Juçara Helena Rebelato	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
2169	Sinara Lucia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 2014, de 14 de outubro de 2009.

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2041, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUCAS ZACCARO DO AMARAL LICHY, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Sargento Amauri Soares).

Paulo Ricardo Gwoszd

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2042, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

PORTARIA Nº 2044, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

DESIGNAR a servidora **LUCIANE DALLA BARBA CADOR ZAGUINI**, matrícula nº 1387, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia da Seção de Serviço Social, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ANA MARIA FADEL NEVES, que se encontra em fruição de licença-prêmio por sessenta dias, a contar de 16 de outubro de 2009 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2045, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1900/2009,

RESOLVE: *com fundamento no art. 78 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, na redação dada pela Lei Complementar nº 81, de 10 de março de 1993, c/c a Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991, e a Lei Complementar nº 316, de 28 de dezembro de 2005,*

CONCEDER à servidora **LEONETE HENKEL**, matrícula nº 0523, LICENÇA-PRÊMIO referente ao quinquênio compreendido entre 02/10/04 01/10/09.
Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2046, de 23 de outubro de 2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Luiz Bernardo Mann	4656	3%	3%	0210/09	1895/09
Ari Bonatti	4888	3%	3%	02/09/09	1896/09
Roselia Florencio	1999	3%	33%	11/10/09	1953/09
Solange B. Radtke Brasil Gonçalves	2139	3%	33%	12/10/09	1954/09

Paulo Ricardo Gwoszdz
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 457/09

Impõe sanções às seguradoras que praticarem condutas lesivas aos segurados ou terceiros e dá outras providências.

Art. 1º Ficam proibidas às seguradoras, no caso de reparação de veículos sinistrados, de impor aos segurados ou a terceiros a relação das oficinas reparadoras ou prestadoras de serviços credenciadas/referenciadas como condição para o conserto.

§ 1º As centrais de atendimento das seguradoras deverão informar aos segurados e a terceiros, quando do atendimento do sinistro, o direito de livre escolha da oficina reparadora, sem que isso implique por si só na negativa da indenização ou reparação.

§ 2º Nos contratos de seguro haverá, necessariamente, uma cláusula com letra destacada informando ao segurado do direito de livre escolha da oficina reparadora ou prestadora de serviço de reparação, no caso de sinistro.

§ 3º Feita a escolha da oficina reparadora pelo segurado ou terceiro, a seguradora não poderá praticar as seguintes condutas:

I- impor diferenciação de prazos para vistoria preliminar e para a liberação dos reparos;

II- condicionar a liberação dos reparos ao fornecimento de peças pela própria seguradora;

III- remover o veículo para oficinas credenciadas/referenciadas, sem autorização expressa do segurado ou terceiro;

IV- impor ao segurado ou terceiro a responsabilidade de arcar com a diferença do custo da reparação ou pela garantia dos serviços prestados;

V- criar diferenciação para a utilização de benefícios pelo segurado, tais como, carros reservas, descontos na franquia e outros, quando da ocorrência do sinistro;

VI- exigir termo de responsabilidade para realização de vistoria de sinistro e liberação de reparos;

VII- estabelecer diferenciação quanto à forma de faturamento realizada para oficinas credenciadas e não credenciadas;

VIII- estabelecer como condição de pagamento, vistorias de qualidade, após a entrega do veículo pela oficina ao segurado ou terceiro;

IX- estabelecer como condição de pagamento a apresentação de notas fiscais de compra de peças pela oficina reparadora;

X- estabelecer tempos de reparo máximos para cada reparação.

§ 4º Havendo a prática das condutas mencionadas neste artigo, a seguradora estará sujeita ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) a 1.000 (um mil) UFIR, por ocorrência, dobrada em caso de reincidência.

§ 5º A pena de multa será aplicada nos termos da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), após regular processo administrativo em que seja garantido o contraditório e ampla defesa.

Art. 2º As seguradoras e oficinas reparadoras que utilizarem peças não originais ou usadas, sem a expressa autorização dos segurados ou terceiros, terão a inscrição estadual cassada por até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das sanções próprias previstas em outras legislações aplicáveis ao contrato de seguro.

§ 1º A autorização a que se refere o *caput* deverá ser solicitada aos segurados e terceiros, antes do início dos reparos, por escrito, de forma clara e objetiva.

§ 2º A cassação se dará após regular processo administrativo, no qual seja garantido o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º A comercialização, por pessoas físicas ou jurídicas obrigadas à inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, de partes, peças e acessórios automotivos usados será regulada por esta lei.

Art. 4º Na hipótese de comercialização de partes, peças e acessórios automotivos usados na fabricação, conserto ou reparação de veículo automotor, que tenham sido destacados de outros veículos, as empresas seguradoras:

I - providenciarão expressa autorização do segurado para aquisição do produto, hipótese em que manterão o documento à disposição da fiscalização pelo prazo de 5 (cinco) anos;

II - exigirão que a Nota Fiscal emitida pelo estabelecimento revendedor venha acompanhada de cópia da Nota Fiscal referente à entrada da mercadoria no estabelecimento do fornecedor, a qual também será mantida à disposição da fiscalização por idêntico período.

§ 1º Ficam sujeitas a pena de perdimento do produto o empresário ou sociedade empresarial descrita no artigo 1º que descumprir o previsto neste artigo.

§ 2º A penalidade de que trata o § 1º deste artigo será aplicada sem prejuízo de outras sanções administrativas ou de caráter civil ou penal.

Art. 5º A aplicação da pena de perdimento será imposta no curso de procedimento administrativo fiscal, que será iniciado pela apreensão das mercadorias por autoridade fiscal, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa nos termos da legislação que regula o procedimento administrativo.

Art. 6º Uma vez aplicada a pena de perdimento, a mercadoria será incorporada ao patrimônio do Estado e encaminhada para destruição, transformando-se em sucata.

§ 1º O Poder Executivo adotará as providências necessárias à remoção, transporte e processamento das mercadorias, assim como da comercialização da sucata, podendo para tanto firmar acordos ou promover contratações com órgãos públicos e empresas.

§ 2º Os resultados financeiros provenientes da comercialização da sucata serão doados ao Fundo Social ou a outra entidade de fins filantrópicos ou assistenciais designada pelo Poder Executivo.

Art. 7º Para os fins desta lei, são infrações administrativas:

I - a realização de desmonte ou venda de autopeça usada ou recondicionada por pessoa jurídica não credenciada gerará a interdição do estabelecimento.

II - realização de desmonte ou venda de autopeça usada ou recondicionada sem autorização:

a) multa de 500 (quinhentas) a 1.500 (mil e quinhentas) UFIR, por veículo;

b) perda do credenciamento e interdição do estabelecimento;
c) perdimento da mercadoria, incorporando-se a mesma ao patrimônio do Estado.

III - comercialização de autopeças usadas ou recondicionadas sem gravação do número do chassi:

a) multa de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) UFIR, por veículo;

b) suspensão do credenciamento por até 90 (noventa) dias;
c) perda do credenciamento e interdição do estabelecimento;
d) perdimento da mercadoria, incorporando-se a mesma ao patrimônio do Estado.

IV - manutenção no estabelecimento de peças sem gravação do número do chassi:

a) multa de 100 (cem) a 200 (duzentas) UFIR por veículo;
b) suspensão do credenciamento por até 30 (trinta) dias;
V - manutenção por mais de 5 (cinco) dias no estabelecimento de veículo ou autopeça sem a autorização a que se refere o artigo 4º:

a) multa de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) UFIR por veículo;

b) suspensão do credenciamento por até 60 (sessenta) dias;
c) perda do credenciamento e interdição do estabelecimento;
d) perdimento da mercadoria, incorporando-se a mesma ao patrimônio do Estado.

VI - deixar de manter no estabelecimento, ou manter de forma irregular, cópia dos documentos fiscais da pessoa jurídica:

a) multa de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) UFIR por autuação e suspensão de funcionamento por 15 (quinze) dias;
b) suspensão de credenciamento por até 90 (noventa) dias;
c) perda de credenciamento e interdição do estabelecimento.

VII - deixar de manter no estabelecimento, ou manter de forma irregular, livro de entrada e saída de veículos:

a) multa de 200 (duzentas) a 500 (quinhentas) UFIR por autuação e suspensão de funcionamento por 15 dias;
b) suspensão de credenciamento por até 90 (noventa) dias;
c) perda de credenciamento e interdição do estabelecimento.

VIII - deixar de enviar, ou enviar com irregularidade, relatório mensal ao órgão executivo de trânsito:

a) multa de 100 (cem) a 200 (duzentas) UFIR por autuação;
b) suspensão de credenciamento por até 60 (sessenta) dias;
c) perda de credenciamento e interdição do estabelecimento.

IX - emitir autorização em desconformidade com o disposto no artigo 4º: multa de 800 (oitocentas) UFIR por autorização;
X - deixar, injustificadamente, de emitir autorização no prazo previsto no artigo 4º: multa de 300 (trezentas) UFIR.

§ 1º A aplicação das sanções a que se refere este artigo será graduada segundo a gravidade da infração e levará em consideração a reincidência.

§ 2º A gradação da sanção no caso do inciso V levará em consideração a quantidade de dias do bem no estabelecimento.

§ 3º O protocolo do requerimento previsto no § 1º do artigo 4º supre a falta da autorização no caso do inciso V, observado o prazo de validade disposto no § 4º do artigo 4º.

§ 4º O interessado poderá interpor defesa no prazo de 5 (cinco) dias, contados da ciência da decisão que aplicar a sanção.

Art. 8º Na hipótese de resistência do proprietário, do administrador ou de empregados do estabelecimento, será requisitado o auxílio de força policial.

Art. 9º As seguradoras deverão emitir e entregar aos segurados e terceiros o Certificado de Garantia por escrito dos serviços prestados e da relação de peças substituídas, nos termos da Lei.

Parágrafo único - Os orçamentos avaliados pelas seguradoras deverão estar assinados pelos segurados e terceiros, nos termos da lei.

Art. 10 Nos locais de atendimento das seguradoras, corretoras de seguros, reguladoras de sinistros, oficinas de reparação e quaisquer outros de acesso ao segurado ou terceiro serão afixadas placas indicativas informando aos consumidores quais são seus direitos no conserto dos veículos sinistrados.

§ 1º As placas deverão estar em local de fácil visibilidade, sendo de tamanho não inferior a 30 (trinta) centímetros de largura e 50 (cinquenta) centímetros de comprimento, observando-se a proporcionalidade das letras em sua área útil.

§ 2º O descumprimento ao previsto no *caput* ensejará o pagamento de multa no valor de 75 (setenta e cinco) UFIR, dobrada em caso de reincidência.

Art. 11 As seguradoras não poderão comissionar ou gratificar empresas ou profissionais na área de investigação de sinistros, seja para autorizar ou negar o pagamento do seguro.

Parágrafo único - O descumprimento do previsto no *caput* sujeitará as seguradoras ao pagamento de multa no valor de 500 (quinhentas) UFIR.

Art. 12 As seguradoras não poderão negar seguro para veículos salvados que tenham sido considerados aptos para circulação nas inspeções dos órgãos ou entidades de trânsito.

Parágrafo único - O descumprimento do previsto no *caput* sujeitará o infrator ao pagamento de multa no valor de 100 (cem) a 1.000 (um mil) UFIR, dobrada em caso de reincidência.

Art. 13 As seguradoras, fabricantes, distribuidores, concessionárias autorizadas, varejistas e oficinas de reparação, quando do fornecimento de peças pela seguradora, deverão se enquadrar no Regime Especial do ICMS do Estado de Santa Catarina.

Art. 14 O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 15 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,
Kennedy Nunes
Deputado - PP

Lido no Expediente
Sessão de 22/10/09

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei é fruto dos trabalhos desenvolvidos pela "CPI das Operadoras de Seguro, no Estado de São Paulo".

Através do mesmo procuramos restabelecer o equilíbrio das relações contratuais entre segurados e seguradores no Estado de Santa Catarina, a fim de evitar condutas lesivas aos segurados e terceiros, proporcionando segurança nas relações jurídicas.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI N.º 458/09

Dá nova redação §2º e seu inciso I do art. 1º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005 que institui o FUNDOSOCIAL destinado a financiar programas de apoio a inclusão social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências.

Art. 1º O §2º e seu inciso I do art. 1º da Lei nº 13.334, de 2005, com redação dada pela Lei nº 14.876, de 15 de outubro de 2009, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 1º....."

§ 2º A educação superior de que trata o *caput* deste artigo será financiada com bolsas de estudo integral, através da aquisição pelo Estado, de vagas remanescentes junto às Fundações Educacionais de Ensino Superior, instituídas por lei municipal e às demais Instituições de Ensino Superior Privadas, legalmente habilitadas a funcionar no Estado de Santa Catarina, observados os seguintes critérios e condições:

I - a distribuição dos recursos entre os grupos de Instituições de Ensino Superior referidos no § 2º se dará proporcionalmente ao número de alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação no Estado de Santa Catarina; (NR)

..... "

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos
Deputado Antrônio Aguiar
Deputado Joares Ponticelli
Deputado Nilson Gonçalves
Deputado Rogério Mendonça
Deputada Ada de Luca
Deputado Kennedy Nunes
Deputado Lício Mauro da Silveira
Deputado Jean Kuhlmann
Deputado Ismael dos Santos
Deputado Carlos Chodini
Deputado Professor Sergio Grandio

Lido no Expediente
Sessão de 22/10/09

JUSTIFICATIVA

A presente proposta legislativa tem o intuito de dar nova redação ao §2º e seu inciso I do art. 1º da Lei nº 13.334, de 28 de fevereiro de 2005, que institui o FUNDOSOCIAL destinado a financiar programas de apoio a inclusão social, na forma do art. 204 da Constituição Federal e estabelece outras providências, redação dada pela Lei nº 14.876, de 15 de outubro de 2009.

Embasa-se a referida alteração na manifestação contida no Expediente Ofício Presidência AMPESC 1.254/2009, de 13 de outubro do corrente ano, da Associação de Mantenedoras Particulares de Educação Superior de Santa Catarina, conforme documento em anexo.

*** X X X ***